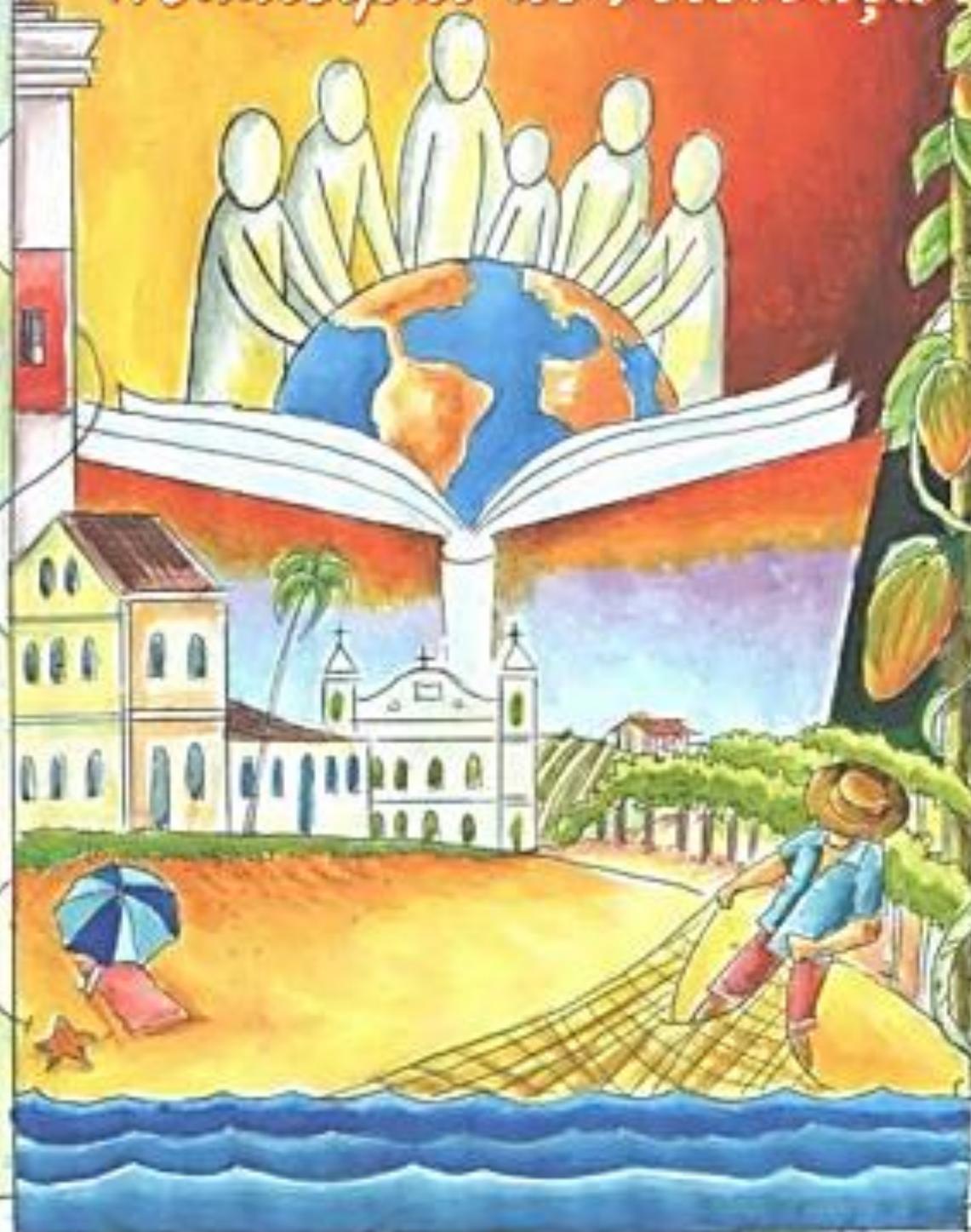


Referencial Curricular Municipal de Alcobaça



Agroecologia

Articular

Agricultura

Saberes

Democracia

Construir

Pesca

Sen

Fazer

Diálogo

Ética

Cultura

Convívio

Educação

Liberdade

Cosêto

Esporte

Diversidade

Autonomia

Aprender

Parceria

Cidadania

Turismo

Afeto

Curricula

Criticidade

Busca

Protagonismo

Desafios

Emancipação

Colaboração

REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL

VOLUME I: INTRODUTÓRIO



PREFEITURA MUNICIPAL
ALCOBAÇA

ESTADO DA BAHIA

2020



PREFEITO MUNICIPAL DE ALCOBAÇA

Leonardo Coelho Brito

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Anilda Souza França

COORDENADORA TÉCNICA PEDAGÓGICA

Tailany Rocha Moraes

EQUIPE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Alenice Souza França
Ariane Forantini Carvalhais Noronha
Andreia Ribeiro de Oliveira
Domingos dos Santos Oliveira
Erivaldo da Silva Conceição
Evanildo Tertulino do Rosário
Girlene Silva Campos

Ismone Medeiros Gonçalves
Jose Osvaldo Gomes dos Santos
Maria D'Ajuda Viana Borges
Maria Rita Borges Pires
Rosilene Oliveira dos Santos
Sarah Muniz Azevedo

COLABORADORES RESPONSÁVEIS PELO CURRÍCULO

EDUCAÇÃO INFANTIL

Adrielle Leite Freire
Alenice Souza França
Diana Carmargo
Eliene Xavier
Fabiana Antônia
Ismone de Medeiros Gonçalves
Janilde de Oliveira
Lavinia Rosário Said

Leidinalva Tavares de oliveira
Maria de Jesus Rocha
Mônica Aparecida F. Passos
Rafaela Rosário Alves
Silvia Batista
Tailany Rocha Moraes
Zeula Paulina Barbosa Sampaio

ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS E FINAIS

ÁREA DE CONHECIMENTO DE LINGUAGENS

LÍNGUA PORTUGUESA, ARTES E EDUCAÇÃO FÍSICA

Alívia Paranaquá Figueiredo
Amarilina Souza dos Santos Ramos
Anne Bandeira Fonseca Alomba
Carlos Lindemberg Muniz
Clemilza Pinheiro Costa

Deyse Nascimento Silva
Fernanda da Silva Oliveira
Gisélia Carros de Souza
Glicéia da Cruz Freitas
Gustavo Mares Vieira

Ismone Medeiros Gonçalves
Jaçson Vieira Torres
Joelma da Silva Tavares
Lauriedna Aparecida Bastos
Leila Borel de Oliveira
Leonardo D'Ambrósio
Lucinéia Passos de souza
Lucia Aparecida Souza Santos
Maria da Pena Silva Souza
Maria Dajuda Viana Borges
Maria Dajuda Passos

Maria de Jesus Rocha
Maria de Lourdes conceição
Mariana Ferreira da Cruz
Mariane Silva dos Santos
Naiane de Oliveira
Nathya Muniz Cordeiro
Paulo Sergio Silva de Oliveira
Paulo Talhier
Regene Viana Borges
Rosa de Souza Chaves Gomes
Zenaide Miranda da Rocha

ÁREA DO CONHECIMENTO MATEMÁTICA – MATEMÁTICA

Adriano Casagrande
Brenda dos Santos Silva
Carlos Eduardo Torres
Carlos Lindemberg Muniz
Clemilza Pinheiro Costa
Joanter Ferreira Rocha
Juliano Santos Costa
Lídia Maria Teixeira Santos

Lidiane Neres Santos
Mariane Silva dos Santos
Sara Regina Passos
Valquíres Vieira da Paz
Wendel Nascimento de souza
Zeud Kill Costa
Otemar Oliveira Cruz

ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – HISTORIA E GEOGRAFIA

Anilda Souza França
Altemar Alomba
Claudete Oliveira Rocha Souza
Edileuza Aguiar Hortêncio
Erivaldo da Silva Conceição
Franciane Varges da Conceição

Géssica Passos Oliveira
Iara Trindade Baldassini
Maria Djuda da Silva Bomfim Dias
Paulo Sérgio Silva de Oliveira
Reginaldo dos Santos Soares

ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA – CIÊNCIAS

Anselmo Silva Volejo
Cleide Cardoso dos Santos
Djacik Alomba Pereira
Ellen Prates Noronha
Eloisa Carvalho dos Santos
Jaqueline da Silva Trindade
Lelicia Ferreira Amorim

Lenice rosa laranjeira
Marcio Correia amorim
Nathya Muniz Cordeiro
Rayanne França Pereira
Shirley Jesus Mendes
Tailany Rocha Moraes
Zeude kill Costa

ÁREA DO CONHECIMENTO DE ENSINO RELIGIOSO – RELIGIÃO

Alenice Souza França
Antônio Junior de Oliveira Andrade
Ariane Forantini Carvalhais Noronha
Erenilda Silva de Jesus
Erivaldo da Silva Conceição

Glicéia da Cruz Freitas
Lelicia Ferreira Amorim
Paulo Sérgio Oliveira
Reginaldo Soares dos Santos
Shirley de Jesus Muniz

EDUCAÇÃO DE PESSOAS, JOVENS, ADULTOS E IDOSOS - EPJAI

Arlete Marques Pires
Azilma Leite Freire
Cleidinelma Almeida
Cristiano Brás Lima da Conceição
Elessandra Souza Braga
Eliene Xavier
Fabiana Seixas
Glicéia da Cruz Freitas
Jeasy Silva
Jorge Luiz
Josineia Hortêncio
Lelicia Amorim
Lúbia Monteiro Barros Miranda
Lucineide Passos

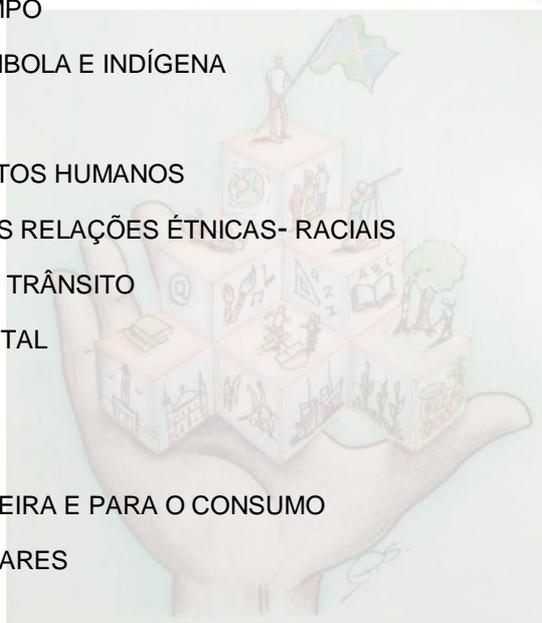
Lenilson Conceição
Manoel Messias
Mara Lúcia Ferreira
Maria Gorete Queiroz
Miriam de Oliveira Rocha
Nivaldo de Souza Oliveira
Paulo Sérgio Silva de Oliveira
Paulo Theófilo Gomes do Nascimento
Regiane Bremer
Renato Santos Miranda
Sara Regina Passos
Silvana Casagrande

SUMÁRIO

CARTA AOS EDUCADORES E EDUCADORAS DA REDE DE ENSINO

APRESENTAÇÃO DO REFERENCIAL CURRICULAR

1. INTRODUÇÃO
2. CENÁRIOS E IDENTIDADES LOCAIS (HISTÓRICO DE ALCOBAÇA)
3. MARCOS LEGAIS QUE EMBASAM O CURRÍCULO
4. REFERENCIAL TEÓRICO, CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS.
5. MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
 - 5.1. EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA
 - 5.2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
 - 5.3. EDUCAÇÃO DO CAMPO
 - 5.4. EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E INDÍGENA
6. TEMAS INTEGRADORES
 - 6.1. EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS
 - 6.2. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICAS- RACIAIS
 - 6.3. EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO
 - 6.4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL
 - 6.5. SAÚDE NA ESCOLA
 - 6.6. CULTURA DIGITAL
 - 6.7. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PARA O CONSUMO
7. TEMAS INTERCURRICULARES
 - 7.1. PESCA
 - 7.1.1. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL
 - 7.1.2. OS MESTRES DA PESCA E SUA RELEVÂNCIA NA PROPAGAÇÃO DOS SABERES
 - 7.2. TURISMO
 - 7.2.1. TURISMO RELIGIOSO
 - 7.2.2. TURISMO RURAL
 - 7.2.3. TURISMO ECOLÓGICO
 - 7.3. AGRICULTURA
 - 7.3.1. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA AGROECOLOGIA
 - 7.3.2. OS AGROTÓXICOS E AS PROBLEMÁTICAS AMBIENTAIS
 - 7.3.3. TERRITÓRIO DE IDENTIDADE E OS SUJEITOS DO CAMPO
8. AVALIAÇÃO EDUCACIONAL



CARTA AO EDUCADORES E EDUCADORAS DA REDE DE ENSINO

Eduque para criar. E crescer para viver.

Educação é, assim, vida no sentido mas autêntico da palavra. Anísio Teixeira.

Caros colegas

A escola como espaço de construção do conhecimento da sociedade, faz-se necessário conhecer todo seu processo de expansão do nível de ensino como parte do sistema nacional de educação. No processo ensino aprendizagem é salutar que os procedimentos metodológicos adotados sejam de acordo o contexto no qual a escola está inserida, a presença da comunidade na realização das atividades desenvolvidas.

A construção do Documento Curricular Referencial de Alcobaça (DCRA) tem como objetivo maior, apresentar um suporte a educação municipal com base nos referenciais nacional, estadual e a participação da comunidade escolar. Não existe receita pronta, mas sim, troca de ideias, onde as escolas tem autonomia para refletir, propor e agir na busca de uma educação de excelência.

O currículo, por contribuir com a educação formal requer que o professor esteja atento as transformações ocorridas no contexto histórico bem como instigar o aluno a buscar e relacionar a curiosidade com o saber.

As migrações ocorridas no município estão intrinsecamente relacionadas aos fatores que determinam o desenvolvimento educacional, e das experiências de vida trocadas, na elaboração de propostas que direcionem as ações essenciais no processo ensino aprendizagem.

A partir desse contexto é possível perceber que o currículo vem sofrendo alterações conforme os períodos da história, inicialmente como forma de dominação política, econômica e ideológica. No fazer pedagógico é imprescindível buscar caminhos que firme o propósito da aprendizagem significativa, baseada numa proposta que aborde as vivencias dos sujeitos, que faça sentido o que vem sendo concebido pelos estudantes.

Acreditamos que foi um exercício interessante e diferente de tudo o que já foi feito anteriormente, estamos convencidos que o vínculo com a comunidade é possível, e que exige ser construído através de relações pessoais e pautada no contato direto no diálogo, na aproximação e nos gestos concretos de afeto, e não contentar-se com a formalidade em relações burocráticas, é preciso ir além, buscando outras formas de aproximação direta com a Comunidade Escolar.

Chegamos mais a uma etapa da nossa caminhada através de estudos, pesquisas, reflexões do fazer educação com todas as suas adversidades em um contexto que exige de todos nós um cuidado, uma sensibilidade maior com o outro.

Um abraço fraterno



Alcobaça, dezembro de 2020

APRESENTAÇÃO DO REFERENCIAL CURRICULAR

O ato de educar é uma ação que vem sendo refletida há muito tempo. Este ecoar de concepções oportunizaram a percepção de que a educação deve acontecer em uma constância de significados e de sujeitos que são atores em seus saberes e aprendizagens.

O tecer do Referencial Curricular do Município de Alcobaça (RCMA), compõe mais que um documento normativo, é o resultado do alinhamento das muitas contribuições em prol de uma educação que propicie a atuação de cidadãos críticos e emancipados frente aos desafios da atual sociedade.

Assim, os esforços dos envolvidos no processo de construção do Referencial Municipal evidenciaram o desejo de construir uma educação pautada na qualidade de conhecimento significativo, valorizando os saberes pertinentes à cultura local e global levando em consideração o conhecimento como o todo desvencilhando de fragmentação.

O RCMA tem por objetivo nortear o desenvolvimento das ações pedagógicas das instituições de ensino público do ensino fundamental, bem como assegurar o cumprimento da política educacional prevista em leis vigentes. Este, é resultado de ações democráticas com participação efetiva de professores, gestores escolares e coordenadores pedagógicos, com apoio do Programa de Reelaboração dos Currículos Baianos, promovido pela União Nacional dos Dirigentes de Educação, sob a coordenação e supervisão da equipe técnica e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação em parceria com as escolas do Município.

O caminhar para a efetivação das propostas que nortearão a educação do município nos próximos anos é evidenciado no comprometimento e participação numa caminhada que se inicia no final de 2018 com as ações mobilizatórias apresentando a proposta de trabalho aos gestores escolares e a sociedade civil organizada. Esse início delineou os trabalhos de estudos, pesquisas e colaborações comprometidas para o registro dos saberes pertinentes a cada modalidade condensando em um documento que desenha a identidade cultural e territorial do município de Alcobaça. Em 27 de dezembro de 2019 a primeira impressão foi entregue ao Conselho Municipal.

Mas o tecer não se encerra numa página ou no validar o documento, este ato de construir saberes permaneceu consolidando-se e em março de 2020 com a adesão e apoio da União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME outros redimensionamentos foram utilizados

na criação dos **Grupos de Estudos Articulados** (GEAs) promovendo o aprofundamento de estudos e reflexões para o caminhar de consolidações do documento.

Sem dúvidas o protagonismo dos profissionais da educação ainda que em época de pandemia foram cruciais para os delineamentos necessários e para a validação do documento mediante consulta pública em que todos estiveram debruçados nas análises e contribuições por toda a sociedade e comunidade educacional.

Todo esse caminhar em busca de melhorias e significados na educação do município de Alcobaça enveredam por norte que definem a partir de uma oferta de educação pública de qualidade, viabilizando os conhecimentos e saberes que não se limitam aos muros e aos limites do território local, mas que possibilite vivenciar saberes que transcendam os desejos de nunca deixar de aprender.

E neste ciclo de aprendizagens, resta-nos confiar que as mesmas mãos que trabalharam no tecer do Documento Referencial Curricular de Alcobaça (DCRA) façam com que a implantação transcenda os objetos aqui propostos pois acreditamos que a aprendizagem é dinâmica e propensa a superar os desafios.

O documento acima citado está organizado por uma parte introdutória, apresentando o cenário de identidade local, os marcos legais, referencial teórico, conceituais e metodológicos, as modalidades de ensino: Educação Especial, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola e Educação de Pessoas Jovens, Adultos e Idosos – EPJAI. Como também os temas integradores e os temas intercurriculares: Educação em Direitos Humanos, Educação para Diversidade, Educação para o Trânsito, Saúde na Escola, Educação Ambiental, Educação Financeira para o Consumo, Cultura Digital, Educação Fiscal, Agricultura, Pesca e Turismo. E por fim o item avaliação educacional.

Os organizadores curriculares, estão postos de acordo com cada etapa do ensino, e também um organizador curricular específico para a Educação de Pessoas, Jovens e adultos. E trazem como elementos estruturantes os eixos temáticos, saber, saber fazer, saber ser, princípios metodológicos e avaliação formacional. Construídos de acordo com a BNCC, o DCRB e com os saberes em uso eleitos pelos sujeitos da educação municipal.

Construído por várias mãos o Documento Referencial Curricular de Alcobaça – DCRA, se esforçou em expressar os ideais de educação que deseja construir, fundada na busca pela

qualidade do ensino e pela valorização dos diferentes saberes que são essenciais para a educação do município.

QUESTÕES REVISADAS

Para elaboração e melhor compreensão do Referencial Curricular Municipal, foi necessário visitar algumas questões importantes, abaixo indicadas:

AS DEZ COMPETENCIAS BASICAS

Esse é o conjunto de possibilidades esperado para os estudantes ao final do Ensino Médio. No entanto, para que tais competências se construam ao longo da Educação Básica, é fundamental que todos se responsabilizem por esse percurso. Por isso, sua atenção é imprescindível na etapa e/ou modalidade em que atua.



Fonte: BRASIL. MEC. Base Nacional Comum Curricular, 2018. Fonte: BRASIL. MEC. Base Nacional Comum Curricular, 2018.

ESTRUTURA GERAL DA BNCC

Se esclarece como as aprendizagens estão organizadas em cada uma dessas etapas e se explica a composição dos códigos alfanuméricos criados para identificar tais aprendizagens.

NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Na Educação Infantil, mantivemos a organização prevista pela BNCC, de modo a respeitar os Direitos à Aprendizagem e ao Desenvolvimento e propor dois organizadores: campos de experiência e faixa etária. Reveja, a seguir, como essas questões estão expressas:

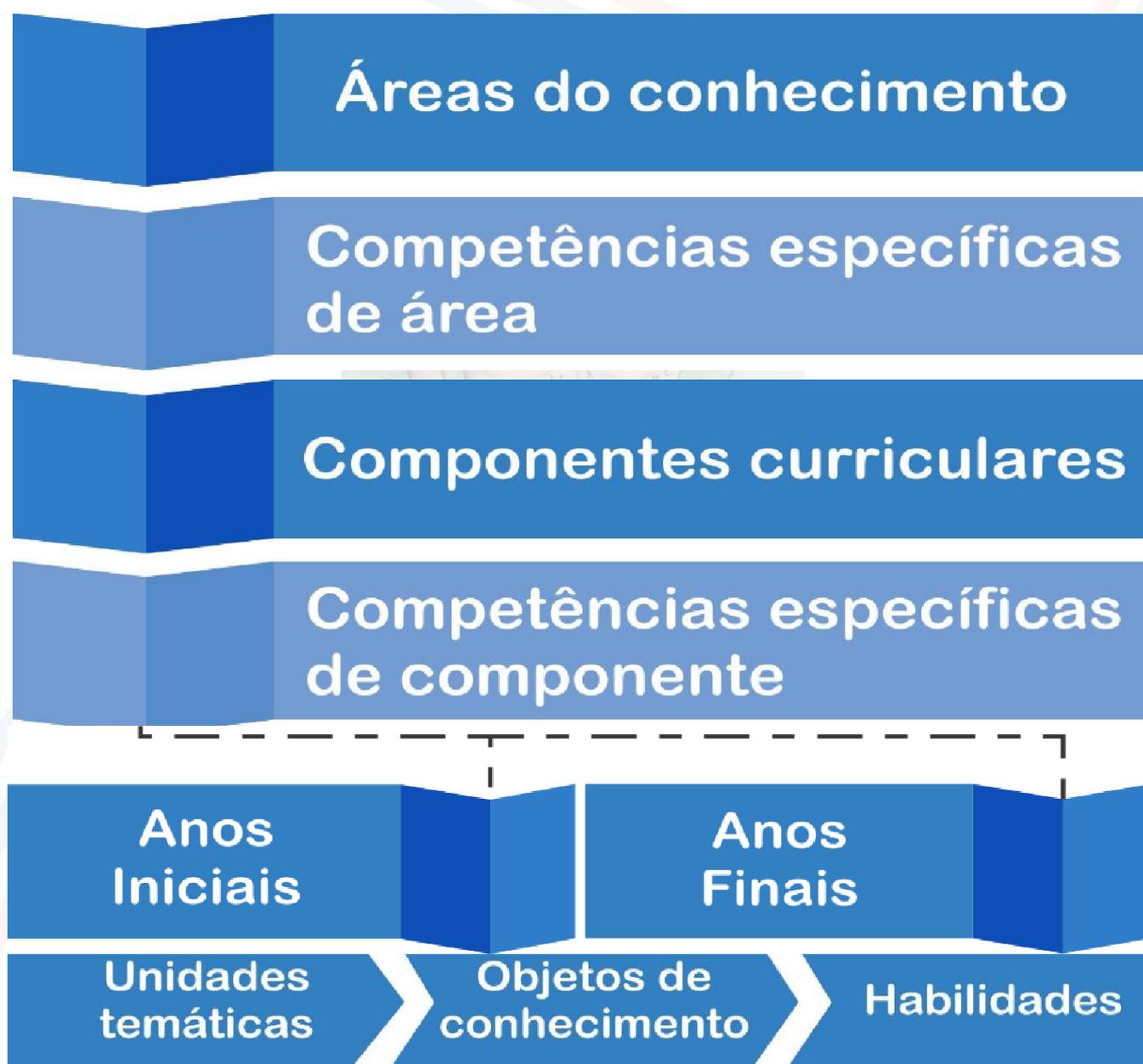


Fonte: BRASIL. MEC. Base Nacional Comum Curricular, 2018. Fonte: BRASIL. MEC. Base Nacional Comum Curricular, 2018.

ENSINO FUNDAMENTAL

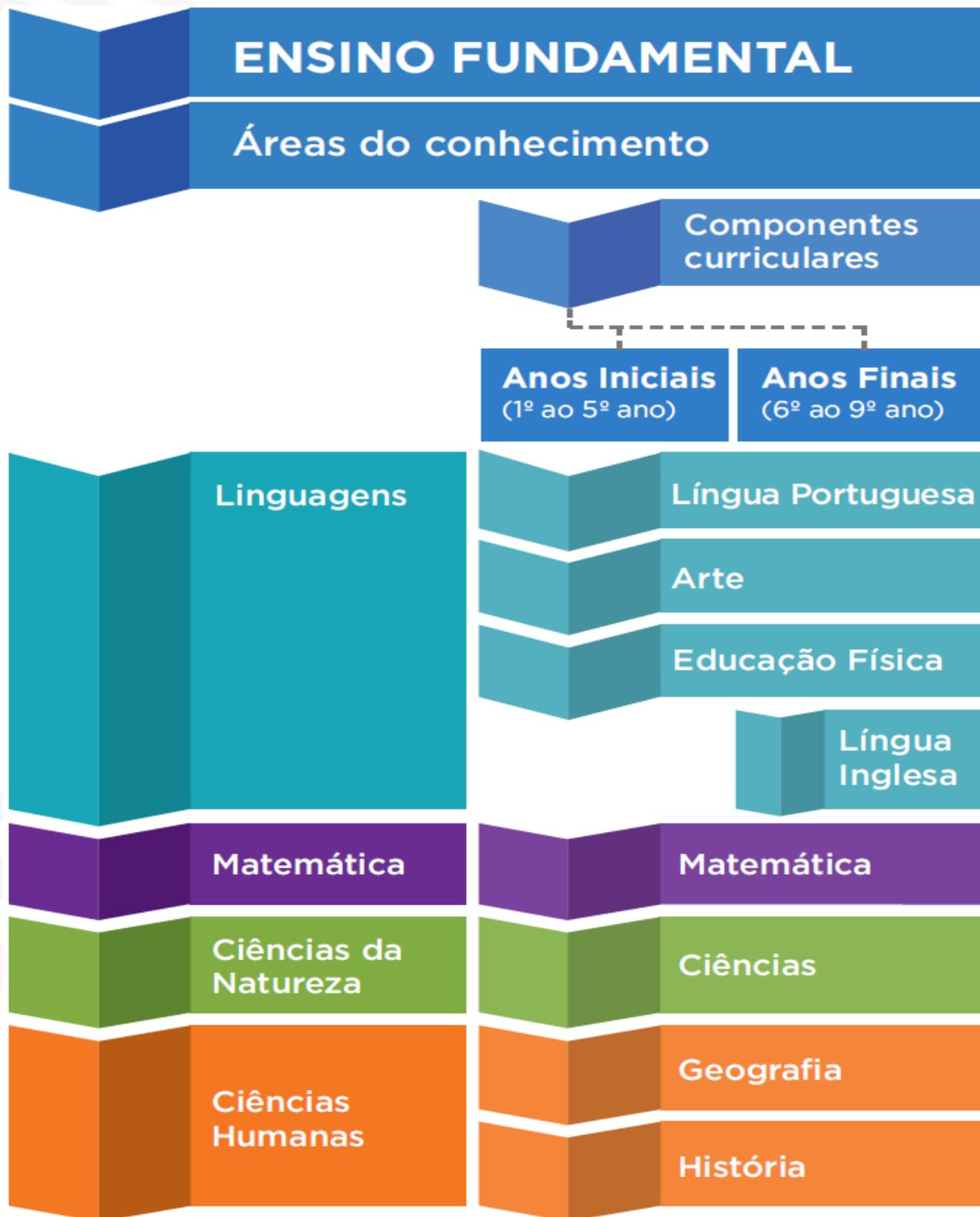
No Ensino Fundamental, também optamos por uma **organização por áreas do conhecimento**. Em cada uma, estão definidas as competências por área e as do componente curricular.

Com essa organização, esperamos possibilitar múltiplas leituras de articulação entre os diversos componentes curriculares e as etapas dos anos iniciais e dos anos finais.



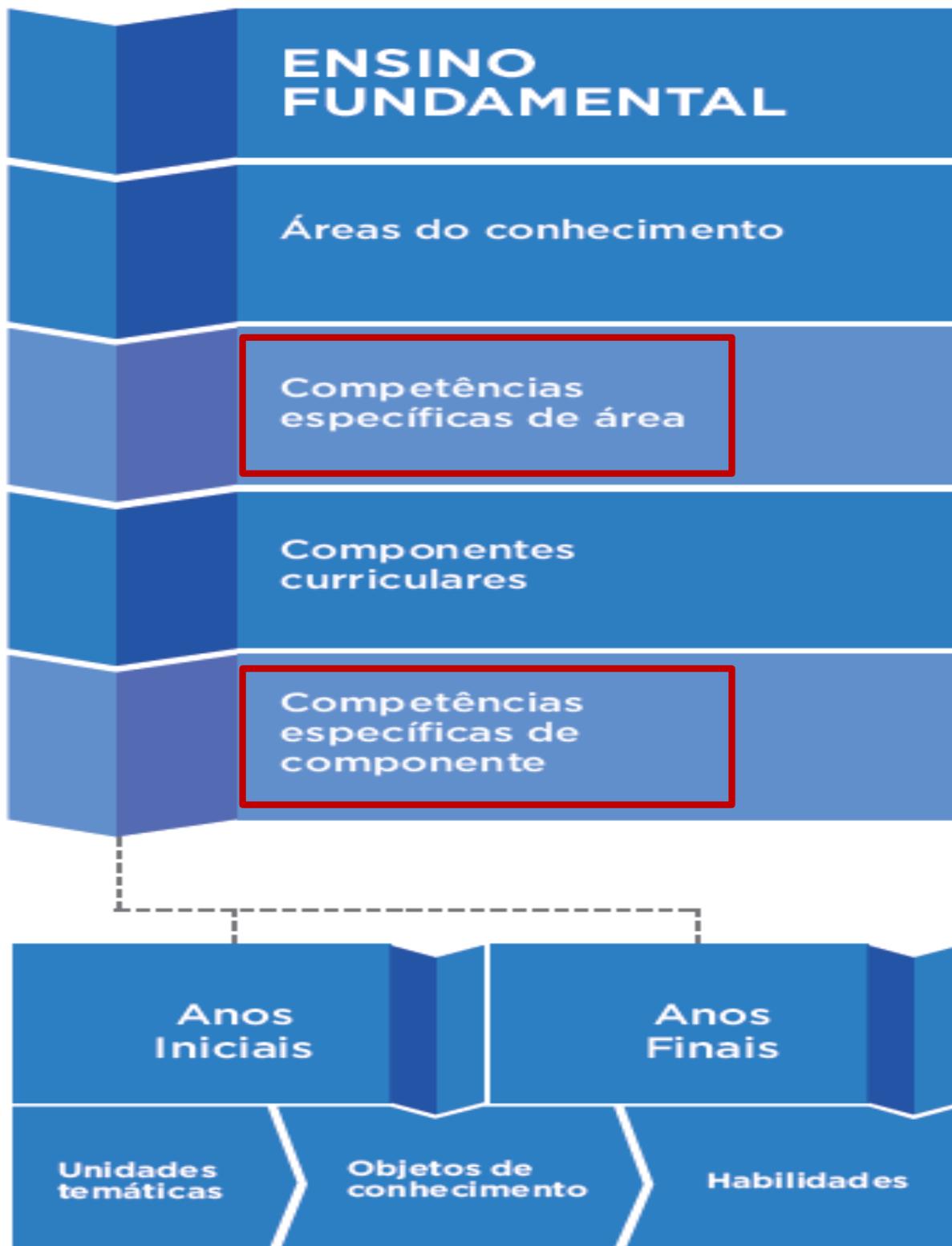
Fonte: BRASIL. MEC. Base Nacional Comum Curricular, 2018. Fonte: BRASIL. MEC. Base Nacional Comum Curricular, 2018.

O Ensino Fundamental na BNCC está organizado em quatro **áreas do conhecimento**; e, detalha as especificidades e os saberes sistematizados nos diversos componentes curriculares, bem como a sua progressão ao longo dos anos.



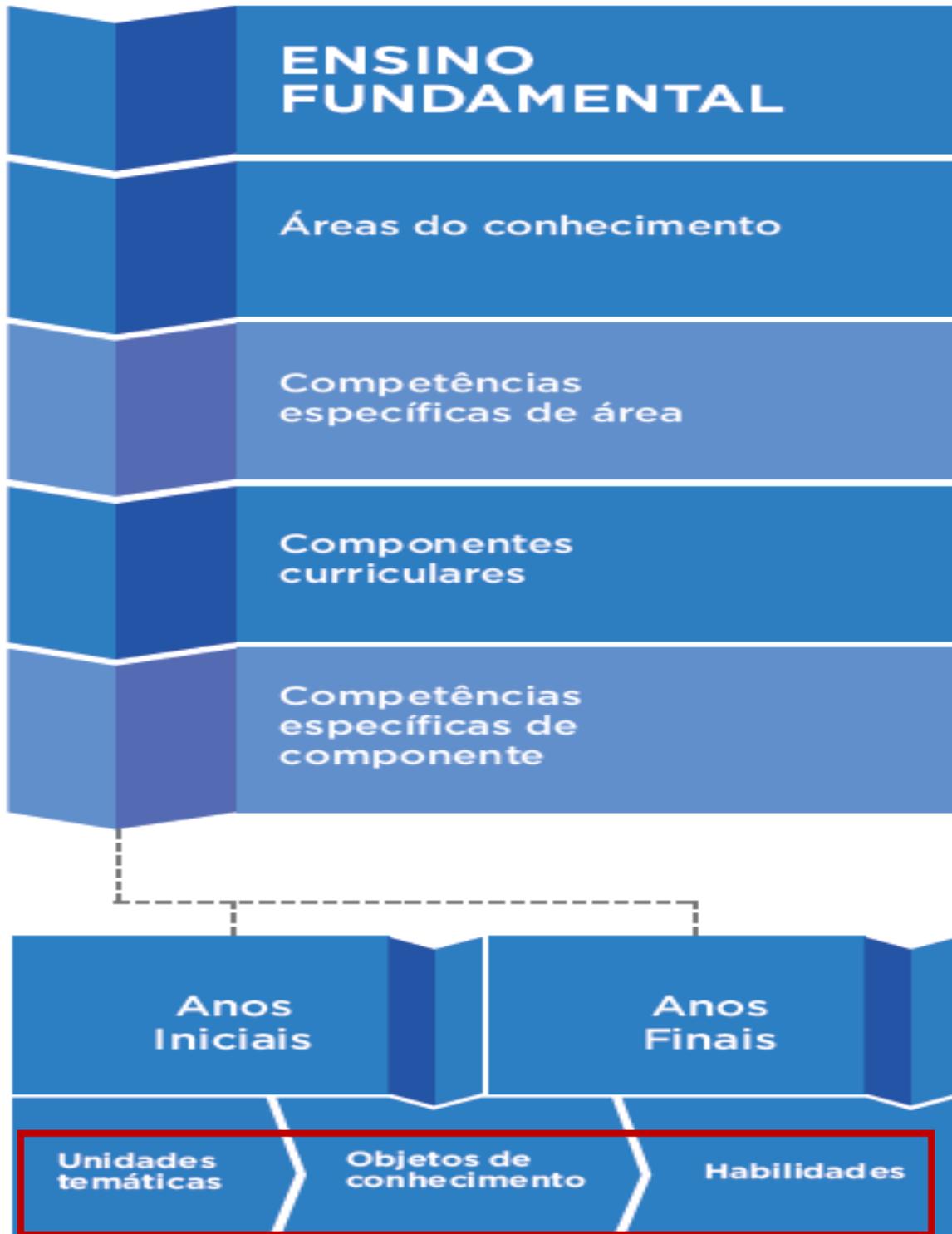
Fonte: BRASIL. MEC. Base Nacional Comum Curricular. 2018. Fonte: BRASIL. MEC. Base Nacional Comum Curricular. 2018.

Cada área de conhecimento e componente curricular estabelece **competências específicas**, a ser desenvolvidas no Ensino Fundamental.



Fonte: BRASIL, MEC. Base Nacional Comum Curricular, 2018. Fonte: BRASIL, MEC. Base Nacional Comum Curricular, 2018.

Para assegurar o desenvolvimento das competências específicas, cada componente curricular apresenta um **conjunto de habilidades** relacionadas a diferentes objetos de conhecimento (conteúdos, conceitos e processos), que, por sua vez, são organizados em unidades temáticas.



Fonte: BRASIL. MEC. Base Nacional Comum Curricular, 2018. Fonte: BRASIL. MEC. Base Nacional Comum Curricular, 2018.

1. INTRODUÇÃO

Os desafios da sociedade atual conduzem a novos olhares e tomadas de decisões tanto nas relações que nela existem quanto nas necessidades para mudanças necessárias. É uma constância em repensar as relações dos seres humanos com o mundo, assim como a dinâmica de tempo e espaços para tomada de decisões que delinearão as práticas condizentes para a sociedade contemporânea.

Diante de inúmeras nuances que são resultados de propostas fragmentadas do conhecimento, faz-se pertinente refletir qual caminho percorrer para que as várias vertentes que constituem a sociedade contemporânea sejam contempladas de forma respeitosa dentro de suas especificidades. Estas, que devem primar em tecer saberes voltados para as vivências dos sujeitos presentes no processo, na valorização da cultura e vivências, na oportunidade de transcender os limites da escola e do território e acima de tudo de ser ativo dentro dos saberes que tece no cotidiano de singularidades e do coletivo do espaço que permeia e colabora.

Como sinaliza Paulo Freire, **“ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”**. Nessa premissa de construir uma educação significativa em que o mundo é instrumento de saberes assim como a relação que os sujeitos tecem são resultados de tantos outros, viabilizando o refletir no processo educativo, a educação deve então deve conduzir o processo de tecer saberes a partir dos significados e pertinências.

Imprimir os saberes e significados para a educação enquanto transformadora no processo direciona esforços para as mudanças pertinentes a construção da identidade e alteridade, logo, o tecer deve validar antes de tudo o conhecer sua identidade com todas as composições que definem enquanto indivíduo assim como ser social capaz e responsável por mudanças no meio.

Os estudos que compõem o documento descrito enquanto norteamento de práticas pedagógicas, de construção de saberes, de cumprimento de leis que garantem a educação no país, no estado e no município de Alcobaça está pautado em exercício pleno de contribuição de saberes mediante a participação de sujeitos curriculantes que constituem a educação local.

Assim, o documento Referencial Curricular do Município de Alcobaça (RCMA) é um documento normativo que tem por objetivo nortear o desenvolvimento das ações pedagógicas das escolas, e assegurar o cumprimento da política educacional, elaborado em regime de

colaboração com professores, gestores escolares e coordenadores pedagógicos, com apoio do Programa de Reelaboração dos Currículos Baianos(RCB), promovido pela União Nacional dos Dirigentes de Educação(UNDIME), sobre a coordenação e supervisão da equipe técnica e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação(SEME) em parceria com as escolas do Município.

Este trabalho foi produzido tendo como referência, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular Referencial da Bahia – DCRB, as Diretrizes Nacionais e pesquisas bibliográficas com autores que tratam do mesmo tema a fim de garantir os princípios educacionais e os direitos de aprendizagem de todos os estudantes.

Este, fundamenta na teoria étnico Construtivista de Currículo defendida pelo pesquisador, especialista em currículo Roberto Sidnei embasada nas ideias de Edgar Morim, na perspectiva da construção e valorização dos saberes. Bem como no diálogo com os autores que discutem a educação numa visão crítica e emancipatória, embasados em correntes construtivista e nas pedagogias histórico crítica, trazendo em destaque: Paulo Freire, Luckesi, Vygotsky, Piaget, Wallon, dentre outros.

A organização do DCRA está disposta mediante parte introdutória, apresentando o cenário de identidade local, os marcos legais, referencial teórico, conceituais e metodológicos, as modalidades de ensino: Educação Especial, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola e Educação de Pessoas Jovens, Adultos e Idosos – EPJAI. Como também os temas integradores e os temas intercurriculares: Educação em Direitos Humanos, Educação para Diversidade, Educação para o Trânsito, Saúde na Escola, Educação Ambiental, Educação Financeira para o Consumo, Cultura Digital, Educação Fiscal, Agricultura, Pesca e Turismo. E avaliação educacional na perspectiva formacional.

As características, necessidades, prioridades e perspectivas para cada modalidade é representada os textos por sujeitos curriculantes inseridos no processo e com constante colaborações para reflexões de direcionamentos condizentes com a realidade à qual estão inseridos.

Para transpor as concepções que compõem as modalidades e o cenário da educação local com vistas a contribuir para mudanças significativas os organizadores curriculares postos de acordo com cada etapa do ensino, de forma a evidenciar as necessidades e direcionamentos para cada um destes. Em relação `a Educação de Pessoas, Jovens, adultos e idosos (EPJAI),

esta modalidade possui um organizador curricular específico. Todos as modalidades trazem como elementos estruturantes os eixos temáticos, saber, saber fazer, saber ser, princípios metodológicos e avaliação formacional. Construídos de acordo com a BNCC, o DCRB e com os saberes em uso, eleitos pelos sujeitos da educação municipal.

O RCMA foi construído por várias mãos que se esforçaram para expressar os ideais de educação justa e igualitária, fundada na busca pela qualidade do ensino e pela valorização dos diferentes saberes que são essenciais para a educação do município que é vasto de sujeitos capazes de redimensionar o conhecimento que é produzido por todos respeitando singularidades e potencialidades.

CAMINHOS PERCORRIDOS

O caminho percorrido pelos atores curriculantes do município insere-se antes das orientações dada pelo Governo Federal com a Promulgação da BNCC. Este trilhar está presente desde as primeiras formações no município. Ainda mediante políticas públicas com formação dos professores, os quais são primordiais no refletir e redimensionar as práticas pedagógicas, e que vem mudando o cenário na educação do município desde então.

Contudo, foi preciso que organizasse os saberes ofertados em muitos contextos para que toda a educação do município caminhasse no compasso de construção de aprendizagens e significados para uma educação com visão ampla do local e global. Assim, o presente documento é fruto de um trabalho colaborativo que se iniciou no final de 2018, com ações de mobilização apresentando a proposta de trabalho aos gestores escolares e a sociedade civil organizada, momento de levantamento de expectativas, indagações, questionamentos e de reflexão olhar para a realidade e projetar o futuro, assim se fez, criou-se estratégias, organizou grupos de estudos e delegou tarefas. Um trabalho orientado pela Secretaria Municipal de Educação, tendo como linha de frente os coordenadores pedagógicos e as duplas gestoras de cada escola.

No ano de 2019 o processo ganha identidade nos desafios de além do exercício do estudo e da pesquisa, o da escrita, os primeiros capítulos começam a ser ensaiados. A primeira versão é entregue ao conselho municipal de educação no dia 27 de dezembro do corrente ano.

Em março/2020 embora com os percalços da Pandemia, o Município fez a adesão ao programa de Reelaboração dos currículos baianos, promovendo uma série de ações de aprofundamento, estudos e reflexão. E amplia o olhar com ênfase no debate sobre as modalidades, os temas transversais e intercurriculares e os organizadores curriculares, adentrando o universo dos saberes em uma visão superadora do currículo centrado nas competências.

O planejamento para o tecer do DCRA foi organizado de forma que houvesse a convocação e a participação dos sujeitos curriculantes na perspectiva de que estes pudessem imprimir conhecimentos e colaborações em cada etapa evidenciando o exercício da democracia na construção e orientação para a educação no município de Alcobaça.

A materialização deste documento é resultado da realização das seguintes etapas:

1. Publicação da Portaria de Nomeação da Comissão Municipal de Governança composta por representantes dos Conselhos Municipais, técnicos da Secretaria Municipal de Educação, escolas do seguimento privado e a escola estadual.
2. Organização dos Grupos de Estudos e Aprendizagens – GEAS com a participação dos profissionais da rede de acordo com as Etapas da Educação Infantil, ensino Fundamental e suas modalidades.
3. Participação dos GEAS nas lives formacionais organizadas pela UNDME/BA, através da Web TV Undime/BA ;
4. Participação dos GEAS nas lives formacionais organizadas pela Secretaria Municipal de Educação;
5. Participação em reuniões do núcleo de mobilizadores nos encontros formativos virtuais com a formadora do núcleo Extremo Sul da Bahia.
6. Encontros com os GEAS para direcionamento dos estudos e produção dos organizadores curriculares.
7. Reuniões com a equipe de governança para alinhamento e encaminhamentos das ações do Movimento Curriculante.
8. Convocação de consulta pública por meio da aprovação do regimento

9. Revisão de literatura pela Secretaria Municipal de Educação e equipe de governança
10. Leitura e análise pelo Conselho Municipal de Educação
11. Homologação pela Secretaria Municipal de Educação

IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Referencial Curricular do Município de Alcobaça (RCMA), entrará em vigor após a sua publicação no diário oficial, ele terá um período de vigência de 04 anos, quando será submetido a revisão de literatura e atualização de acordo com a legislação vigente.

É importante considerar que por se tratar de um documento que orienta processos de educação ele é dialético, sujeito a mudanças e adaptações desde que seja assegurado as normas e orientações legais. Neste quesito indicamos a criação de um comitê gestor representados pela equipe técnica pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, representantes de diretores e coordenadores pedagógicos, representantes de professores e Conselhos Municipais de Educação; profissionais que serão corresponsáveis em parceria com todos os demais profissionais da educação e da comunidade local, de articular, mobilizar, monitorar e viabilizar a execução das orientações curriculares que ora se apresenta.

Certamente este, é um dos muitos passos para mudanças significativas e necessárias à educação libertadora a qual muito se refere mas pouco é evidenciada no contextos das escolas que partilhamos. É preciso desfragmentar todas as práticas que impedem os processos educativos fazem a diferença na vida dos sujeitos que produzem saberes em muitos tempos e espaços.

Permita-se vivenciar o prazer da alternância do conhecimento, em fazer a mediação dos saberes que estão no mundo em planejar o futuro sem prender os saberes em mãos fechadas. Mas que este possa ser promovido sabendo que cada dia é possível vivenciar aprendizagens e consolidar saberes.

2. CENÁRIOS E IDENTIDADES LOCAIS – HISTÓRICO DE ALCOBAÇA

O município de Alcobaça pertencia a uma sesmaria (terra doada pelo governo, no Brasil Colônia, para fins de colonização) administrada pelo capitão Francisco Martins Pereira a partir de 1697. Localizada numa área com grande incidência de indígenas "selvagens", a antiga Vila de Alcobaça oferecia pouca segurança para seus moradores.

Em compensação, porém, suas terras eram férteis e o rio Itanhém possibilitava acesso ao "sertão" (região afastada do litoral). Talvez por causa da fertilidade do terreno, a região começou a ser ocupada pelos primeiros homens brancos oriundos de Vila de Caravelas, por volta de 1747.

Nessa época, segundo a tradição, os portugueses *Antônio Gomes Pereira* e *Antônio Mendes*, moradores da cidade vizinha de Caravelas, e provenientes da cidade medieval de Alcobaça, em Portugal, assentaram acampamento às margens do rio Itanhém com suas respectivas famílias. Em pouco tempo, surgiu ali um povoado com o nome de *Arraial de Itanhém*.

Em 12 de novembro de 1772, o arraial é elevado à categoria de vila, chamada Vila São Bernardo, em homenagem ao padroeiro São Bernardo. Dois anos após o ato, a Vila de São Bernardo é mapeada, configurando inicialmente três ruas.

Através de Alvará de 20 de outubro de 1795, a Vila São Bernardo tornou-se freguesia sob proteção de São Bernardo. Finalmente em 20 de julho de 1896, através da Lei Estadual nº 122, a Vila passou à categoria de Cidade, a cidade de Alcobaça, que segundo historiadores, Alcobaça advém da adoção do nome de Alcobaça portuguesa, onde nasceram os colonizadores.

Em divisão administrativa do ano de 1911, o município é constituído do distrito sede, que através do decreto-lei estadual nº 7129, de 15-12-1930, foi criado o distrito de Nossa Senhora do Itanhém e anexado ao município de Alcobaça. Em 31 de novembro de 1938, o distrito de Nossa Senhora do Itanhém passou a denominar-se simplesmente Itanhém. Já em 1950, o município passa a ser constituído de 02 distritos: Alcobaça e Itanhém.

Em 1953, a lei estadual nº 623 cria os distritos de Batinga, Cachoeira do Mato, Ibirajá, Itupeva e Medeiros Neto que são anexados ao município de Alcobaça, constituindo-se em sete distritos. Em agosto de 1958, a lei estadual de nº 1013, os distritos de Itanhém, Batinga e Ibirajá, desmembram-se, e integram-se ao novo município de Itanhém. Por volta desse período, vê-se

o fim “simbólico” dos antigos clãs coronelísticos e corrente imigratória de libaneses, sob a influência dos padres holandeses.

No ano de 1960, o município é constituído de 2 distritos: Alcobaça e Cachoeira do mato, que teve seu território alterado pela lei estadual nº 5853, de 20-07-1990, desmembra-se do município de Alcobaça o distrito de Cachoeira do Mato, para constituir o novo município de Teixeira de Freitas.

Em 2003, a lei municipal nº 528 cria o distrito de São José que foi anexado ao município de Alcobaça, em nova divisão territorial datada de 2005, passa a ser constituído de 2 distritos: Alcobaça e São José. Vários povoados como: Pouso Alegre, Novo destino, Canta Galo, Aparajú, Taquari e Igrejinha. Assentamentos como: projeto 40/45 e Rosa do Prado. Além de diversas comunidades como: Pedra D’água 1, Pedra D’água 2, Portela, Itaitinga, Juerana, Araras, Bruno. São Bernardo, Rancho Queimado, Caxangá.

Com seu povo caloroso e hospitaleiro, Alcobaça apresenta rica história e cultura, sendo reconhecidas tradicionalmente por seu conjunto arquitetônico, festividades e comemorações religiosas, além de suas belas praias.

CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO

Alcobaça (17° 31’ 21” S/ Longitude: 39° 11’ 53” W) é um município litorâneo do Estado da Bahia, pertencente à microrregião de Porto Seguro e ao território do extremo sul baiano. Está localizado na Região Nordeste do país, entre o oceano Atlântico e o rio Itanhém a uma altitude de 9 metros, distante 832 km da capital do estado, Salvador, à qual se liga a partir da BA-489.

Possui uma área de 1.481,25 km² de extensão territorial e 21.271 habitantes, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010. Desse total, 52,1% se localizam em áreas urbanas e 47,9 % em áreas rurais. A densidade demográfica é de 14,36 habitantes/km².



O município possui um clima tropical úmido ou sub-úmido (Am), conforme a classificação climática de Koppen- Geiger, com verões chuvosos e invernos secos. Suas médias de temperatura variam de 22° C a 31° C a 26° C no inverno, sendo a média anual de 25° C.

A principal sub-bacia em que se insere o município é a do rio Itanhém, também conhecido como rio Alcobaça. O rio Alcobaça, com nascente no município de Fronteiras Vales em Minas Gerais, deságua no Oceano Atlântico, dentro dos limites do município de Alcobaça. A área total de drenagem da bacia é de aproximadamente 10 mil km².

TURISMO



Igreja Matriz, vista lateral

A cidade de Alcobaça é visitada anualmente por milhares de turistas oriundos principalmente dos estados vizinhos de Minas Gerais e Espírito Santo, mas também de Goiás e Distrito Federal.

O turismo de veraneio em Alcobaça tem como base as belas praias da região e a proximidade da cidade com o Parque Nacional Marinho de Abrolhos.

O ponto central da cidade, a Praça da Caixa D'Água e seus arredores, é o mais visitado pelos turistas.

PATRIMÔNIO CULTURAL

A cidade de Alcobaça possui belos casarões do século XIX cuja proteção foi recomendada por técnicos do Instituto do Patrimônio Cultural do estado da Bahia (IPAC-BA).

Além dos casarões, o patrimônio cultural de Alcobaça concentra-se também nas manifestações folclóricas. Entre as datas de festas folclóricas alcobacenses, destacam-se:



➤ 19-20 de janeiro: luta dos mouros e cristãos (conhecida, em outros lugares da Bahia e do Brasil, como cavalhada, chegada de mouros, marujada etc.).

Mouros aportando do Rio Itanhém, em uma Cavalhada na Festa de São Bernardo, na cidade de Alcobaça.

- 20 de janeiro: festa de São Sebastião (auge da festa dos mouros e cristãos).
- Pentecostes (maio ou junho): festa do Divino (desfile e procissão pelas ruas da cidade).
- 29 de junho: festa de São Pedro (desfile e procissão de barcos no rio Itanhém).
- época natalina: folguedo de reis, pastorinhas, terno de boi (bumba meu boi) etc.



Início da cavalcada em Alcobaça, quando embaixadores de ambas as religiões trocam discursos.

Em Alcobaça, as principais manifestações folclóricas estão relacionadas com festas religiosas. A maior festa religiosa de Alcobaça é a festa de São Bernardo, que ocorre todos os anos do dia 11 de agosto a 21 de agosto, com auge no dia 20 de agosto, dia de São Bernardo.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Conforme observado na tabela nº 1 Alcobaça teve uma taxa de 0,14% de crescimento populacional no decênio de 2000 a 2010, passando a ter 21.271 mil habitantes, sendo que 50,82% são do sexo masculino e 49,16% do sexo feminino.

Quanto à população rural houve uma redução de 16,6% no decênio de 2000 a 2010, segundo dados estáticos do IBGE. No mesmo período, o município teve aumento da população urbana 16,6%.

Tabela 01... População do Município de Alcobaça por sexo e localização

| Anos | Total da População | Total de Homens | Total de Mulheres | Total de População Urbana | Total de População rural |
|------|--------------------|-----------------|-------------------|---------------------------|--------------------------|
| 2000 | 20.966 | 10.677 | 10.223 | 7.446 | 13.520 |
| 2010 | 21.271 | 10.815 | 10.456 | 11.085 | 10.186 |

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/censo2010>

Segundo informações do Censo IBGE de 2010, o maior percentual de pessoas se declaram católicos, seguido de evangélicos, espíritas e candomblés. Quanto à cor, o maior número é de pessoas pardas, seguido de preta, branca, amarela e indígena.

Hoje o município de Alcobaça possui 36 escolas da Educação Infantil, ensino fundamental I e II, sendo 15 escolas núcleos e 21 nucleadas.

3. MARCOS LEGAIS QUE EMBASAM O CURRÍCULO

A Educação está assegurada como um direito social a todos os cidadãos brasileiros, conforme prescreve o art. 6º da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, o município de Alcobaça tem como compromisso apresentar um Referencial Curricular que considere o contexto sócio histórico do município, valorizando o aprendizado do educando, buscando alinhar com as orientações do Currículo Bahia.

Este documento foi embasado na LDB, Diretrizes Nacionais, PCN'S, Plano Nacional de Educação, Plano Municipal de Educação, ECA, dentre outros, de acordo com cada modalidade de ensino.

A seguir serão apresentados normativos legais, nacionais e estaduais que versam sobre as modalidades da Educação Básica, em alinhamento com o que orienta a BNCC.

| MODALIDADES | NORMATIVOS | FINALIDADES |
|------------------------------|---|--|
| Educação Especial | Decreto Presidencial Nº. 6.949/2009 | Ratifica a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência/ONU. |
| | Resolução Nº04/2009 CNE/CEB | Institui as Diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na Educação Básica. |
| | Resolução Nº 79/2009CEE | Estabelece normas para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva para todas as etapas e Modalidades da Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino da Bahia. |
| | Nota Técnica SEESP/GAB/Nº 11/2010 | Dispõe sobre orientações para a institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) implantadas nas escolas regulares. |
| | Decreto presidencial Nº 7.611/201 | Dispõe sobre Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. Revoga o Decreto 6.571/2008. Dispõe sobre a classe especial nas escolas regulares e escolas especiais e fortalecimento das instituições especializadas. |
| | Lei Brasileira De Inclusão Nº 13.146/2015 | Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). |
| | Documento Orientador/2017 | Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia. |
| Educação de Jovens e Adultos | Portaria SEC Nº 5.136/2011 | Estabelece normas sobre o procedimento de certificação da escolaridade de jovens e adultos no nível de conclusão do Ensino Fundamental e Médio, por meio dos resultados obtidos no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos |



| | | |
|----------------------|--|---|
| | | (ENCCEJA) e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). |
| | Resolução Nº 3 CNE/CEB | Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA e Educação de Jovens e Adultos desenvolvidos por meio da Educação a Distância. |
| | Resolução Nº 239/2011 CEE | Dispõe sobre a oferta de Educação de Jovens e Adultos no estado da Bahia. |
| Educação do Campo | Resolução Nº 2/2008 CNE/CEE | Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, um conjunto de princípios e procedimentos para serem observados nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino. |
| | Parecer CNE/CEB Nº 1/2006 | Recomenda a adoção da Pedagogia da Alternância em escolas do campo. |
| | Resolução Nº 2/2008 CEE/CEB | Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. |
| | Decreto Presidencial Nº 7.352/2010 | Dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. |
| | Lei Nº 12.960/ 2014 | Altera a LDBEN para constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino (conselho) para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas, considerando para tanto a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. |
| | Resolução Nº 103 CEE | Dispõe sobre a oferta da Educação do Campo no Sistema Estadual de Ensino da Bahia. |
| | Lei Estadual Nº 11.35/2008 | Institui o Programa Estadual de Apoio Técnico-Financeiro às Escolas Família Agrícola – EFAs e às Escolas Familiares Rurais – EFRs do Estado da Bahia. |
| | Decreto Governamental Nº 14.110/2012 | Institui o Programa Estadual de Apoio Técnico-Financeiro às Escolas Família Agrícola - EFAs e às Escolas Familiares Rurais - EFRs do Estado da Bahia, através de entidades sem fins lucrativos [...]. |

4. MARCO REFERENCIAL TEÓRICO, CONCEITUAL E METODOLÓGICO

Falar dos marcos legais que norteiam o currículo requer um olhar reflexivo para a história da educação, que teve início no período colonial com a presença marcante dos jesuítas, que tinha como missão catequizar os índios. Impondo a cultura europeia com a predominância dos valores cristã. Esta realidade perpetuou por décadas no país e traz presente as ideias de alienação e dominação de uma classe sob a outra.

Neste contexto, estava claro a distinção entre colonizadores e explorados e a educação se firma neste cenário, acesso à escola um privilégio de poucos, aos índios que resistiram, aos escravos, e aos pobres, trabalho e subserviência. E a educação se constitui como um caráter elitista e excludente, cumprindo o papel de estar a serviço da política e do sistema econômico de cada época. Ao ponto de que a escola assume o papel de ser um aparelho ideológico do Estado afim de manter a estrutura, atuando em favor dos interesses dominantes e em detrimento dos menos favorecidos. (Ferreira, p. 46. 2010)

O Brasil viveu mais de 400 anos sem que a escola pública fosse um direito de todos, a universalização da educação só veio ocorrer a partir de 1832, posterior ao movimento dos pioneiros pela a escola nova com a contribuição decisiva dos intelectuais Florestan Fernandes, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lorenzo filho, Paschoal Lemme dentre outros, que impulsionados pela cruel realidade da população brasileira, endossados pelo processo de abolição da escravatura e o crescido avanço da urbanização, acumulou forças para lutar pela escola pública como um direito constitucional a todas as crianças de 07 a 15 anos.

Fruto de uma disputa ideológica: de um lado a defesa de uma educação laica e pública e do outro os conservadores a favor das escolas privadas. Somente em dezembro de 1961 entra em vigor a primeira lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB. Assegurando o direito de todos a educação pública. (Ferreira, p.89. 2010)

Embora a LDB tenha representado uma grande conquista, mas na visão dos seus principais defensores Florestan Fernandes e Anísio Teixeira, ela estava aquém das necessidades educacionais brasileiras, e na sua essência permanecia com uma lógica elitista e excludente. (Ferreira, p. 902010)

Neste caminhar a educação pública tem sido construída por muitas mãos, frente as contradições do processo histórico, a luta persiste e este desafio só será possível com

empenho e dedicação de todos, assim reconhece a constituição federal de 1988 quando diz que:

“A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Art. 205)

Ao defender o direito à vida, considerando as suas várias dimensões da pessoa humana o Estatuto da Criança e do Adolescente reforça o papel do Estado, da família e da sociedade com a educação ao expressar que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Art. 4º, Lei nº 8.069/90)

A lei de 12.852/213 chama atenção para a juventude, ou seja, garantir a qualidade da educação é obrigatoriedade do Estado no cumprimento da lei, e em especial com aqueles que não tiveram acesso na idade certa. (Apud, Brasil 2013). Assim como o estatuto do idoso que reforça no Artigo 21 que “o poder público criará oportunidades de acesso do idoso a educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados”. (Apud, BRASIL, 2003)

Com esta finalidade os marcos legais que fundamentam a educação de Alcobaça em consonância com o currículo da Bahia assumi o compromisso com uma educação de qualidade, que traz como princípios fundamentais o respeito a diversidade e as múltiplas identidades culturais, a valorização dos sujeitos e dos saberes populares, bem como incentivar, potencializar e valorizar as experiências e práticas das escolas, respeitando as especificidades locais principalmente no que se refere as escolas do campo, um diferencial na realidade educacional do Município. E assim construir possibilidades de uma educação fundamentada nos pilares de justiça social e igualdade de oportunidades.

Nos apoiamos na legislação artigo 3º quando ao tratar do ensino defende os seguintes princípios:

- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
- II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;*
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;*
- IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;*
- V – Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;*
- VI – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;*
- VII – Valorização do profissional da educação escolar;*

VIII – Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX – Garantia de padrão de qualidade;

X – Valorização da experiência extraescolar;

XI – Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

XII – Consideração com a diversidade étnico-racial;

XIII – Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Dada a relevância do currículo para possibilitar a efetivação de tais princípios a constituição de 1988 no artigo 210 já dá indicativos para sua elaboração ao afirmar que: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”.

Para este fim considera que o currículo é um instrumento de fundamental importância para garantir as experiências pedagógicas nas escolas, possibilita orientar de maneira organizada, planejada e sistêmica as ações de cunho político e pedagógico no cotidiano das escolas.

Logo estamos dizendo que o currículo se refere:

As experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas. Por esse motivo, a palavra tem sido usada para todo e qualquer espaço organizado para afetar e educar pessoas”. (Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura, p. 18, Brasília 2007)

Neste contexto, dada a relevância do currículo para garantir a organicidade do trabalho pedagógico e conseqüentemente a qualidade da educação, o Município tem como propósito implementar um currículo que enxerga a sua realidade, e que para além disso exercitar a capacidade de olhar para o horizonte, enfrentar os obstáculos, e superar os desafios posto pelo sistema educacional.

Nesta perspectiva o currículo se baseia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, nos Referenciais Teóricos da Educação Básica e principalmente pautado nas competências gerais da Base Nacional Curricular Comum – BNCC.

5. MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

4.1. EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

A Educação Especial é uma modalidade de ensino, tomando por base a perspectiva da Educação Inclusiva, em que todos os estudantes frequentam escolas regulares, seja da rede pública ou privada. Onde crianças com deficiência, Autismo, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, estudam nas mesmas salas com colegas sem deficiência.

A Inclusão perpassa pela a ideia de todo ser humano ter acesso de modo igualitário ao sistema educacional, não permitindo nenhum tipo de discriminação, seja de gênero, etnia, religião, classe social, condições físicas e psicológicas, etc.

As discursões sobre inclusão vieram sinalizar as mudanças necessárias pelas quais as escolas regulares precisam submeter-se, visando proporcionar uma educação de qualidade aos indivíduos que se encontravam à margem do sistema regular de ensino, como ampara a Lei Brasileira da Inclusão, nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

No que tange à inclusão, um dos maiores desafios enfrentados no contexto da educação brasileira ainda é a escassez de recursos e serviços que assegurem condições de acessibilidade às pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE). Entretanto, é importante citar que a inclusão é uma modalidade nova, principalmente se tratando de Brasil.

Muito se tem avançado do ponto de vista da legislação, porém as experiências com a educação especial, que adote os princípios da inclusão, ainda é um desafio que permanece. Pois, requer do poder público investir na sensibilização da comunidade escolar, sobre a importância de garantir processos efetivos de inclusão nas escolas, que perpassa os vários contextos e espaços, tornado significativas as experiências vividas pelos alunos com NEE, tanto para eles como para as famílias, possibilitando acolhimento, respeito as diferenças, construção da autonomia, recuperação da autoestima, e valorização dos potenciais de cada estudante.

A luz do Currículo Bahia, a Educação Especial\Inclusiva é uma modalidade de educação que perpassa transversalmente todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, oferecendo um conjunto de serviços e recursos especializados para complementar e\ou suplementar o processo educacional dos estudantes com necessidades educacionais específicas. A transformação da escola não deve ser entendida como uma mera exigência do ordenamento

legal, e sim um compromisso inadiável das escolas, família e sociedade, como forma de garantir a esses estudantes o acesso à educação. Considerando sobretudo os princípios da equidade.

A inclusão escolar deve ser uma ação planejada, adequada as especificidades dos estudantes. Escolas precisam estar preparadas, tanto nos aspectos da infraestrutura quanto na formação dos profissionais de ensino, de modo que exerçam com qualidade e segurança este trabalho, pois necessitam ter um olhar que transcende ao aprendizado cognitivo, e sobretudo garanta o direito de todos à educação.

Educação inclusiva, portanto, significa educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar. Com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade. É essa variedade, a partir da realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência a todas as crianças.

Preservar a diversidade apresentada na escola, encontrada na realidade social, representa oportunidade para o atendimento das necessidades educacionais com ênfase nas competências, capacidades e potencialidades do educando, como enfatiza Carvalho, 2005,

“Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver.”

A Declaração de Salamanca de 1964, nos diz que: Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e ao exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração das crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade.

Essa resolução impulsionou o debate em torno da inclusão, na perspectiva de assegurar o direito de toda a educação, provocando as escolas a se adequar e incluir as crianças, possibilitando que elas aprendam juntas, independente da dificuldade apresentada, seja de ordem física, intelectual, social, emocional, linguísticas, entre outras.

A Educação Especial está respaldada pela Lei Nacional N°. 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei Brasileira de Inclusão, N° 13.146/2015,

“destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e a cidadania”, pelo Decreto Federal N° 6.949/2009, que ratifica a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência/ONU, pela política Nacional de Educação na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), pela resolução CNE/CEB N°. 04/2009 - que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado.

Ainda na LDB 9394/96 destaca no Art. 4º:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.

Ainda aborda,

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

- I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- III - a limitação no desempenho de atividades; e
- IV - a restrição de participação.

Como forma de assegurar o cumprimento das leis em vigor, o Plano Nacional de Educação-PNE, em validade no período de 2015 a 2025 estabelece na Meta 4 (quatro):

“Universalizar o direito a educação para toda a população de 4 (quatro) a 17(dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso á educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de redes multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.”

É importante dizer que chegar a ter um plano de metas a nível nacional que traz a educação especial em pauta é um grande avanço, pois por muitos anos as pessoas com deficiências viviam na invisibilidade, a margem da sociedade, eram vistos como incapazes, inúteis e sofria todas as formas de preconceito e de exclusão. Esta realidade começa a ganhar uma nova dimensão a partir da década de 50 quando começa a existir instituições filantrópicas com a preocupação de redimensionar esta visão. E se destaca o importante movimento ocorrido em 1954, inspirado na experiência dos Estados Unidos, uma iniciativa de Beatrice Bemis, mãe de uma pessoa com Síndrome Down, inicialmente surge no Rio de Janeiro as Associações de Amigos, Pais dos Excepcionais. Uma ação de solidariedade com as famílias de pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência.

Associação de Amigos Pais dos Exepcionais – APAE: Instituição de Apoio a Educação Especial

Fundada em 25 de novembro de 1995 a Associação de Amigos, Pais dos Excepcionais de Alcobaça, nasce com o objetivo de proporcionar aos Estudantes com Necessidade Educativa Especial a inserção e permanência em um ambiente favorável ao desenvolvimento de suas potencialidades, ao tempo que seja respeitado as suas diversidades no decorrer do processo educativo, oferecendo um currículo diversificado, que favoreçam e respeitem os diferentes ritmos de aprendizagem e que promova a sua autonomia.

Como também que seja garantido espaços e recursos acessíveis que atenda as especificidades de cada um, promovendo uma educação fundamentada nos princípios da autonomia, equidade, justiça social, respeito as diferenças e sobre tudo igualdade de direitos, desenvolvendo ações que envolvam a família, comunidade, secretarias de saúde, educação, assistência social, sócios e outros parceiros. Visando o pleno desenvolvimento dos estudantes, contribuindo para a formação humana que possibilite o exercício da cidadania.

A instituição está localizada na zona urbana a rua 7 nº 333, bairro Palmeiras Alcobaça- BA, atende a alunos do centro da cidade e dos bairros adjacentes: alguns destes bairros são periféricos, cuja a predominância é de afrodescendentes marcada por carência estrutural, a situação socioeconômica predominante da maioria das famílias dos alunos é de baixa renda sendo assalariados, pescadores e/outras.

A Instituição APAE de Alcobaça possui um papel de extrema importância, pois atende alunos com necessidades especiais do município, sede e interior, contemplando o público na faixa etária entre 7 e 50 anos de idade.

A APAE tem como principal parceira a Prefeitura Municipal de Alcobaça através da Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria de Assistência Social, outra fonte de sustentação são as doações disponibilizadas pelos Pais e os amigos da instituição.

A Escola Especial APAE de Alcobaça é uma instituição filantrópica sem fins lucrativos que atua na defesa e na garantia dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltiplas, proporcionando a inclusão social e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

O processo educativo se caracteriza por uma intervenção pedagógica diferenciada, cuja a centralidade é o estudante, considerando as especificidades e o potencial de cada um, o trabalho é pautado na vivencia coletiva e na interação social de caráter pratico, criativo e colaborativo por meio de oficinas, passeios em cinema, desenhos, música, atividades dentro e fora do espaço escolar. Neste caso o destaque consiste na produção de artesanatos, uma atividade realizada pelos estudantes através do reaproveitamento de papel, uma atividade que envolve criatividade, estimula a concentração, o raciocino, a coordenação motora, enfim é um trabalho desenvolvido no coletivo que atende a diferentes habilidades, sócio, motora, psíquicas, emocionais e afetiva, necessárias a este público, além da contribuição financeira pois parte deste recurso são revertidos para a instituição.

Outro aspecto importante é a relação da escola com a família, o trabalho pedagógico é complementar com o familiar, além da interação ao participar diretamente das reuniões pedagógicas e dos eventos promovidos pela escola, afim de acompanhar o desenvolvimento afetivo, físico, psíquico e intelectual dos estudantes. A escola cumpre uma função social, atua como mobilizadora, dialogando sobre as necessidades e encaminha para os órgãos responsáveis.

Esta proposta curricular que ora se apresenta reitera a importância desta instituição para o Município, dada a sua relevância histórica, e o respeito com as famílias dos estudantes, como por entender a necessidade de uma instituição que amplia o atendimento a este público da educação especial, e ao mesmo tempo a Secretaria Municipal de Educação tem se colocado como parceira, à disposição, contribuindo na reelaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola, no apoio pedagógico as ações realizadas, através de palestras, oficina e intercâmbio de vivência com a participação dos estudantes da escola regular. Além do apoio com os profissionais, alimentação, materiais didáticos e matérias de limpeza.

Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado trata-se de uma política pública de apoio a educação especial, que deve ser realizado em articulação com as demais políticas públicas e integrar o projeto político-pedagógico (PPP) da escola de maneira colaborativa com a comunidade escolar.

Considera-se público-alvo do AEE

a. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

b. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

c. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

O AEE é um serviço da educação especial que: Identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. Vem com a proposta de complementar e/ou suplementar a formação do aluno com visitas à autonomia e a independência na escola e fora dela. Nesse contexto, o Currículo Bahia, 2019, aponta que:

Em caráter complementar ou suplementar, a Educação Especial oferece o Atendimento Educacional Especializado (AEE) por meio de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) implantadas em escolas regulares e/ou Centros de Atendimento Educacional Especializado, que elaboram, disponibilizam e utilizam recursos pedagógicos e de acessibilidade, com o objetivo de promover a participação plena do seu público-alvo em atividades e classes regulares, proporcionando total envolvimento entre todos os entes da comunidade escolar.

Partindo deste pressuposto espera-se que o AEE dê devidamente apoio ao desenvolvimento do aluno com deficiência, transtornos gerais de desenvolvimento e altas habilidades, disponibilize o ensino de linguagem e de códigos específicos de comunicação e sinalização, ofereça tecnologia assistiva- TA adequada e produza materiais didáticos e pedagógicos, tendo em vista as necessidades específicas dos alunos, oportuniza o enriquecimento curricular para alunos com altas habilidades.

E sobre tudo, que seja um diferencial, promovendo atividades diferenciadas das realizadas nas salas de ensino regular, atendendo as especificidades dos educandos com vista a oferecer meios que ampliem as habilidades funcionais e cognitivas dos alunos, fortalecendo o processo de inclusão escolar e social.

Quanto a modalidade da educação do campo está precisa da devida atenção, uma vez que é ofertada pelo Município, o que necessita de planejamento que atenda sobre tudo a logística geográfica do território, possibilitando aos estudantes o acesso a escola e as condições favoráveis de interação social e de compressão do conhecimento.

A educação especial é uma modalidade que tem seu lugar de destaque no Referencial curricular de Alcobaça, dada a necessidade de trazer como pauta de reivindicação prioritária a formação dos educadores na perspectiva da Educação Especial Inclusiva. Bem como o desafio de garantir a funcionalidade do AEE nas escolas, ao tempo que deve se sensibilizar acerca da importância desta causa para garantir a qualidade da educação, prezando pelo desenvolvimento pleno dos estudantes.

O trabalho mais efetivo de apoio a inclusão em Alcobaça vem ocorrendo a partir de 2014 segunda consta no Plano Municipal de Educação (2015-2025). Por meio da implantação das salas de recursos multifuncionais, atendendo aos alunos da sede e interior da educação infantil ao ensino fundamental.

A inserção dos estudantes na sala de recursos multifuncionais é condicionada a matrícula no ensino regular, seguidos do diagnóstico realizado pelo professor da sala regular com apoio do professor do AEE e sobre a supervisão do coordenador pedagógico, ou nos casos em que o estudante possui laudo.

Uma vez que o estudante está integrado ao AEE o trabalho investigativo permanece na perspectiva de encontrar as melhores estratégias de intervenção pedagógica ou mesmo psicossocial de garantir processos qualificados de desenvolvimento de aprendizagens, construção de autonomia e de interação social.

Um dos instrumentos importantes para isso é anamnese. Uma entrevista realizada pelo professor do AEE, em parceria com o professor da sala regular e em colaboração com o coordenador pedagógico, afim de conhecer o histórico familiar do estudante. Momento importante de investigação que precisa ser realizado com respeito aos pares envolvidos, zelo ao tratar as individualidades de cada sujeito e sobre tudo adotando os princípios éticos da profissão, a família também precisa ser informado, sensibilizada sobre a importância e porque desta etapa no processo de desenvolvimento da educação especial. São também o momento oportuno dos profissionais da escola perceberem o que se encontra nas entre linhas das respostas por vezes não dadas pelas famílias, ou por vezes não compreendidas, elementos estes que são essenciais, são pistas que quando bem interpretadas leva a respostas de como melhor prestar o atendimento individualizado ao estudante.

Outro aspecto que carece de profunda atenção é o que fazer com o resultado dessas anamnese, questões que precisam ser pautadas no conhecimento científico e no compromisso com a educação especial, daí chega ao ponto de partida no planejamento individual (PDI) de cada estudante, considerando todos os fatores e necessidades anteriormente levantadas, uma ação de responsabilidade do professor do AEE e que deve ser colaborada com os agentes professor da sala regular e coordenador pedagógico e compartilhada de maneira formacional e responsável com as famílias.

Adotar instrumentos coesos, linguagem de fácil compreensão, organização e planejamento, clareza da intencionalidade de cada passo e foco de onde se deseja chegar, são indicadores para o alcance da qualidade do trabalho e do desenvolvimento de aprendizagens significativas para os estudantes.

Neste desenvolvimento das ações pedagógicas na escola no contexto do atendimento educacional especializado em uma perspectiva inclusiva é importante considerar cinco (05) elementos fundamentais: a família dos estudantes, o professor da sala regular, o professor do AEE, o cuidador e o coordenador pedagógico.

Com esta finalidade é relevante estar claro para todas as funções que cada um exerce, e sobre tudo o elo, a capacidade de dialogar, de refletir, de encontrar caminhos para solucionar as dificuldades de aprendizagens e favorecer processos de inclusão, onde o ponto de partida é o estudante, de maneira a acolhê-lo no complexo universo da sua condição humana, com as diferentes realidades de cada um.

É imprescindível que todos os profissionais sensibilizados deste querer fazer a diferença na vida dos sujeitos, compreendam qual é a sua função, diante de tantos desafios que se apresenta neste universo da educação especial na perspectiva da inclusão.

Para atuar no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e a formação específica para a Educação Especial. De acordo com a resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, no artigo 13 estabelece as atribuições do profissional:

Atribuições do Professor do AEE

- I. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos e de acessibilidade. E construir estratégias, considerando as necessidades específicas dos estudantes público-alvo da educação especial.
- II. Elaborar e executar o plano de atendimento educacional especializado (AEE), avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade.
- III. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos estudantes na sala de recursos multifuncionais.
- IV. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola.
- V. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade.
- VI. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo estudante.

- VII. Usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo autonomia e participação.
- VIII. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando disponibilizar os serviços, os recursos pedagógicos e de acessibilidade e as estratégias que promovem a participação dos estudantes nas atividades escolares (BRASIL, 2009).

Atribuições do cuidador

- I. Auxiliar os estudantes quando necessário, locomover-se e alimentar-se,
- II. Inteirar se do planejamento diário do professor da sala regular e do professor do AEE e participar na medida do possível dos planejamentos pedagógicos da escola,
- III. Auxiliar na realização das atividades pedagógicas sob a orientação do professor
- IV. Não realizar as atividades pelos educandos,
- V. Estimular sempre o aprendizado
- VI. Contribuir para que sejam autônomos

Atribuições do coordenador pedagógico:

Ser um articulador do conhecimento:

- I. Acompanhar a aprendizagem
- II. Promover o diálogo entre o professor da sala regular, professor do AEE, o cuidador e a família dos estudantes.
- III. Construir a proposta de ensino de acordo com as necessidades dos estudantes
- IV. Assegurar que o projeto político pedagógico seja construído a luz da educação inclusiva e que garanta as condições efetivas de funcionamento do AEE
- V. Adequar o planejamento de acordo com a necessidade de cada turma
- VI. Formação continuada de acordo com as NEE dos estudantes de cada escola.
- VII. Articular parcerias com as instituições da saúde e da assistência social
- VIII. Apresentar a direção os casos que necessitam ser encaminhados a especialistas
- IX. Promover encontros periódicos de planejamento
- X. Orientar com o apoio do professor do AEE as atividades pedagógicas das turmas que tem estudantes com deficiências.
- XI. Promover reuniões formativas com os pais dos estudantes de AEE
- XII. Promover reuniões formativas com os pais sobre a educação especial na perspectiva da inclusão.

Atribuições da família

- I. Atender as solicitações da escola
- II. Acompanhar o processo de aprendizagem dos estudantes
- III. Ser agente multiplicador no processo de sensibilização da importância da educação especial
- IV. Participar das reuniões formativas solicitadas pelas escolas

De acordo com as informações declaradas no senso de 2019 o Município apresenta aproximadamente 475 estudantes que são atendidos pelo AEE, porém nem todos possuem laudos, e na sua maioria são incluídos nas atividades do AEE pelas dificuldades de aprendizagem diagnosticadas pelos professores das salas regulares, uma realidade preocupante, pois por muitas vezes a sala de recursos multifuncionais se torna uma sala de reforço, desvinculando de sua principal função.

Necessidades Educativas Especiais (NEE) / Necessidades especiais

Pensando numa sociedade educacional verdadeiramente inclusiva é importante, também, que se tenha preocupação e cuidado com a linguagem que se utiliza. Pois, através da linguagem é possível expressar, voluntariamente ou involuntariamente, diversos sentimentos como, aceitação, respeito ou preconceito e discriminação em relação às pessoas ou grupos de pessoas, conforme suas características, nesse caso, aos alunos com necessidades especiais. Como enfatiza Sassaki, 2005.

“Se desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto de cunho humano, é imprescindível conhecer e usar corretamente os termos técnicos, pois a terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente carregados de preconceitos, estigmas e estereótipos”.

No Brasil, ao longo dos anos, vem-se adotando diversas terminologias para atender ao público de aluno com deficiências. No entanto, a partir da Resolução nº 2, de 11/09/01, com base no Parecer nº 17/2001, homologado em 15/08/01, a expressão Necessidades Educativas Especiais e Necessidades Especiais, vem sendo utilizada com maior aceitação, uma vez que além de não cogitar sentido preconceituoso e pejorativo, também, pode ser atribuída a diferentes grupos de educandos, desde aqueles que apresentam deficiências permanentes até aqueles que, por razões diversas, fracassam em seu processo de aprendizagem escolar. Está associada, portanto às dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculadas às deficiências.

Falar em necessidades educacionais especiais, portanto, deixa de ser pensar nas dificuldades específicas dos alunos e passa a significar o que a escola pode fazer para dar respostas às suas necessidades, de um modo geral, bem como aos que apresentam necessidades específicas muito diferentes dos demais.

Público que atende a Necessidades Educativas Especiais

As definições que seguem abaixo estão referenciadas no documento: Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas organizado pelo MEC, Secretaria de Educação Especial publicado em 2006.

Embora as necessidades especiais na escola sejam amplas e diversificadas, a atual Política Nacional de Educação Especial aponta para uma definição de prioridades no que se refere ao atendimento especializado a ser oferecido na escola para quem dele necessitar. Nessa perspectiva, define como aluno com necessidades educacionais especiais aquele que "... por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas. "A classificação desses alunos, para efeito de prioridade no atendimento educacional especializado (preferencialmente na rede regular de ensino), consta da referida Política e dá ênfase a alunos com:

- deficiência mental, visual, auditiva, física e múltipla;
- condutas típicas;
- superdotação. Objetivando a uniformização terminológica e conceitual, a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação propõe as seguintes características referentes às necessidades especiais dos alunos, que serão descritas a seguir:

Superdotação

Notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados:

- capacidade intelectual geral;
- aptidão acadêmica específica;
- pensamento criativo ou produtivo;
- capacidade de liderança;
- talento especial para artes;
- capacidade psicomotora.

Conduitas Típicas

Manifestações de comportamento típicas de portadores de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atendimento educacional especializado.

Deficiência Auditiva

Perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido.

Manifesta-se como:

- surdez leve / moderada: perda auditiva de até 70 decibéis, que dificulta, mas não impede o indivíduo de se expressar oralmente, bem como de perceber a voz humana, com ou sem a utilização de um aparelho auditivo;
- surdez severa / profunda: perda auditiva acima de 70 decibéis, que impede o indivíduo de entender, com ou sem aparelho auditivo, a voz humana, bem como de adquirir, naturalmente, o código da língua oral. Tal fato faz com que a maioria dos surdos opte pela língua de sinais.

Deficiência Física

Variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou da fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ou, ainda, de malformações congênicas ou adquiridas.

Deficiência Mental

A Associação Americana de Retardo Mental –AAMR propõe um modelo para a compreensão da deficiência mental, denominado Sistema 2002.

Deficiência caracterizada por limitações significativas no funcionamento Intelectual da pessoa e no seu comportamento adaptativo – habilidades práticas, sociais e conceituais – originando-se antes dos dezoito anos de idade. (AAMR, 2002, p.8)

O modelo teórico 2002 define a interação dinâmica entre o funcionamento do indivíduo, os apoios de que dispõe e as seguintes cinco dimensões:

- Dimensão I – Habilidades intelectuais;

- Dimensão II – Comportamento adaptativo (habilidades conceituais, sociais e práticas de vida diária);
- Dimensão III – Participação, interação e papéis sociais;
- Dimensão IV – Saúde (física e mental);
- Dimensão V - Contexto (ambiente e cultura)

Deficiência Visual

É a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica.

Manifesta-se como:

➤ **cegueira:** perda da visão, em ambos os olhos, de menos de 0,1 no melhor olho após correção, ou um campo visual não excedente a 20 graus, no maior meridiano do melhor olho, mesmo com o uso de lentes de correção. Sob o enfoque educacional, a cegueira representa a perda total ou o resíduo mínimo da visão que leva o indivíduo a necessitar do Sistema Braille como meio de leitura e escrita, além de outros recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação;

➤ **visão reduzida/baixa visão:** acuidade visual dentre 6/20 e 6/60, no melhor olho, após correção máxima. Sob o enfoque educacional, trata-se de resíduo visual que permite ao educando ler impressos à tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais.

Deficiência Múltipla

É a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditiva/física), com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa.

As classificações costumam ser adotadas para dar dinamicidade aos procedimentos e facilitar o trabalho educacional, conquanto isso não atenuem os efeitos negativos do seu uso. É importante enfatizar, primeiramente, as necessidades de aprendizagem e as respostas educacionais requeridas pelos alunos na interação dinâmica do processo de ensino e aprendizagem.

Identificar as necessidades educacionais de um aluno como sendo especiais implica considerar que essas dificuldades são maiores que as do restante de seus colegas, depois de

todos os esforços empreendidos no sentido de superá-las, por meio dos recursos e procedimentos usuais adotados na escola. A concepção de especial está vinculada ao critério de diferença significativa do que se oferece normalmente para a maioria dos alunos da turma no cotidiano da escola.

Confundir necessidades educacionais especiais com fracasso escolar é, também, outro aspecto que merece a atenção dos educadores. São inesgotáveis as discussões e as produções científicas sobre o fracasso escolar e suas múltiplas faces. Paradoxalmente, o conhecimento obtido não tem levado a respostas eficientes para a sua solução enquanto fenômeno internacional marcado por influências socioculturais, políticas e econômicas, além de razões pedagógicas.

Durante muitos anos, e ainda em nossos dias, há uma tendência a atribuir o fracasso escolar do aluno, exclusivamente a ele. Desse modo, a escola fica isenta da responsabilidade pela sua aprendizagem, cabendo a profissionais diversos a identificação dos problemas inerentes a serem encaminhados e solucionados fora da escola. O fracasso da criança passa a ser explicado sob diversas denominações e causas, como distúrbios, disfunções, problemas, dificuldades, carência, desnutrição, família desestruturada, dentre outras, situadas mais próximas das patologias e de causalidade social do que de situações escolares contextuais.

Não se pode negar os condicionantes orgânicos, socioculturais e psíquicos que estão associados a vários tipos de deficiências ou a influência que esses fatores podem exercer no sucesso ou insucesso escolar do educando, mas não se pode advogar sua hegemonia como determinante na causalidade do fracasso escolar ou como modo de justificar uma ação escolar pouco eficaz.

Essa análise remonta à mesma prática com relação a certos procedimentos oriundos do modelo clínico, ainda aplicado em educação especial, quando o aluno é diagnosticado, rotulado, classificado e encaminhado para os atendimentos.

O esforço empreendido para mudar essa concepção de educação especial baseia-se em pressupostos atualmente defendidos ao se focalizarem as dificuldades para aprender na escola. Dentre eles:

- caráter de interatividade, que implica a relação do aluno como aprendente e da escola como ensinante e estabelece uma associação entre o ato de ensinar e o de aprender, tendo a

considerar a mediação dos múltiplos fatores interligados que interferem nessas dinâmicas e que apontam para a multicausalidade do fracasso escolar;

➤ o caráter de relatividade, que focaliza a possível transitoriedade das dificuldades de aprendizagem, ao considerar as particularidades do aluno em dado momento e as alterações nos elementos que compõem o contexto escolar e social, que são dinâmicos e passíveis de mudança.

Nesse quadro, é necessário um novo olhar sobre a identificação de alunos com necessidades especiais, bem como sobre as necessidades especiais que alguns alunos possam apresentar. Igualmente, um novo olhar em considerar o papel da escola na produção do fracasso escolar e no encaminhamento de alunos para atendimentos especializados, dentre outras medidas comumente adotadas na prática pedagógica. Um exemplo preocupante do desvio dessas práticas é o encaminhamento indevido e a permanência de alunos em classes especiais como resultado da ineficiência escolar.

Outro aspecto a ser considerado é o papel desempenhado pelo professor da sala de aula. Não se pode substituir a sua competência pela ação de apoio exercida pelo professor especializado ou pelo trabalho das equipes interdisciplinares quando se trata da educação dos alunos. Reconhecer a possibilidade de recorrer, eventualmente, ao apoio de professores especializados e de outros profissionais (psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta etc.), não significa abdicar e transferir para eles a responsabilidade do professor regente como condutor da ação docente

Caracterização dos Estudantes com Necessidades Educativas Especiais nas escolas municipais

Na rede municipal de ensino, são atendidos alunos deficientes em suas diversas especificidades, como ampara o art. 58 da LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Nesse contexto, segue abaixo o conceito de cada deficiência, principais causas e traços do comportamento.

1. Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, TDAH: Estudos apontam a predisposição genética e a conferência de alterações nos neurotransmissores, que estabelecem as conexões entre os neurônios na região frontal do cérebro como as principais causas do transtorno do déficit de atenção.

Traços de Comportamento: O transtorno do déficit de atenção e hiperatividade TDAH, pode ser definido como um distúrbio neurocomportamental ou uma desordem neuropsiquiátrica, de início precoce. Ele é caracterizado por uma inquietação psicomotora; pela dificuldade em manter a atenção e a impulsividade cognitiva e social.

2. **Transtorno do Espectro do Autismo, TEA:** o autismo não possui causas definidas ou conhecidas, porém há evidências de que haja predisposição genética para ele. Outros defendem o suposto papel de infecções durante a gravidez e fatores de convivência ambiental, como poluição no desenvolvimento do distúrbio.

Traços do Comportamento: Dificuldades para interação social, dificuldade com a linguagem e comportamento repetitivo e restritivo. Essas são as principais características de quem convive com o autismo, também conhecido como transtorno do aspecto autista TEA.

3. **Deficiência Intelectual:** Causas para deficiência intelectual, anomalias cromossômicas, doenças materna adquirida na gestação, uso de álcool, tabaco e outras drogas, consumidas durante a gravidez, estão entre as principais causas.

Traços do Comportamento: Caracteriza-se por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual, quanto no comportamento adaptativo, expresso nas habilidades conceituais, sociais e práticas. Indivíduos com deficiência intelectual apresentam funcionamento intelectual significativo e inferior à média.

4. **Síndrome de Down:** A Síndrome de down é causada pela presença de três cromossomos 21 em todas ou na maior parte das células de um indivíduo. Isso ocorre na hora da concepção de uma criança. As pessoas com síndrome de down ou trissomia do cromossomo 21 têm 47 cromossomos em suas células em vez de 46, como a maior parte da população.

Traços do Comportamento: a pessoa com síndrome de down se expressa conforme o meio da mesma forma que as demais pessoas. Se a criança está expressando agressividade, é porque o meio é agressivo com ela, ou não facilita a comunicação.

5. **Deficiência Auditiva:** E quando a habilidade auditiva da pessoa é reduzida. Deficiência auditiva faz com a pessoa tenha dificuldade de ouvir diálogos e outros sons. As causas comuns de deficiência são ruídos e envelhecimento.

Traços do Comportamento: A perda auditiva pode mudar a personalidade, o humor, o comportamento, confusão no entendimento, fala desorganizada e depressão, esses são os exemplos de sintomas frequentes para idosos com a perda da audição.

6. Deficiência Visual e Principais Causas: São congênitas, amaurose congênitas de leber, malformação ocular, glaucoma congênito, catarata congênita, degeneração senil de mácula, alterações retinianas relacionadas à hipertensão arterial ou diabetes.

Traços de Comportamento: A cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distancia, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente.

7. MICROCEFALIA: as possíveis causas: Infecções como a rubéola, citomegalovírus e toxoplasmose, uso do tabaco ou cigarro, álcool e outros tipos de drogas, durante a gravidez, síndrome do Rett, envenenamento por mercúrio ou cobre, meningite, desnutrição, HIV materno; doenças metabólicas na mãe, como fenilcetonúria.

Traços do Comportamento: As crianças portadoras da microcefalia podem apresentar déficit intelectual, atraso nas funções motoras e na fala, distorção facial, nanismo, ou baixa estatura, hiperatividade, epilepsia, dificuldade de coordenação e equilíbrio, alterações neurológicas.

Entretanto, são diversas as necessidades especiais que merece atenção pelas autoridades competentes dos diversos setores públicos e privados, mas, a escola como instituição formadora, pode agregar as demais nos seus planos de ação curricular, para contemplar o que rege a Lei de diretrizes e Base da Educação Nacional 9394/96, e as leis que contemplam a educação especial na sala de aula da escola regular.

Especificidades Pedagógicas

Ao realizar o planejamento pedagógico há necessidade de definir os objetivos e as estratégias que orientam o processo do ensino-aprendizagem. No contexto da educação inclusiva, o planejamento deve ser contínuo e colaborativo, isso porque significa pensar aulas desafiadoras para todos os alunos, diversificando as estratégias de apresentar e explorar os conteúdos curriculares de modo que todos participem da ação e reflexão. Deve ser, também, **revisto continuamente** a partir da configuração dos novos desafios e potencialidades que se apresentam para a garantia de uma educação de qualidade para todos, em igualdade de condições.

Porém, na sala de aula da escola regular o professor titular e o professor mediador (cuidador) podem contribuir para um planejamento pedagógico inclusivo na promoção de estratégias diversificadas. Considerando os interesses e as necessidades de cada um dos estudantes com necessidade especial, como: transtorno mental, transtorno do aspecto autista, síndrome de down, dislexia, dislalia, microcefalia, distorção social, [...], quanto na identificação das barreiras encontradas na aprendizagem e na escolha ou construção de recursos ou estratégias para supera-las e para equipar as oportunidades desses alunos.

Assim, os diferentes tempos de aprendizagem devem ser não somente respeitados bem como considerados no planejamento pedagógico. Há uma necessidade de planejar na perspectiva inclusiva, onde se prever estratégias pedagógicas diversificadas, em relação ao tempo, considerando o ritmo de cada aluno. Diversificando também os modos de mediação, proporcionando oportunidades de realizar atividades individualmente, em dupla, em grupos, cujos critérios de formação também devem ser diversificados. E flexibilizando a rotina pedagógica de acordo com o público e a necessidade diagnóstica com o especialista, após saber a CID do aluno, deve flexibilizar a rotina a partir de um planejamento que atenda a necessidade do aluno.

Procedimentos Avaliativos

A LDB 9394/96, Art. 59, descreve toda a trajetória que a escola deve seguir, para mediar a ação com o aluno especial. Partindo desse artigo, a avaliação na perspectiva inclusiva é um processo contínuo e contextualizado, no qual a referência deve ser a trajetória individual do aluno, sem que haja a classificação ou comparação. Isso porque a educação inclusiva parte do pressuposto de que cada pessoa tem um modo singular de agir, produzir e expressar o conhecimento. Por essa razão, a avaliação demanda a adoção de estratégias e ferramentas diversificadas, considerando as especificidades de cada aluno.

Para desenvolver uma avaliação inclusiva, o ponto de partida deve ser o aluno, ou seja, é preciso, antes de qualquer tomada de decisão, “olhar para o aluno”, porém, não pontualmente, nem descontextualizado. O professor do [atendimento educacional especializado \(AEE\)](#) deve trabalhar como aliado dos professores das classes regulares e demais profissionais da escola para a elaboração e definição do processo de avaliação.

Como estamos no processo de adaptação para uma educação inclusiva, e ainda vivenciamos o processo avaliativo no sistema de ensino adotando critérios quantitativo (40%) e

qualitativo (60%), vale lembrar, que num contexto inclusivo os erros são bem-vindos, produções autorais são valorizadas e um mesmo problema suscita a oportunidade de explorar múltiplas respostas. Provas, testes ou outras estratégias pontuais de avaliação têm menor valor que os processos de aprendizagem, a partir dos quais é possível reconhecer a evolução em relação ao que o educando já sabia ou era capaz de fazer anteriormente. A atribuição de nota emerge justamente dos fenômenos observados no cotidiano da aprendizagem, em contextos que tornam visíveis os novos conhecimentos e as novas execuções.

Nesse contexto, é preciso acompanhar o processo para conhecer sua trajetória individual baseado na CID diagnosticada pelo especialista e assim conhecer profundamente para descobrir de que modo é capaz de expressar o conhecimento no que se refere à avaliação.

Instrumentos Pedagógicos

Os instrumentos pedagógicos para avaliação é um compromisso com a aprendizagem de todos os educandos com necessidades especiais, sendo assim se faz necessário a compreensão sobre o que o ensino e a avaliação no que devem priorizar com ampla reflexão na descrição dos conhecimentos escrito na ficha de acompanhamento cognitivo e avaliativo para cada aluno e a síndrome, descrita na CID, essa teoria prevalece na ficha de ACOMPANHAMENTO, ficha de PDI e ficha de AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA. Por que a avaliação inclusiva deve estar atrelada à atenção diversificada, mediante a adaptação do currículo às diferenças, características e necessidades educativas de cada educando, com a síndrome e CID prescrita pelo profissional da área específica.

No processo de planejamento, vale ressaltar que a [educação inclusiva](#) prevê o uso de diferentes materiais pedagógicos para alcançar um mesmo objetivo de ensino. Nesse caso, a referência para a escolha ou desenvolvimento de atividades deve ser o próprio estudante, suas necessidades (baseadas em características físicas, sensoriais ou outras), seus interesses e habilidades, visando sempre a equiparação de oportunidades.

Pensando nisso, um instrumento atualmente elaborado e utilizado com o objetivo de atender as necessidades, especificidades e potencialidades e habilidades de cada aluno, respeitando sua diversidade, dentro de cada transtorno, deficiência, ou altas habilidades, e fortalecendo o desenvolvimento deste aluno tanto do Atendimento Educacional Especializado quanto na sala regular, é o PDI – Plano de Desenvolvimento Individual.

O Plano de Desenvolvimento Individual constitui-se em um roteiro de avaliação e intervenção pedagógica para alunos que frequentam o AEE. Trata-se de uma proposta que foi desenvolvida durante o oferecimento do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado, na modalidade a distância, no período de julho/2010 a dezembro/2011, em parceria da Unesp com o Ministério da Educação (MEC) a professores cursistas de todo o Brasil que pretendiam atuar em serviços educacionais especializados.

Vale ressaltar que o PDI, como o próprio nome diz, é um plano individual que deve ser construído em parceria entre coordenação pedagógica, professor de Atendimento Educacional Especial, professor regular e família e, quando possível, participação de algumas especialidades, caso a escola tenha ou o aluno é acompanhado externamente. Assim, o PDI não é um documento generalizado, pois:

“o professor precisa entender e analisar quais são as especificidades e heterogeneidades de cada aluno conhecendo-o além da deficiência que apresenta, ou seja, analisando sua história de vida, sua família, seu estilo de aprendizagem, seus interesses, suas habilidades, suas competências, suas dificuldades etc.” (POKER, et. al., 2013).

Num sistema educacional denominado inclusivo o PDI é o instrumento tanto de avaliação quanto de intervenção pedagógico especializado que será desenvolvido pelo professor.

Considerações

Nesta caminhada do processo de inclusão no Município muito já se avançou, pois hoje há uma preocupação tanto por parte dos professores, por querer integrar nas os estudantes com necessidades educativas especiais (NEE), de maneira mais qualificada, como também por parte das famílias, uma vez que tem aumentado o nível de procura, o que demonstra estar sensibilizados da importância destes sujeitos estarem inseridos na escola, principalmente na constante reivindicação da garantia dos direitos, no que se refere a presença do cuidador nas salas regulares.

Muitos desafios ainda persistem principalmente no que se refere a formação dos profissionais, as iniciativas do poder público ainda ocorrem de maneira muito tímida, ao tempo que os profissionais na maioria das vezes não estão dispostos integralmente a se dedicar a este ofício, e conceber a ideia de que a formação continuada é uma busca permanente, cientes de

que ao se tratar da educação especial esta busca está muito atrelada a especificidade de cada estudante de acordo com a deficiência apresentada.

Neste aspecto ressaltamos a importância de que o cumprimento da Atividade complementar (AC) seja também direcionado para o estudo e a pesquisa, garantido nas escolas espaços institucionalizados de estudo e pesquisa, na perspectiva da formação continuada.

Outra necessidade latente é a ausência de uma equipe multidisciplinar que ofereça as orientações necessárias tanto para os profissionais, como também que atenda as especificidades de cada estudante, mesmo a secretaria de saúde e de assistência social do Município não tem garantido de maneira eficaz este atendimento, dada a logística geográfica do Município e a ausência de centro de atendimento especial especializado.

Por fim acreditamos que vivemos tempos de resistência, uma vez que as conquistas adquiridas com muito empenho, tendem a sofrer um retrocesso com as investidas do governo federal expressas por meio do decreto 10.502/2020, que descaracteriza a concepção de educação inclusiva defendida até então. O que vem reforçar a importância da política curricular de cada município deixar evidente a intencionalidade política e pedagógica da educação especial na perspectiva da inclusão.

REFERÊNCIAS

São Paulo: Saraiva, 1996. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996.

Diversidade como paradigma de ação pedagógica na Educação. R. E. Carvalho. In: Revista da Educação Especial. MEC/SEESP. Out. 2005.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. 2 ed. Coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial. 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf. Acesso em 25 de novembro de 2020.

POKER. Rosimar Bortolini... [et al.]. –Plano de Desenvolvimento Individual para o Atendimento Educacional Especializado. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

4.2. EDUCAÇÃO DE PESSOAS, JOVENS, ADULTOS E IDOSOS

Fundamentos e contexto histórico

A Educação de Jovens e Adultos - EJA é uma modalidade de ensino criada pelo Governo Federal que perpassa todos os níveis da Educação Básica do país, destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso à escola na idade adequada. Permite que o educando retome os estudos e os conclua em menos tempo e, dessa forma, possibilita sua qualificação para conseguir melhores oportunidades no mercado de trabalho, pois vivemos em uma sociedade que está em constantes mudanças, isso faz com que a vida ou a sociedade exija mais de todos nós, são exigências da globalização, dos avanços tecnológicos e, claro, as mudanças no mundo do trabalho. É notório que a EJA pretende formar pessoas com conhecimentos igualitários e fazer com que a educação seja valorizada.

O Programa Brasil alfabetizado com o foco para alfabetização de Educação de Jovens e Adultos, tinha como principal objetivo ampliar o processo de Alfabetização, e oportunizar aos alunos não alfabetizados, ou mesmo o alfabeto funcional, avançar nos estudos, além de contribuir de maneira eficaz para o aperfeiçoamento das práticas educativas com jovens e adultos.

O programa foi criado por um Decreto nº 6093 de 24 de abril de 2007, e seu objetivo era a universalização da alfabetização de Jovens e Adultos, a partir dos 15 anos ou mais e foi uma grande conquista porque ele passou a financiar a Educação de Jovens e Adultos que a vinha sendo sempre precária, por parte do governo.

Segundo SOUZA, 2005, A educação profissional no Brasil passou por momentos importantes tanto no que diz respeito à valorização quanto à desvalorização da mesma. A década de 80 instituiu mudanças que apontaram para a direção do preparo dos alunos para o mercado de trabalho, como a exigência da Educação Básica para a maioria dos empregos com carteira assinada; também nesse período emergiram os cursos profissionalizantes para atender a demanda do mercado. Ocorre, então, uma procura maior por mão de obra qualificada, fazendo com que as pessoas com pouca qualificação procurassem a escola para obter uma formação mais adequada.

Diante essa premissa, vale explicar que, o porteiro, a secretária escolar, o coordenador pedagógico, o diretor, os professores, os pais e a comunidade escolar, enfim todos os envolvidos e que lutam por uma educação de qualidade, têm uma parcela importante na caminhada para a

inclusão escolar dos alunos trabalhadores, pensando assim no futuro dos mesmos para o mercado de trabalho.

A Educação, para o homem, é um salto para a liberdade, pois alfabetizado o mesmo é incluído na sociedade, podendo interagir com os outros com mais segurança, sem ter medo de ficar para trás em uma sociedade que evolui cada dia mais. É o que nos retrata Paulo Freire.

“A educação como prática de liberdade, ao contrario daquela que é a pratica da dominação implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens”. (FREIRE, 1999, p.40)

Na constituição Federal no seu art. 208 - a Educação de Jovens e Adultos tem a primeira referência à garantia de ensino público fundamental obrigatório, inclusive “para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. *“Art. 208- O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (...) § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.*

Dimensão Pedagógica

Currículo é o conjunto de intenções pedagógicas para o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes, o currículo para a EJA não pode ser previamente definido, se não passar pela mediação com os estudantes e seus saberes e com as práticas dos professores, o que vai além do regulamentado, do consagrado, do sistematizado em referências do ensino fundamental e do ensino médio, para reconhecer e legitimar currículos praticados, construídos coletivamente que contemplem a diversidade sexual, cultural, de gênero, de raça/etnia, de crenças, valores e vivências específicas dos sujeitos da EJA. (BAHIA, 2011).

Entendendo o currículo nesta perspectiva como algo construído em colaboração, a relação professor e aluno deve ser pautada no respeito mútuo, na valorização dos diferentes saberes, na construção do conhecimento a partir da realidade dos sujeitos, e conseqüentemente acolhendo suas intenções educativas como estratégia de convencimento e de reparação dos anos de escolaridade perdido.

Do mesmo modo, ao reconhecer a avaliação como um processo cultural que se desenvolveu ao longo da história da educação é necessário pensar o lugar que a mesma ocupa nesta modalidade em questão, daí a importância do professor conhecer profundamente o estudante para que possa desenvolver uma prática que responda às necessidades de cada um,

e possibilitar estratégias de avaliação diagnóstica e processual, por meio da ação, reflexão ação, e sobretudo garantido a inclusão dos diferentes atores, numa visão dialética e formacional.

É de suma importância que o educador adote estratégias metodológicas diversificadas: como projetos aparte de temas geradores que dialoga com os vários contextos sociais que estão inseridos, respondendo a indagações e a busca de soluções das problemáticas de sua realidade, bem como através de oficinas voltadas para as necessidades reais do seu cotidiano, abarcando os temas Integradores a nível de território, utilizando os livros didáticos como suporte, apostilhas, recursos audiovisuais, dentre outros. Assim, o professor pode utilizar de ferramentas que possam auxiliar no processo de ensino e aprendizagem como uma proposta de despertar o interesse dos estudantes para o conhecimento.

O docente deve instigar seus alunos a fazerem a leitura do mundo e do seu espaço vivido com uma visão mais ampla e crítica do espaço nas diversas escalas de análise do saber científico a considerar a riqueza local, os laboratórios vivos para a construção contínua do conhecimento.

Adentrando neste debate Luckesi (2010), nos mostra que a avaliação também constitui-se de uma relação ética entre o educador e o educando: “O princípio ético que pode e deve nortear a ação avaliativa do educador é a solidariedade com o educando, a compaixão; o que quer dizer desejar com o educando o seu desejo e garantir-lhe suporte cognitivo, afetivo e espiritual para que possa fazer o seu caminho de aprender e, conseqüentemente, de desenvolver-se na direção da autonomia pessoal, como sujeito que sente, pensa, quer e age em favor de si mesmo e da coletividade na qual vive e com a qual sobrevive e se realiza”.

O Currículo Bahia traz, à luz da educação de jovens e adultos, a premente necessidade de fazer uma educação plural para um sujeito diverso, na qual ele é o ponto de partida e de chegada para uma oferta justa e democrática, que perpassa a ideia de construir um currículo que permita ao educador dizer quem são os seus sujeitos.

Segundo Freire, “A EJA se insere em um campo de tradição e de luta pelo direito à educação para todos, mas, principalmente, porque não se resume aos processos formais de transmissão e aquisição de aprendizagens; vai além: pretende ocupar-se dos diferentes saberes e dos diferentes processos de aquisição e produção de novos conhecimentos, o que pressupõe a existência de sujeitos que se constituem como autores de seu próprio processo de aprendizagem. Sujeitos “capazes de pensar a si mesmos, capazes de intervir, de transformar,

de falar do que fazem, mas também do que sonham, do que constatarem, avaliam, valoram, que decidem e que rompem com o estabelecido”. (FREIRE, 1997, p. 10)

A Resolução do CEE nº 239, de 2011, dispõe sobre a oferta da Educação Básica de Jovens e Adultos no estado da Bahia, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais emanadas pelo Parecer do CNE/CEB nº 6, de 7 de abril de 2010, e pela Resolução nº 3, no Decreto nº 5.115 de 23 de julho de 2004, e nas Normas Complementares emanadas do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Destaca-se, portanto, a importância de se estruturarem as ofertas de modo presencial ou semipresencial, anual ou semestral, em regime de alternância, em grupos constituídos com base na idade e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem o requerer, legitimando a autonomia da construção de uma oferta específica para o seu sujeito, seja ele do campo, quilombola, indígena, dos centros urbanos, seja da periferia, com deficiências especiais, da socioeducação, das unidades prisionais; esteja ele dentro ou fora do mercado de trabalho.

As Diretrizes Curriculares nos mostram que a proposta para a organização metodológica das práticas pedagógicas de EJA, deve levar em consideração os três eixos articuladores propostos para as Diretrizes Curriculares: cultura, trabalho e tempo, os quais deverão estar ligados. A cultura, eixo principal, norteará a ação pedagógica, haja vista que dela emanam todas as manifestações humanas, entre elas, o trabalho e o tempo. (DCEs, 2005, p 45)

Ainda com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, em que a idade inicial para matrícula nos cursos da EJA é a partir de 15 anos para o ensino fundamental e a partir de 18 anos para o ensino médio.

No município de Alcobaça o público da EJA na sua grande maioria é composto de agricultores familiares, marisqueiras, profissionais do lar (donas de casa), remanescentes quilombolas, pescadores e jovens em distorção idade e série. O Município até o presente momento tem realizado alguns programas de apoio a esta modalidade e o que mais ganhou destaque apresentando bons resultados no que se refere a adesão dos estudantes e a diminuição dos índices de evasão foram a Alfabetização Solidária e o Topa Brasil.

Atualmente as escolas que ofertam a modalidade da educação de jovens e adultos na Sede (cidade) são as escolas Bom Jesus com o seguimento I e o Centro Educacional de Alcobaça (CEA), com o seguimento II.

No interior ofertando a EJA na modalidade da educação do campo distribuída nos distritos e comunidades são quatro (04) escolas que atende o seguimento I e II. São elas:

| Distrito | Escola |
|-------------------------------|----------------|
| São Jose | São Jose |
| Pouso Alegre | Pouso Alegre |
| Projeto de Assentamento 40 45 | Eloi Ferreira |
| Taquari | Maria Quitéria |

É relevante destacar que são territórios de identidade representados na sua maioria por agricultores familiares: assentados de reforma agrária, remanescentes quilombolas, trabalhadores rurais assalariados e agricultores tradicionais, dentre outros. Neste contexto é imprescindível que os fundamentos e os princípios metodológicos e filosóficos da educação do campo estejam como pilar orientador da proposta de ensino desta modalidade que a partir da homologação deste referencial ganha uma nova nomenclatura passando a se tornar Educação de Pessoas, Jovens, Adultos e Idosos, uma exemplaridade do Programa de Reelaboração dos Referencias Curriculares da Bahia, que foi a partir de uma consulta aos profissionais da Rede de ensino aderida por parte de 62% dos 208 colaboradores que responderam ao formulário do Google intitulada de Consulta Ativa aos Atores Curriculistas de Alcobaça, por entender ser plausível uma provocação quanto a realidade deste público, no sentido de que ao planejar as experiências pedagógicas sejam consideradas as especificidades de cada turma, que tem sido cada vez mais heterogênea, o que necessita de um olhar cuidadoso, desde a constituição dos espaços da sala de aula, a organização dos estudantes até a proposta pedagógica propriamente dita.

Em 2020 com o processo de reelaboração do referencial curricular esta modalidade ganha sua devida atenção trazendo para o campo do debate seus principais desafios quanto a evasão escolar, as turmas apresenta um público cada vez mais jovens em decorrência da defasagem idade e serie, a necessidade de repensar o processo de avaliação dos estudantes e de um calendário diferenciado que atenda às suas necessidades, considerando sobre tudo o calendário agrícola e o período de defeso, atendendo as condições atípicas dos pescadores e dos agricultores do Município.

Com esta finalidade o presente documento sinaliza a necessidade de estudar as possibilidades do ensino da Educação de Pessoas Jovens e Idosos (EPJAE) num formato da pedagogia da alternância afim de atender a adequação do calendário escolar, bem como a alteração no processo final de avaliação, vindo a correr no término de cada semestre, mediante a realização de exames aplicados pela Secretaria Municipal de Educação, onde o estudante atendendo a um resultado satisfatório é garantido a sua promoção para a etapa de ensino seguinte. Assim irá estimular o aluno a permanecer na escola e assegurar um processo de avaliação que valorize o tempo, evite a totalidade do prejuízo caso ele venha por algum motivo a evadir da escola.

Portanto promover um currículo que dialogue com as necessidades da EPJAI do Município, significa criar as possibilidades de garantir a universalização da educação enquanto direito conquistado a todos independente da idade, classe, orientação sexual, gênero, etnia ou religião, e assim reforçar o desejo de dar vos a estes sujeitos que por diversos motivos foram excluídos, mas ousaram recuperar o tempo perdido ir a luta pois acreditam que sempre é tempo de aprender. Abracemos esta causa ela é justa e necessária.

4.3. EDUCAÇÃO DO CAMPO



“Semente que se torna planta pelo nosso cultivar”

Contexto Histórico e Concepções Fundantes

Entende - se por Educação do Campo de acordo CALDART,(2004) a educação formal pensada pelos e para os sujeitos do campo, e pode ser compreendida como fenômeno social constituído por aspectos culturais, políticos e econômicos. Sendo assim, deixa a compreender que os processos educacionais do campo precisam ser significativos conforme a realidade dos atores que o integram.

As leituras sinalizam que a Educação do Campo surge a partir da luta dos movimentos sociais, devido a necessidade de promover condições favoráveis a inclusão de todos na educação, e assim tem se intensificado as reivindicações para que o Estado brasileiro assegure o direito dos sujeitos do campo a educação de qualidade com metas voltadas para a consolidação dos valores, princípios e dos modos de ser e viver daqueles que integram o campo (CALDART, 2004).

Ainda de acordo com a autora, no Brasil, essa modalidade de ensino surge em 1990, a partir da primeira Conferência Nacional por uma Educação do Campo. A partir desse momento, surge a concepção de educação que se difere da Escola Rural até então difundida no campo, um ensino inferiorizado imposto para aqueles que habitavam em áreas rurais, voltada para a adaptação do campesino as condições do campo, prevaleciam os valores da cidade sobre os valores do campo forjando uma identidade urbana para os camponeses. Pois o currículo sinalizava conteúdos de interesses da cidade e o sujeito do campo não possuía o acesso ao conhecimento que valorizassem o seu cotidiano.

Nesse contexto entende-se, que a década de 90, ficou marcada pela busca constante por solucionar os dilemas relativos à vida no campo, sendo a escola parte significativa desta conquista, a Educação do Campo que se faz em oposição à Educação Rural,

Nesse sentido observa se que a Educação do Campo na Bahia também tem se intensificado nas última décadas, ocorreram movimentos de reconhecimento enquanto política no Estado, visando a legalização da especificidade para a oferta através da criação da Coordenação de Educação do Campo (CEC), espaço institucional para execução da política nacional, bem como a construção da Educação do Campo no âmbito de todo estado como o objetivo analisar a gestão da Educação do Campo na Bahia, através da Secretaria da Educação do Estado (SEC) buscando avaliar a ação desenvolvida pela Coordenação de Educação do Campo (CEC) como instância de execução da política com seus limites institucionais e operacionais.

O município de Alcobaça tem dado importância à essa modalidade de ensino no que refere a formação de seus profissionais, tem buscado a formação de seus professores nas aulas coordenadas, nas jornadas pedagógicas e em cursos oferecidos pelas Universidades. De acordo com o censo escolar de 2019 indica que 56,20% dos seus estudantes estão inclusos na Educação do Campo, com 95% das escolas próximas ou dentro dos espaços de assentamentos, acampamentos, e demais comunidades rurais.

Neste contexto entende se a necessidade de que a educação do campo seja compendiada em sua complexidade, como algo que estar para além do espaço geográfico, mas faz parte da identidade de um território, uma vez que em Alcobaça um percentual significativo dos estudantes que estudam na sede do Município são de comunidades rurais, que se desloca de suas comunidades para estudar nas escolas da sede o que demanda do sistema de ensino um olhar

diferenciado que busque atender as especificidades deste público diverso, ao tempo que reforça o quanto esta modalidade é valiosa para o município.

Com esta finalidade é de suma importância que os projetos políticos e pedagógicos das escolas se atentem para os princípios norteadores da educação do campo que estão expressos no decreto de Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.

Art. 2º São princípios da educação do campo:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Em diálogo com FREIRE, (1997) ao tratar de educação, o mesmo defende uma concepção de educação voltada para os princípios filosóficos na perspectiva da transformação social; educação para o trabalho e cooperação; voltada para as várias dimensões da pessoa humana; educação com e para os valores humanistas e socialistas, como um processo permanente de formação e emancipação humana.

ARROYO, (2010) dialoga na direção dos princípios pedagógicos e aborda que para concretizar os princípios filosóficos de que trata os ideais de Paulo Freire é preciso ter o ensino pautado na relação teoria e prática; combinação metodológica entre o que fala e o que faz, fazer com base na produção do conhecimento; conteúdos formativos socialmente úteis; educação para o trabalho e pelo trabalho; vínculo orgânico entre processos educativos/processos políticos; vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; vínculo orgânico entre educação e cultura; gestão democrática; auto-organização dos/das estudantes; criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educandos/as; e atitude e habilidade de pesquisa.

As concepções desses autores anteriores mencionados no texto, deixa a compreender que os princípios políticos apontam que a Educação do Campo deve ser compreendida como ação de afirmação da realidade educacional dos camponeses que pressupõe o trabalho e a pesquisa como princípio educativo, pois os conhecimentos são construídos de forma coletiva a partir do trabalho na terra em permanente diálogo com os princípios e fundamentos da agroecologia, da problematização sistemática da relação dos camponeses com a natureza.

Propõe também a interdisciplinaridade com a construção do conhecimento coletivo, sendo a educação um ato criativo e transformador. Estes princípios políticos e pedagógicos se enraízam num projeto de sociedade que lutam para construir, na perspectiva de buscar superar as relações de opressão, de dominação e das desigualdades sociais, é um projeto de desenvolvimento do campo brasileiro em uma visão humanista e transformadora.

Portanto pensar a educação do campo estar para além de tratar das questões pedagógicas do ensino escolar, se trata de algo ligado diretamente com as lutas de classe, com as causas dos movimentos sociais que resistem no campo, em prol da defesa dos direitos humanos que perpassa pelo acesso à escola e a educação de qualidade para os sujeitos.

É neste sentido que reitera a necessidade de garantir que a política curricular do Município assegure um ensino pautado nos princípios da educação do campo, nos seus valores, na construção dos saberes que são essenciais para a escola, fundamentada em uma concepção de ensino que tem como ponto de partida a realidade local, considerando sobre tudo os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. Bem como garantir o pleno acesso ao processo de ensino aprendizagem, aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, para o avanço dos seus direitos como cidadãos críticos e democráticos, assim buscando continuamente a valorização do seu território de identidade como sujeito coletivo do campo e para a construção de um projeto de escola que se agregue a um projeto de transformação social.

NORMATIVAS PARA A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A partir das literaturas consultadas para consolidar a Proposta Curricular da Educação do Campo no Município de Alcobaça, foi relevante considerar como normativas norteadoras os documentos a seguir que sustentam as diversas maneiras de trabalhar o ensino e a aprendizagem em todos os níveis de ensino dessa modalidade.

A Constituição Federal de 1988, estabelece que a educação passa a ser direito fundamental garantido a todo e qualquer indivíduo, independentemente da etnia, condições sociais, e local

em que vive, em que a educação destinada à população camponesa passa a ser vista como uma obrigatoriedade dentro das suas diferenças.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 205, a educação é um direito de todos e dever do Estado e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No que se refere à educação do campo, observa-se que historicamente foi tratada com inferioridade, com algo de segundo plano.

A aprovação das Diretrizes Curriculares representou um importante avanço no desenvolvimento da educação do campo, onde a escola é vista como o espaço essencial para a inserção do sujeito no seu meio.

Nesse contexto de luta e organização popular, essa versão de ensino começa a ganhar marcos legais por meio de legislações educacionais, trazendo avanços para essa discussão e para a garantia da mesma. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), determina em seu artigo 28, que:

“Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.”

Ainda nessa perspectiva de conceber a Educação do Campo como instrumento de busca por justiça e igualdade social, a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica, representou um importante avanço, reforçando a ideia de que a escola pode ser o espaço essencial para a inserção do sujeito no seu meio, sem perder de vista a valorização do saber sistematizado e dos conhecimentos universais. Como consta em seu texto:

“As propostas pedagógicas das escolas do campo devem contemplar a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. Formas de organização e metodologias pertinentes à realidade do campo, devem nesse sentido ter acolhida.” (*Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica*, pág. 45)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) norteia as principais ideias que comungam práticas educativas no campo, quanto à metodologia, à didática, ao calendário escolar[...] que dispõe sobre a política educacional dessa modalidade, visando a garantia da melhoria da qualidade do ensino.

A legislação educacional trouxe avanços para essa discussão, principalmente, a partir da década de 1990, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Entretanto, apesar dos avanços na legislação e nas políticas públicas, na prática, a escola do campo ainda apresenta alguns desafios que precisam ser superados tanto do ponto de vista da formação dos educadores quanto nas questões de infraestrutura e de suporte didático pedagógico.

Dentre as políticas de garantia legal da Educação do Campo, tem-se também, o disposto no Plano Nacional de Educação, (PNE), quando trata da Educação do Campo, na Meta 7, trazendo como uma das estratégias:

“Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial;” (PNE, Estratégia, 7.26)

Ao considerar a meta 07 do PME citada anteriormente a mesma assegura um currículo diferenciado, uma oportunidade para promover com base legal, conhecimentos da parte diversificada e integradora, que são de suma importância para educação do campo, em destaque aponta-se a Agroecologia, por se tratar da educação dos sujeitos que estão envolvidos direto ou indiretamente com a prática da agricultura, e para tanto, há de se discutir constantemente essa relação com os princípios ecológicos no sentido do desenvolvimento sustentável, necessário à continuidade da vida e dos recursos naturais e tem-se a escola um espaço apropriado para a construção desses saberes necessários à coletividade.

O Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) reitera a Educação do Campo como resultado de diversas lutas dos movimentos sociais populares do campo por justiça social. Observa ainda que essas lutas renderam conquistas importantes, a exemplo dos dispositivos constitucionais e marcos políticos e legais que versam sobre o tema. Nesse contexto o documento no âmbito nacional, aponta as seguintes aprovações: a Resolução CNE/CEB nº 1/2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, que define como um conjunto de princípios e procedimentos para ser observado nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino.

Precisa-se considerar o Parecer CNE/CEB nº 1/2006, que recomenda a adoção da Pedagogia da Alternância em escolas do campo; a qual tem o seu lugar nessa modalidade, a

Resolução nº 2/2008, estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento com qualidade de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. O Decreto nº 7.352/2010, que dispõe sobre a Política da Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), decreto muito discutido no âmbito da educacional.

A garantia da oferta da Educação Infantil nas escolas do Campo, precisa respeitar os direitos de aprendizagem em suas especificidades. Conforme estabelece a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. No Art. 3º, § 2º: Que aponta que *“Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma, crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental”*.

As escolas do campo, indígenas e quilombolas, respeita o posicionamento apresentado pela Secretaria Estadual de Educação do Estado, a reflexão do diagnóstico do impacto da ação e do entendimento da comunidade escolar de cada território, a Resolução do CEE nº 103/2015, que dispõe sobre a oferta da Educação do Campo no Sistema Estadual de Ensino da Bahia.

No estado da Bahia, ocorreu a implementação da Lei nº 11.352/2008, que institui o Programa Estadual de Apoio Técnico-Financeiro às Escolas Família Agrícola (EFAs) e Casas Familiares Rurais (CFRs) do Estado da Bahia, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 14.110/2012, bem como pela Lei nº 13.907/2018, que sustenta aos egressos das Escolas Família Agrícola (EFAs) e Casas Familiares Rurais (CFRs) tratamento equivalente aos egressos da Educação Estadual.

A Resolução CEE nº 103/2015, a oferta da Educação do Campo, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia, no nível da Educação Básica, destina-se à formação integral das populações do campo, em escolas do campo, entendidas como unidades de ensino situadas na área rural ou aquelas localizadas em áreas urbanas, desde que atendam, prioritariamente, às populações do campo. No Art 1º - CEE nº103/2015 está explícito que questões ligadas à justiça social, ao trabalho e à diversidade estejam presentes nas diversas instituições educativas e em todos os níveis e modalidades de educação em todo o País (CONAE (2010).

Portanto à Educação do Campo, provoca a superar as discrepâncias e desigualdades educacionais entre o urbano e o campo; visando garantir a oferta da educação do campo em todo o país, levando em consideração a diversidade e as desigualdades regionais; garantir às escolas do campo padrões básicos de infraestrutura; valorização do meio, articulação com as demais modalidades de ensino, dentre outros.

No olhar da Educação do campo, o currículo deve ser desenvolvido a partir das necessidades concretas de cada estudante, construindo juntos e respeitando as adversidades, pois será constituído de saberes próprios das comunidades em diálogo com os conhecimentos científicos e saberes universalizados. Lembrando que cada escola tem sua identidade, e o Projeto Político-Pedagógicos Participativo (PPPP) será um organizador curricular com suas ações metodológicas adequadas às necessidades dos estudantes e comunidades do campo; flexibilização na organização escolar, visando à adequação do tempo e das aprendizagens do seu território.

Diante de todas as especificidades do ensino do campo, consideramos, no tocante à organização pedagógica dessa modalidade de ensino, a existência ainda necessária, de turmas multisseriadas dentro da dimensão da educação do campo, como forma de manter o acesso das crianças à escola, mesmo nas comunidades pequenas, o mais próximo possível.

Nessa construção a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais em todas as áreas do conhecimento deliberando as competências e habilidades a ser alcançada por todos estudantes embora não tenha sido sinalizado com especificidade sobre a modalidade da educação do campo, mas deixou a abertura para que os estados e municípios construíssem seus referenciais curriculares de modo a contemplar a diversidade de contexto de cada território de identidade.

Neste propósito Alcobaça se autoriza a eleger os saberes que são importantes para a educação dos sujeitos neste exercício de construção colaborativa do referencial curricular, que ganhara legitimidade com os projetos políticos e pedagógicos de cada escola.

Reflexões pertinente a luz da realidade

Como atores curriculistas deste processo é importante pontuar algumas negligências que ainda persiste por parte do Estado Brasileiro e dos grupos hegemônicos, que vai na direção contrária ao defendido pela Educação do Campo, que também se reflete na realidade do Município de Alcobaça. Muito temos avançado na universalização do acesso dos estudantes a escola, numa dimensão de ter 30 escolas distribuídas nos distritos e comunidades rurais onde na sua maioria estão em bons estados de conservação e equipadas com os materiais didáticos pedagógicos essenciais para o ensino, mesmo porque dispõe dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, através dos programas de apoio as escolas.

Mesmo assim muito ainda há de se avançar para garantir a qualidade da educação ofertada, de modo a priorizar o acesso, a qualidade do ensino e a permanência do educando na escola, evitando o fechamento das escolas e sobre tudo a migração de uma escola para outra, mesmo que seja dentro da própria Rede. Melhorar a qualidade do ensino ofertado é um grande desafio, as turmas multisseriadas é uma realidade das escolas do campo, o que tem de certo modo contribuído para a baixa qualidade do ensino, ao tempo que exige do poder público em implementar um programa de formação continuada que busque qualificar estes processos. E assim conquistar a credibilidade das famílias e garantir a permanência de parte dos estudantes em suas escolas de origem.

É importante destacar que por ser o município de Alcobaça uma população que na sua grande maioria reside no campo, e conseqüentemente ter aproximadamente 95% de suas escolas situadas na zona rural, entende se a necessidade de ter um triple estruturante do currículo sendo ele Pesca, Agricultura e Turismo. Assim estes temas fundantes irão permeia os organizadores curriculares como um todo, além de estarem imbuídos do sentido da educação do campo dado as características econômicas, sociais e territoriais do Município.

Desse modo a disciplina de Agroecologia que até então fazia parte da matriz curricular, sendo trabalhada no currículo com componente curricular passa a ser tratada de maneira transversal como recomenda as diretrizes curriculares nacionais:

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9.394/1996 Art. 26 § 7º, “A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais” (Brasil,1996)

Nas diretrizes Curriculares Nacionais Art. 15 & 1º - A parte diversificada, pode ser organizada em temas gerais, na forma de eixos temáticos, selecionados colegiadamente pelos sistemas educativos ou pela unidade escolar”. (BRASIL, 2013, p.68)

Resolução CEE/BA, nº 137/2019 Art. 24 - Parágrafo único. A complementação da BNCC pela parte diversificada exigirá dos sistemas de ensino e das instituições escolares, a articulação necessária para possibilitar a sintonia com os interesses mais amplos de formação básica do cidadão com a realidade local – e suas características geombientais e socioambientais, bem com a sociedade, a história, a cultura, a economia e, ainda, com horizonte das expectativas dos estudantes, perpassando o currículo na sua integralidade. (BAHIA,2019)

CNE /CP N° 02/2017 Art. 7° Parágrafo único. Os currículos da educação básica, tendo como referência a BNCC, devem ser contemplados em cada instituição escolar e em cada rede de ensino, no âmbito de cada instituição, por ser uma parte diversificada, as quais não podem ser consideradas como dois blocos distintos justaposto, devendo ser planejadas, executadas e avaliadas como um todo integrado.

Como também de acordo com os resultados apresentados pela pesquisa intitulada de: Consulta aos atores curriculistas de Alcobaça realizada no mês de agosto/2020 por meio do formulário online do Google, onde dos 208 profissionais da Rede que responderam 89,4% consideraram importante que a base diversificada do ensino fosse trabalhada de maneira transversal, o que não retira a autonomia das escolas do campo de a partir do projeto político pedagógico centrar a atenção para esta temática, por ser um dos princípios fundantes essenciais para educação do campo.

Contudo, contemplar a demanda da educação do campo, diante de toda a sua diversidade, exige um grande esforço, seja do poder público ou de todos os envolvidos com essa causa, diante do proposto nos marcos e dispositivos legais já conquistados.

Espera se que esse documento seja um instrumento motivador da resiliência necessária ao processo pleno de busca da efetivação de uma Educação do Campo, ainda em construção, que garanta o direito à escola, como ferramenta essencial ao desenvolvimento do campo na perspectiva da emancipação humana e da transformação social.

REFERÊNCIAS CURRICULAR

ARROYO, Miguel G. **A escola do campo e a pesquisa do campo: metas**. In. **MOLINA**, M. C. (org.). **Educação do Campo e Pesquisa**: Questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.934/1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **CNE/CEB Resolução CNE/CEB nº 04**, de 13 de julho de 2010. Brasília, 2010a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394 de 1996. Diário Oficial da União, DF, Ano CXXXIV, nº 248. Brasília, 1996.

CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do Campo.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: Orientação para o atendimento da Educação do Campo. Brasília, DF: MEC, 2013.

FREIRE, P. (1997). Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

4.4. EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

A garantia do direito a educação pautada pela Constituição Federal de 1988 abre um leque de interpretações para os estudiosos do assunto. Falar em educação quilombola é buscar conhecer a história da formação da sociedade brasileira e as mazelas deixadas pelo período de escravidão vividos pelos negros trazidos da África e que perdura até aos dias atuais.

O reconhecimento do direito da Educação Quilombola na CF1988 dar-se-á pela intensidade dos movimentos desencadeados no país pela busca da garantia de direitos de identidade da sua ancestralidade. O Artigo 215 aponta que:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Com a promulgação da CF1988, o Estado adota uma postura de reconhecimento da necessidade de rever a política adotada até então com esses povos. Vale salientar que com toda a legislação vigente, dos discursos feitos há uma distância grande do que está no papel e a realidade vivenciada. Faz-se necessário o reconhecimento dos saberes emanados pela comunidade quilombola, e estes sejam incorporados ao currículo com as singularidades, sociais e culturais.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB) nº 4 de 2010 no seu Artigo 41 tem a seguinte definição:

Art. 41 – A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a Base nacional Comum e os princípios que orientam a Educação Básica Brasileira.

A educação quilombola é recente no país. A Resolução nº 08 de 20 de Novembro de 2012 estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação Quilombola na Educação Básica, vem nortear as ações que precisam serem desenvolvidas dentro das escolas. Por ser uma política pública recente para afirmação e valorização dos saberes históricos e culturais ausentes no currículo escolar.

A educação Quilombola perpassa pela sensibilidade de não permanecer apenas no passado, mas buscar elos de ligação com a história, das dimensões sócio culturais, a inserção ao mundo do trabalho.

As políticas públicas afirmativas requer um olhar cuidadoso com a educação oferecida considerando a diversidade existente no país. Por se tratar do currículo de um município é salutar pensar as noções de cultura, diferença, identidade, diversidade. A educação transcende os muros da escola, é indispensável refletir sobre as concepções adquiridas de um (pre)conceito existente.

Nesse sentido, o currículo implementado para a Educação Quilombola deve considerar toda a diversidade existente com suas especificidades sociais, históricas, culturais. A contextualização da diversidade étnico racial torna-se indispensável considerando o legado deixado pelos ancestrais pela boniteza do fazer educação para que todos tenham acesso de forma igualitária.

Nessa perspectiva, o ato de educar perpassa além da legislação, é essencial compreender o direito à educação para as comunidades quilombolas não deve ficar preso apenas a termos legais, é preciso a implementação de ações que se torne uma prática do cotidiano o que a lei preconiza.

Portanto, a Educação Quilombola deve partir dos princípios da integralidade do sujeito reconhecendo seu território, cultura, história como parte do processo educativo.

4.5. EDUCAÇÃO INDIGENA

O Brasil por ser um país continental apresenta uma diversidade que precisa ser considerada pela historicidade de sua formação bem como dos povos que compõem essa sociedade.

Com a chegada dos portugueses em 1.500 o país era habitados por indígenas de várias etnias, estes por não aceitarem viver sob imposições de desconhecidos e de forma alheia a sua natureza, com privações da liberdade natural se adentraram para o interior enquanto outros eram assassinados e aprisionados para servir aos “colonizadores”.

Se passaram séculos e os índios continuaram a mercê da vontade e domínio do homem “branco” tendo seus direitos negligenciados, uma outra cultura, costumes, religiosidade sendo impostas como forma de extermínio do conhecimento característico de cada etnia.

A Constituição Federal (CF) de 1988 assegura aos índios o direito de continuarem a ter a diferença cultural, tendo a autonomia peculiar de cada povo e permanecer em suas terras. O Artigo 231 aponta que:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam competindo à União demarca-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Mesmo com os direitos assegurados na CF de 1988 os índios continuaram a sofrer as arbitrariedades impostos pela sociedade com expulsão de suas terras pelos latifundiários, organizações exploradoras dos recursos contidos em suas terras.

É notório que com todo o respaldo da CF a luta dos índios persistem porque ficou apenas no papel, as ações que acontecem são pautadas de muitas lutas de grupos que se solidarizam com a causa da preservação dos povos indígenas com sua historicidade.

Quando se fala em educação a lacuna é enorme. Há tribos que praticamente esqueceram a sua língua nativa e adotaram o português no decorrer do processo de adaptação da nova realidade vivida pelos índios.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBen 9394/96) n, o Art. 32, § 3º aponta que:

O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

A seguridade na legislação educacional brasileira no processo de aprendizagem da **língua materna** de cada comunidade indígena ser um avanço, nota-se que ainda há uma lacuna existente que precisa ser preenchida porque na muitas vezes não há esse professor que atue considerando as peculiaridades de cada povo. Na medida que aconteça essa aprendizagem da **língua materna** de cada povo é também o viés de acultramento dos conhecimentos da sociedade formada pelo “homem branco” e acobertamento de fragilidades por muitos desses povos já não utilizarem a **língua materna** permitindo o esquecimento da riqueza de uma cultura.

Os Artigos 78 e 79 da LDBEN 9394/96 abre um leque de condições para a preservação da cultura dos diversos povos indígenas; ao mesmo tempo sabe-se que tais artigos não são aplicados como está posto.

Questionamentos são feitos quando se trata de índios na região. O que aconteceu com os índios que habitavam em terras de Alcobaça? Buscando pela história e após ouvir relatos de alguns índios da Comunidade Renascer, próxima ao povoado da Igrejinha retrata a luta que travaram para manterem um pouco da sua história.

De origem Pataxós fugindo dos conflitos foram para Pau Brasil. Por lá ficaram alguns anos, querendo resgatar parte de sua história alguns voltaram e fixaram na comunidade do Bruno em um espaço pequeno entre eucaliptos, sem condições de fazerem o que lhe é característico cuidar da terra para sua sobrevivência. Com o passar do tempo a área da Comunidade renascer aumentou, porém não oferece as condições necessárias para os índios que ali vivem.

Diante do contexto vivenciado pelos índios da Comunidade Renascer faz-se necessário que as escolas que atendam essas crianças façam as adaptações no Projeto Político Pedagógico para atender em suas especificidades e relacionando as demais culturas.



6. TEMAS INTEGRADORES

6.1. Educação em Direitos Humanos

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), os direitos humanos são garantias de proteção das pessoas contra as ações ou a falta de ações dos governos que possam colocar em risco a dignidade humana, tendo como direitos básicos: o direito à vida, à liberdade de expressão, à religião, à saúde, à educação e ao trabalho.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica deixam claro, que o tema dos Direitos Humanos ganha força a partir do processo de redemocratização ocorrido nos anos de 1980, com a organização política dos movimentos sociais e de setores da sociedade civil. Estes se opuseram a um regime ditatorial (1964-1985), de tipo militar, que, por suas liberadas práticas repressivas, se configurou como um dos períodos mais violadores dos Direitos Humanos.

Segundo Freire (2007), a educação não muda o mundo, mas sem ela as mudanças na sociedade também não se efetivam. O cidadão, quando conhece seus direitos, conteúdos e sua liberdade dentro da sociedade começa a buscar respostas para seus questionamentos, exercitando assim sua cidadania.

Vale ressaltar a importância de abordar esse tema no currículo escolar, pois se sabe que o cotidiano escolar, os alunos e alunas “diferentes”, por raça, etnia, classe social, gênero, religião, deficiência, orientação sexual, entre outras categorias são alvos de preconceitos, as mensagens discriminatórias e as representações negativas criadas no espaço escolar são devastadoras e tornando “objetos” de crueldades verbais e físicas.

E o papel do educador é fundamental nessa situação, o primeiro olhar do professor deve ser sempre para o desenvolvimento da criança e do jovem, respeitando a individualidade e as características próprias de cada um, com aspectos integrados que necessitam de incentivo para se desenvolverem. Diante disso, os estudantes devem ser livres para explorar e realizar descobertas, existindo uma relação dialógica.

A temática sobre Direitos Humanos no contexto educacional é de grande relevância frente seu potencial formativo. Tem-se, portanto, a educação para os Direitos Humanos um instrumento para a construção de uma cultura de tolerância e paz.

As práticas pedagógicas devem estar voltadas para o desenvolvimento da educação como um todo, buscando na vivência e na prática dos Direitos Humanos, em espaço democrático de interação no ambiente escolar, a experiência para a formação de cidadãos.

Segundo Duarte (2003) o ambiente educacional está relacionado a todos os processos educativos que têm lugar nas instituições, abrangendo:

- Ações, experiências, vivências de cada um dos/as participantes;
- Múltiplas relações com o entorno;
- Condições sócias afetivas;
- Condições materiais;
- Infraestrutura para a realização de propostas culturais educativas.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos visa formar cidadãos ativos, estabelecendo uma sociedade mais democrática, justa e equitativa. Sendo assim,

[...] universo da educação o espaço-tempo privilegiado para formar e consolidar os princípios, os valores e as atitudes capazes de transformar cada ser humano, no humano que queremos ver respeitado em todas as dimensões da vida (BRASIL, 2007, p.11).

Na Base Nacional Comum Curricular, a formação dos direitos humanos aparece fundamentada tanto para a cidadania quanto para os horizontes, pois os parâmetros de desenvolvimento a todo momento dialogam com os direitos da cidadania de forma mais ampla. As habilidades/competências a serem desenvolvidas junto aos estudantes não tem um fim em si mesmo, mas apresenta elementos fundamentais para a participação destes na vida coletiva e social. Com isso, os direitos humanos precisam estar no centro das atenções em todo seu contexto para que atenda aos objetivos e estejam conforme as leis brasileiras. Expressa, assim, um compromisso da política de educação com aqueles elementos de formação do cidadão, indicando aqueles que considera fundamentais para uma vida plena e para o exercício da cidadania.

O Currículo Bahia, traz os Direitos Humanos como Temas Integradores, abordando sua relevância quanto já expressa em normativas como o PEDH, o PEEDH e o Plano Estadual da Juventude, Lei nº 12.361/2011, que no Art. 4º, XX, dispõe sobre a necessidade de:

Inserir conteúdos curriculares que valorizem a consciência participativa, política e cidadã dos jovens, tais como educação pela comunicação, meio ambiente, cultura brasileira, direitos humanos e de identidades. (BAHIA, 2011).

Nessa perspectiva, a necessidade de abranger no Currículo Municipal de Alcobaça aspectos e estratégias que respeitem a realidade local e perpassa pelas dimensões da promoção e valorização e pela prevenção e enfrentamento às violações dos Direitos Humanos. Assim, cabe à comunidade escolar expressar as estratégias e ações pedagógicas diversificadas adequadas à sua realidade e promover os Direitos Humanos por meio dos seus Projetos Político-Pedagógicos.

As ações e estratégias pedagógicas devem envolver todos os Componentes Curriculares, em todas as Áreas do Conhecimento e Campos de Experiência, integrando toda a comunidade escolar.

Como ressalta o Currículo Bahia (2019),

O ambiente educacional, a partir da elaboração coletiva de um Projeto Político-Pedagógico, pautado no compromisso de garantir os direitos à educação e à aprendizagem de todos os estudantes, promove reflexões e mudanças de atitude dos sujeitos, inclusive, perante as práticas discriminatórias e violentas nos espaços sociais.

6.2. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Trabalhar Relação Étnico- Raciais não é mais uma questão de vontade de interesse particular. É uma questão curricular de caráter obrigatório que envolve as diferentes comunidades: escolar, familiar, e sociedade.

Percebe-se ainda no cotidiano que o racismo prejudica o desenvolvimento da autoconfiança e autoestima de pessoas negras, indígenas e de outros grupos sociais discriminados.

A BNCC nos mostra através da Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional.

Diante disso os educadores precisam ser sensibilizados o quanto se faz necessário abordar as questões raciais na escola, o respeito à cultura Africana e Afro Brasileira, independentemente de religião, de cor, ou de classe social, precisam conscientizar-se e refletirem sobre suas práticas, para que de fato todos sejam tratados com igualdade, dignidade e acima de tudo com respeito.

O levantamento do IBGE aponta que, em 2018, a população da Bahia foi estimada em 14.793.319 pessoas. Em relação a 2017, quando se estimava que havia 14.730.620 moradores no estado, o número cresceu apenas 0,4% (mais 63 mil pessoas em um ano). Comparando-se com a população estimada em 2012 (ano inicial da PNAD Contínua), de 14.422.526, o crescimento foi de 2,6% (mais 321 mil pessoas).

A lei 10639/03 visa fazer um resgate histórico para que as pessoas negras afro-brasileiras conheçam um pouco mais o Brasil e melhor a sua própria história, estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio.

Sobre a Lei, Pinheiro e Rosa (2018) destaca o seguinte:

Entendemos que a lei é importante para assegurar que, em um país que se intitula o “paraíso da democracia racial”, as escolas discutam a história de nossos ancestrais africanos a partir de uma ótica diferente daquela apresentada pelo colonizador, mas conferindo direito a voz às pessoas que efetivamente construíram esse país, objetiva e subjetivamente, por meio de seu trabalho, da socialização da sua cultura e dos seus conhecimentos. (PINHEIRO E ROSA, 20118).

Em março de 2008, a Lei Federal 11.645 acrescentou a obrigatoriedade dos estudos referentes à história e cultura indígena nas redes de ensino do país. O artigo 26 recebeu o seguinte acréscimo:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo de história e cultura afro brasileiro e indígena.

Parágrafo 1º. O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Parágrafo 2º. Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira. (Lei de Diretrizes e Bases Nacionais.)

Com tudo isso, entende-se que o ensino vem efetivando um movimento de resgate a cultura indígena e afro no Brasil.

O Currículo do município de Alcobaça se constitui em uma referência para que as unidades de ensino tratem a educação para as Relações Étnico-raciais, na perspectiva de incorporar a diversidade em toda a sua complexidade, compreendendo a dinâmica da ação educativa como prioridade para acabar as discriminações, valorizando o sujeito, demarcando a importante contribuição das ações pedagógicas na construção de identidades.

6.3. EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

O trânsito brasileiro, a cada ano, vem assustando cada vez mais a população. Isso se deve ao fato de que os índices de acidentes têm aumentado de forma muito rápida, levando o indivíduo a óbito e com mais frequência os jovens.

Nessa realidade um dos maiores desafios está na educação para um trânsito mais humano, tendo como ponto de partida a mobilização dos alunos, os familiares, à comunidade em geral, tanto em relação à educação dos pedestres quanto à dos condutores, para que a atuação de cada um seja sempre de forma positiva.

O trânsito no Brasil é regulamentado pela Lei 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro – CTB, e pelas Resoluções complementares, também os Estados complementam a legislação por meio de Portarias e Decretos.

No Artigo 75, Parágrafo 1º do Código de Trânsito Brasileiro que considera que os órgãos de Trânsito deverão promover ações educativas no âmbito de sua circunscrição e de acordo com as particularidades locais.

É de grande relevância que o Currículo de Alcobaça implemente ações para que a Instituição de Ensino, promova campanhas de educação no trânsito, trabalhando a conscientização dessa população sobre o que pode ser mudado nos seus hábitos para que os acidentes diminuam, pois, a educação de um povo é a principal ferramenta para diminuir estes números tão alarmantes de acidentes e mortes.

Como mostra as Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito no Ensino Fundamental (BRASIL, 2009), para que o trânsito seja inserido no currículo escolar, é indispensável que ele seja concebido e tratado com a finalidade de assegurar o direito de ir e vir. Essas Diretrizes indicam que a inclusão do tema trânsito no currículo escolar requer ações educativas permanentes que ultrapassam a aprendizagem de regras, normas e leis de trânsito.

O comportamento do ser humano no trânsito é regido por um conjunto de leis que preveem comportamentos e ações corretas, bem como infrações, multas penalidades e a responsabilização civil e criminal pelos atos que são cometidos no trânsito, principalmente quando coloca em risco a segurança, a própria vida e das demais pessoas.

Hoje, uns dos fatores de riscos são: dirigir sob o efeito de álcool, o excesso de velocidade, o não uso do cinto de segurança, o não uso da cadeirinha, dentre outros.

O que estabelece a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, no capítulo VI- Da Educação para o Trânsito, estabelece no art. 74 “ A educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito”. É no século XXI, em junho de 2009, que as Diretrizes Nacionais de Educação para o Trânsito na Pré-Escola, e no Ensino Fundamental são aprovadas pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).

De acordo o código de trânsito, § 2º:

O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.

Sendo assim, devemos lutar por um trânsito mais seguro e, conseqüentemente, pela melhoria da qualidade de vida e pelo respeito à dignidade humana.

É de suma importância que a Educação para o Trânsito no município de Alcobaça, seja inserida no currículo escolar, pois através da educação no trânsito dentro das escolas poderemos formar cidadãos mais conscientes e preparados para enfrentar a vida e o trânsito e mais comprometidos com a vida.

6.4. SAÚDE NA ESCOLA

A Instituição escolar é o local onde aprendemos sobre os mais diferentes assuntos, tornando-nos capazes de entender o meio em que vivemos, as leis físicas e químicas que atuam sobre nós, bem como os processos biológicos relacionados a todas as formas de vida.

Sabendo da importância da escola na formação de cidadão, é fundamental que o tema saúde na escola seja abordado no currículo do município como **forma de melhorar a** qualidade de vida de toda a população, em especial dos alunos do município de Alcobaça.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), saúde é um “estado de completo bem-estar físico, mental e social e não consistindo somente da ausência de uma doença ou enfermidade” (OMS, 1946).

O bem-estar, conforme consignado pela OMS, é expressão que nos remete a um estado de ausência de transtornos físicos, psíquicos e sociais. Em suma, temos a afirmação de que a saúde não se resume ao corpo físico, ao equilíbrio fisiológico, mas que depende também do equilíbrio emocional, das relações entre os seres, da inclusão social, do equilíbrio socioeconômico.

Nesta perspectiva, o tema integrador Saúde na Escola, associado ao recorte territorial, ganha relevância no currículo das unidades escolares, possibilitando a implementação de estratégias mais efetivas para o enfrentamento dos problemas de saúde mapeados no território e, principalmente, na proposição de soluções mais adequadas” (CURRICULO BAHIA).

Para o CURRICULO BAHIA princípios como intersetorialidade, integralidade, territorialidade, interdisciplinaridade e transversalidade devem ser assumidos no currículo respaldando projetos de intervenção envolvendo a comunidade do entorno para o fortalecimento da parceria escola- comunidade, constituindo-se em uma Escola Promotora da Saúde.

A Lei 12.361, de 17 de novembro de 2011 estabelece como uma das diretrizes a Promoção da Saúde Integral do Jovem, com destaque para a ação programática de “ênfase no trabalho

conjunto com a escola e com a família para a prevenção da maioria dos agravos à saúde dos jovens”.

A escola configura-se como espaço privilegiado para ações de promoção da alimentação saudável, em virtude de seu potencial para produzir impacto sobre a saúde, autoestima, comportamentos e desenvolvimento de habilidades para a vida de todos os membros da comunidade escolar: alunos, professores, pais, merendeiras, responsáveis pelo fornecimento de refeições e /ou lanches e funcionários. Exerce grande influência na formação de crianças e adolescentes e constitui, portanto, espaço de grande relevância para a promoção da saúde, principalmente na constituição do conhecimento do cidadão crítico, estimulando-o à autonomia, ao exercício dos direitos e deveres, às habilidades com opção por atitudes mais saudáveis e ao controle das suas condições de saúde e qualidade de vida (BRASIL; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2006C). LIVRO MANUAL OPERACIONAL PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO.

O livro manual operacional para profissionais de saúde e educação nos mostra que os programas de promoção da saúde na escola favorecem a ampliação de conhecimento para as famílias e comunidades, melhoria da situação de saúde das populações, prevenção de hábitos negativos à saúde, redução dos índices de absenteísmo escolar e do professorado, conhecimento de utilização dos serviços de saúde e estímulo aos educadores para o trabalho .

O trabalho Inter setorial com a área de saúde permite o desenvolvimento de atividades relacionadas com o cuidado com a saúde dos escolares e de sua família. Pode envolver profissionais de saúde e agentes comunitários do serviço de saúde de referência, que tem a escola como espaço da sua territorialidade. Outros profissionais como médicos, enfermeiros, dentistas, nutricionistas, psicólogos, agentes comunitários de saúde e demais profissionais da Atenção Básica devem participar.

O processo de trabalho das equipes de Atenção Básica tem como características “o desenvolvimento de ações intersetoriais, integrando projetos sociais e afins, voltados para a promoção da saúde” e o “apoio a estratégias de fortalecimento da gestão local e do controle social”. A estratégia Saúde da Família (ESF) tem contribuído com o fortalecimento de redes e equipamentos sociais e, nesse contexto, a escola se apresenta como espaço privilegiado para ações conjugadas com os princípios de descentralização, territorialização, intersetorialidade, integralidade e controle social, colaborando com a conformação dos sistemas locais de saúde.

Visando a integração e articulação permanente da saúde e educação criou-se o Programa Saúde na Escola (PSE). O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

O público beneficiário do PSE são os estudantes da Educação Básica, gestores e profissionais de educação e saúde, comunidade escolar e, de forma mais amplificada, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) é uma das ações do Programa Saúde na Escola (PSE), que tem a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. A proposta do projeto é realizar ações de promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva de adolescentes e jovens, articulando os setores de saúde e de educação. Com isso, espera-se contribuir para a redução da infecção pelo HIV/DST e dos índices de evasão escolar causada pela gravidez na adolescência (ou juvenil), na população de 10 a 24 anos.

É de suma importância o trabalho de parceria com os profissionais de saúde auxiliando os profissionais da educação em um trabalho em conjunto, perceberem as necessidades individualizadas de cada um e poderem atuar para atendê-las, tanto no ambiente da saúde quanto no ambiente escolar.

Tendo em vista o papel da escola na formação de crianças e adolescentes, bem como a possibilidade de ampliação de conhecimentos para as famílias e comunidades, o ambiente escolar traduz-se num espaço favorável à promoção da saúde e, mais especificamente, da promoção da alimentação saudável, na medida em que congrega grande número de indivíduos em que nele passam a maior parte do tempo trabalhando, estudando e aprendendo.

Partindo dessa premissa, um dos objetivos de inserir esse tema é proporcionar às crianças e aos jovens as habilidades necessárias para o crescimento livre e a oportunidade de experimentar a manutenção de hábitos de vida saudáveis.

É de grande relevância que no planejamento escolar esteja inserido conteúdos relacionados com os estilos de vida, saúde mental/violência e a saúde e higiene do corpo.

Neste contexto, a formação e a atuação dos professores são fundamentais para a inovação na questão da educação para a saúde.

Sob a luz do Ministério da Saúde em 2006 (BRASIL,) uma alimentação saudável tem como enfoque prioritário o resgate de hábitos alimentares regionais, culturalmente referenciados e de alto valor nutritivo, e de padrões alimentares variados, que tenham início desde a introdução da alimentação complementar, a partir dos seis meses de vida, até a idade adulta e velhice.

Promover a alimentação saudável por todo o curso da vida contribui para a redução de prevalência de todos os tipos de doenças relacionadas à alimentação, tais como obesidade, diabetes, doenças cardíacas e câncer e também deficiências nutricionais e doenças infecciosas. (SCRIMSHAW et al, 1968; TOMKINS, 1999; SCRIMSHAW, 2000 apud PINHEIRO; RECINE; CARVALHO, 2006).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE é a política pública de maior abrangência em alimentação e nutrição no país, apresentando como diretriz o emprego da alimentação saudável e adequada no ambiente escolar. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos escolares durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares.

Dentre as ações que podem ser realizadas no processo de educação nutricional, destacam-se a oferta da alimentação saudável na escola, a implantação e manutenção de hortas escolares pedagógicas, a inserção do tema Alimentação Saudável no currículo escolar, a realização de oficinas culinárias experimentais com os alunos, restrição ao comércio de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal e incentivo ao consumo de frutas, verduras e legumes, monitoramento da situação nutricional dos escolares e estímulo à implantação de boas práticas de manipulação nos serviços que ofertam alimentação escolar.

Neste âmbito, faz-se necessária à realização de ações que insiram a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no Projeto Político Pedagógico das escolas, perpassando as áreas de estudo e processando-se regularmente e de modo contextualizado no cotidiano da experiência educacional envolvendo toda a comunidade.

6.5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação ambiental faz parte dos temas integradores do currículo de Alcobaça dialogando com a Lei Estadual 12.056/2011 e de acordo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013).

Esta temática se faz necessária diante das problemáticas socioambientais vividas pela humanidade, onde há uma exploração desordenada dos recursos naturais, decorrentes do processo de desenvolvimento econômico e dos avanços tecnológicos, além das mudanças climáticas, diminuição da biodiversidade e o consumo exagerado, o que gera um acúmulo absurdo de resíduos sólidos.

De acordo com a lei estadual entende-se por educação ambiental: “O conjunto de processos permanentes e continuados de formação individual e coletiva para a sensibilização, reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, atitudes e hábitos, visando uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra”. (LEI 12.056/2011, Artigo 2º)

Neste contexto o currículo de Alcobaça reconhece a importância deste tema, sobre tudo por considerar a realidade do município, onde há forte impacto ambiental devido o uso indiscriminado dos agrotóxicos nas atividades agrícolas, compactação do solo por conta das pastagens e principalmente pela monocultura do eucalipto, além da má gestão dos recursos hídricos em decorrência dos sistemas de irrigação.

Para além destes aspectos com predominância na zona rural, há também os que se refere à zona urbana, com a poluição dos rios e da praia, através dos descartes dos resíduos sólidos e do esgoto, bem como a ocupação inapropriada das áreas de manguezais.

Outro problema agravante no município é a questão do lixo, embora já tenha tido algumas iniciativas, mas ainda não se tem um trabalho efetivo de separação, e o aterro sanitário não funciona em conformidade com a legislação ambiental.

Neste contexto é de fundamental importância que no currículo seja trabalhado a educação ambiental de forma transversal integrada e interdisciplinar possibilitando aos estudantes o debate sobre as diferentes temáticas, buscando sensibilizar a comunidade escolar da necessidade de preservação do ambiente e do uso sustentável dos recursos naturais.

Nesta perspectiva ao tratar deste tema os Parâmetros Curriculares Nacionais já apontavam para os grandes desafios da escola.

Proporcionar um ambiente escolar saudável e coerente com aquilo que ela pretende que seus alunos apreendam, para que possa, de fato, contribuir para a formação da identidade como cidadãos conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente e capazes de atitudes de proteção e melhoria em relação a ele.

Com esta finalidade e em consonância com o currículo do Estado o Município propõe que seja desenvolvido pelas escolas projetos e campanhas que dialoguem com os princípios norteadores da educação ambiental, que estão para além das questões simplórias do meio ambiente, mas que abrangem as várias dimensões da vida humana sendo eles: Justiça ambiental

- Gestão democrática
- Valorizar a diversidade
- Promoção a saúde
- Complexidade ambiental
- Cultura de paz
- Enfoque humanístico
- Empoderamento coletivo
- Protagonismo juvenil
- Controle social
- Respeito às diferenças

6.6. SAÚDE NA ESCOLA

A Instituição escolar é o local onde aprendemos sobre os mais diferentes assuntos, tornando-nos capazes de entender o meio em que vivemos, as leis físicas e químicas que atuam sobre nós, bem como os processos biológicos relacionados a todas as formas de vida.

Sabendo da importância da escola na formação de cidadão, é fundamental que o tema saúde na escola seja abordado no currículo do município como **forma de melhorar a** qualidade de vida de toda a população, em especial dos alunos do município de Alcobaça.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), saúde é um “estado de completo bem-estar físico, mental e social e não consistindo somente da ausência de uma doença ou enfermidade” (OMS, 1946).

O bem-estar, conforme consignado pela OMS, é expressão que nos remete a um estado de ausência de transtornos físicos, psíquicos e sociais. Em suma, temos a afirmação de que a saúde não se resume ao corpo físico, ao equilíbrio fisiológico, mas que depende também do

equilíbrio emocional, das relações entre os seres, da inclusão social, do equilíbrio socioeconômico.

Nesta perspectiva, o tema integrador Saúde na Escola, associado ao recorte territorial, ganha relevância no currículo das unidades escolares, possibilitando a implementação de estratégias mais efetivas para o enfrentamento dos problemas de saúde mapeados no território e, principalmente, na proposição de soluções mais adequadas” (CURRICULO BAHIA).

Para o CURRICULO BAHIA princípios como intersetorialidade, integralidade, territorialidade, interdisciplinaridade e transversalidade devem ser assumidos no currículo respaldando projetos de intervenção envolvendo a comunidade do entorno para o fortalecimento da parceria escola- comunidade, constituindo-se em uma Escola Promotora da Saúde.

A Lei 12.361, de 17 de novembro de 2011 estabelece como uma das diretrizes a Promoção da Saúde Integral do Jovem, com destaque para a ação programática de “ênfasis no trabalho conjunto com a escola e com a família para a prevenção da maioria dos agravos à saúde dos jovens”.

A escola configura-se como espaço privilegiado para ações de promoção da alimentação saudável, em virtude de seu potencial para produzir impacto sobre a saúde, autoestima, comportamentos e desenvolvimento de habilidades para a vida de todos os membros da comunidade escolar: alunos, professores, pais, merendeiras, responsáveis pelo fornecimento de refeições e /ou lanches e funcionários. Exerce grande influência na formação de crianças e adolescentes e constitui, portanto, espaço de grande relevância para a promoção da saúde, principalmente na constituição do conhecimento do cidadão crítico, estimulando-o à autonomia, ao exercício dos direitos e deveres, às habilidades com opção por atitudes mais saudáveis e ao controle das suas condições de saúde e qualidade de vida (BRASIL; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2006C). LIVRO MANUAL OPERACIONAL PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO.

O livro manual operacional para profissionais de saúde e educação nos mostra que os programas de promoção da saúde na escola favorecem a ampliação de conhecimento para as famílias e comunidades, melhoria da situação de saúde das populações, prevenção de hábitos negativos à saúde, redução dos índices de absenteísmo escolar e do professorado, conhecimento de utilização dos serviços de saúde e estímulo aos educadores para o trabalho .

O trabalho Inter setorial com a área de saúde permite o desenvolvimento de atividades relacionadas com o cuidado com a saúde dos escolares e de sua família. Pode envolver profissionais de saúde e agentes comunitários do serviço de saúde de referência, que tem a escola como espaço da sua territorialidade. Outros profissionais como médicos, enfermeiros, dentistas, nutricionistas, psicólogos, agentes comunitários de saúde e demais profissionais da Atenção Básica devem participar.

O processo de trabalho das equipes de Atenção Básica tem como características “o desenvolvimento de ações intersetoriais, integrando projetos sociais e afins, voltados para a promoção da saúde” e o “apoio a estratégias de fortalecimento da gestão local e do controle social”. A estratégia Saúde da Família (ESF) tem contribuído com o fortalecimento de redes e equipamentos sociais e, nesse contexto, a escola se apresenta como espaço privilegiado para ações conjugadas com os princípios de descentralização, territorialização, intersetorialidade, integralidade e controle social, colaborando com a conformação dos sistemas locais de saúde.

Visando a integração e articulação permanente da saúde e educação criou-se o Programa Saúde na Escola (PSE). O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

O público beneficiário do PSE são os estudantes da Educação Básica, gestores e profissionais de educação e saúde, comunidade escolar e, de forma mais amplificada, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) é uma das ações do Programa Saúde na Escola (PSE), que tem a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. A proposta do projeto é realizar ações de promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva de adolescentes e jovens, articulando os setores de saúde e de educação. Com isso, espera-se contribuir para a redução da infecção pelo HIV/DST e dos índices de evasão escolar causada pela gravidez na adolescência (ou juvenil), na população de 10 a 24 anos.

É de suma importância o trabalho de parceria com os profissionais de saúde auxiliando os profissionais da educação em um trabalho em conjunto, perceberem as necessidades

individualizadas de cada um e poderem atuar para atendê-las, tanto no ambiente da saúde quanto no ambiente escolar.

Tendo em vista o papel da escola na formação de crianças e adolescentes, bem como a possibilidade de ampliação de conhecimentos para as famílias e comunidades, o ambiente escolar traduz-se num espaço favorável à promoção da saúde e, mais especificamente, da promoção da alimentação saudável, na medida em que congrega grande número de indivíduos em que nele passam a maior parte do tempo trabalhando, estudando e aprendendo.

Partindo dessa premissa, um dos objetivos de inserir esse tema é proporcionar às crianças e aos jovens as habilidades necessárias para o crescimento livre e a oportunidade de experimentar a manutenção de hábitos de vida saudáveis.

É de grande relevância que no planejamento escolar esteja inserido conteúdos relacionados com os estilos de vida, saúde mental/violência e a saúde e higiene do corpo.

Neste contexto, a formação e a atuação dos professores são fundamentais para a inovação na questão da educação para a saúde.

Sob a luz do Ministério da Saúde em 2006 (BRASIL,) uma alimentação saudável tem como enfoque prioritário o resgate de hábitos alimentares regionais, culturalmente referenciados e de alto valor nutritivo, e de padrões alimentares variados, que tenham início desde a introdução da alimentação complementar, a partir dos seis meses de vida, até a idade adulta e velhice.

Promover a alimentação saudável por todo o curso da vida contribui para a redução de prevalência de todos os tipos de doenças relacionadas à alimentação, tais como obesidade, diabetes, doenças cardíacas e câncer e também deficiências nutricionais e doenças infecciosas. (SCRIMSHAW et al, 1968; TOMKINS, 1999; SCRIMSHAW, 2000 apud PINHEIRO; RECINE; CARVALHO, 2006).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE é a política pública de maior abrangência em alimentação e nutrição no país, apresentando como diretriz o emprego da alimentação saudável e adequada no ambiente escolar. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos escolares durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares.

Dentre as ações que podem ser realizadas no processo de educação nutricional, destacam-se a oferta da alimentação saudável na escola, a implantação e manutenção de hortas escolares pedagógicas, a inserção do tema Alimentação Saudável no currículo escolar, a realização de oficinas culinárias experimentais com os alunos, restrição ao comércio de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal e incentivo ao consumo de frutas, verduras e legumes, monitoramento da situação nutricional dos escolares e estímulo à implantação de boas práticas de manipulação nos serviços que ofertam alimentação escolar.

Neste âmbito, faz-se necessária à realização de ações que insiram a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no Projeto Político Pedagógico das escolas, perpassando as áreas de estudo e processando-se regularmente e de modo contextualizado no cotidiano da experiência educacional envolvendo toda a comunidade.

6.7. CULTURA DIGITAL

Na contemporaneidade as tecnologias ganharam espaço e com a chegada das mesmas, muitas mudanças ocorreram no meio e no comportamento das pessoas. Os hábitos e as relações cotidianas estão cada vez mais variados devido à inserção de novos aparatos técnicos que os influenciam.

A cultura digital faz parte do dia a dia de todos os indivíduos e isso ajuda na reflexão, contribuindo para uma visão mais aberta sobre as variantes dessa cultura. Todas as novas formas de se comunicar e relacionar por meio das novas tecnologias que estão em constante mudança e fazem parte do mundo contemporâneo, são possibilidades de construção da cultura digital.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica destacam que os conteúdos de ensino da educação profissional e tecnológica são as bases tecnológicas necessárias, partindo da premissa que trabalho, ciência, tecnologia e cultura são, desta forma, entendidos como dimensões indissociáveis da formação humana, entendendo-se o conjunto de conceitos e princípios resultantes da aplicação de conhecimentos aos processos de trabalho em um dado eixo tecnológico.

Dialogando com a Lei de Diretrizes e Bases, o que trata no Art.41: O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Nesse sentido se faz necessário promover a **alfabetização e o letramento digital**, tornando acessíveis as tecnologias e as informações que circulam nos meios digitais e oportunizando a **inclusão digital**.

A Base Nacional Comum Curricular contempla o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas ao uso crítico e responsável das tecnologias digitais tanto de forma transversal – presentes em todas as áreas do conhecimento e destacadas em diversas competências e habilidades com objetos de aprendizagem variados – quanto de forma direcionada – tendo como fim o desenvolvimento de competências relacionadas ao próprio uso das tecnologias, recursos e linguagens digitais –, ou seja, para o desenvolvimento de competências de compreensão, uso e criação de tecnologias em diversas práticas sociais, como destaca a **competência geral 5**:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BNCC, 2018)

É preciso lembrar que incorporar as tecnologias digitais na educação não se trata de utilizá-las somente como **meio** ou **suporte** para promover aprendizagens ou despertar o interesse dos alunos, mas sim de utilizá-las com os alunos para que construam conhecimentos **com** e **sobre** o uso dessas tecnologias.

Partindo desse pressuposto é de grande importância inserir esse tema no currículo do município de Alcobaça, de modo que venha avançar os conhecimentos, facilitando o aprendizado dos mesmos. Vale ressaltar que o papel do professor é fundamental no momento de avaliar as fontes de informações e mesmo todo o conteúdo disponível ao aluno.

Não se trata, pois, de ensinar as crianças a usar a tecnologia, mas antes de pô-la ao serviço do seu desenvolvimento educacional. Portanto, as atividades desenvolvidas com a tecnologia devem ser perspectivadas como novas oportunidades educativas, mas integradas num todo que lhes atribuirá e reforçará o seu sentido. Isto é, integrando-se nas rotinas de trabalho da sua sala, mas dando igualmente lugar a novos projetos e a novas formas de acesso e de construção de saberes. As tecnologias digitais não são um objetivo, são um meio, poderoso, para construir conhecimento.

O Currículo do Estado nos mostra que a revolução digital possibilitou a existência de uma espacialidade virtual, o ciberespaço e a interconexão progressiva das pessoas e organizações

ao redor do globo, alterando, radicalmente, também, os processos produtivos - por isso, a revolução digital, também é conhecida como a terceira revolução industrial.

Ainda sob a luz do Currículo Bahia, a facilidade de conexão e a redução de custos de equipamentos, especialmente de celulares/smartphones, marca um ponto de ruptura com a lógica de broadcasting. A internet redefiniu a relação entre produtores e consumidores.

Segundo SANTAELLA (2013), a cultura digital articula-se com qualquer outro campo, além das tecnologias, como Arte, Educação, Filosofia, Sociologia, Ciências Naturais. Justamente pela ubiquidade crescente das tecnologias digitais.

Vale salientar que a cada dia atividade humana se torna dependente da tecnologia. Ela funciona como força impulsionadora da criatividade humana, da imaginação, devido à disponibilidade de material que circula na rede, permitindo a comunicação, o convívio, o contato, enfim, uma maior aproximação entre as pessoas. Mas as escolas ainda enfrentam um grande desafio, as mesmas precisam ser melhor equipadas, com tecnologia e com acesso à internet, pois nem sempre essa é uma realidade.

Diante disso, é de suma importância que a equipe escolar esteja adaptada a essas inovações, tentando compreendê-las, incorporá-las, socializando experiências e introduzindo essas transformações, no âmbito educacional, com isso irão contribuir na melhoria da qualidade de ensino aprendizagem e práticas docentes.

6.8. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PARA O CONSELHO

Ao longo da existência humana a organização da sociedade vem mudando numa constância a fim de atender as necessidades de cada época e cultura. Arelada a estas mudanças resignificam concepções e novos direcionamentos.

Assim, a história da humanidade é marcada por superações, negociações, invenções e reinvenções independentes do segmento em que cada ser esteja inserido. Curiosamente o dinheiro é uma das criações humanas que mais tem influencia no desenvolvimento das sociedades e nos planejamentos. A este recurso é dispensado tempo e esforços com o intuito de gerir ações individuais e coletivas que primam em refletir a melhor aplicabilidade e o melhor uso dos ônus que pode gerar.

O perfil de grande parte dos indivíduos que integram a sociedade vem se delineando enquanto consumista e direcionando para gestões de recursos do TER, numa captação de bens e produtos que nem sempre são necessários.

De acordo com Bonder (2012), o ter no propósito de monopolizar, reter e deter é uma forma catastrófica ao ser o que causa um impacto a existência dos seres. Contudo, é inquietante pensar que chega qual a utilidade em captar e reter o dinheiro na sociedade do consumo. O que direciona a questionamentos.

Mas qual a utilidade do dinheiro na vida de cada um? Qual a melhor forma de utilizar? Como a facilidade do recurso financeiro pode promover desigualdades sociais no mesmo tempo em que degrada o meio ambiente? E como utilizar o dinheiro a seu favor ainda que seja limitado?

Desvencilhar à indagações que perfaz o circuito de muitos desafios da gestão de orçamentos é uma questão árdua e que requer planejamento. Arelada à estas necessidades de buscar equilíbrio desde cedo entre os anos de 2008 e 2010 a Secretaria de Educação Básica (SEB) promover projeto piloto que orientava a educação financeira com vistas a planejar os recursos financeiros dos quais dispunham e conseqüentemente ter um futuro econômico mais tranquilo. A proposta foi abordada nas aulas de matemática, ciência, história, geografia e português.” (Brasil, 2020).

Nota-se que a premissa de tratar de educação financeira permeia os espaços educativos na perspectiva de propiciar informações para que os alunos possam gerir de forma mais clara os recursos que dispõe e conseqüentemente refletir o processo de inversão de valores do SER para o TER promovido pelo dinheiro e o que este pode comprar. Bem como os impactos do consumo no meio ambiente.

A educação financeira para o consumo consciente apresenta um leque de possibilidades que direcionam para reflexões desde os gastos desnecessários até o planejamento para realização de Projetos de Vida.

De acordo com Nova Escola apud Coutinho (2014) A Educação financeira é necessária para capacitar os estudantes a analisar as muitas opções oferecidas pelo mercado e agir de acordo com seus objetivos. "Mesmo que eles não entendam precisamente o que são juros, por exemplo, podem desenvolver ideias de bases para um consumo mais consciente”

Em suma, a sociedade é uma consumidora em ascensão seja de bens duráveis, ideias ou ações que necessitam ser redimensionadas para que o TER não subjugue o SER nas ações do cotidiano a curto e a longo prazo.

A Proposta Curricular do Estado da Bahia coloca como “Tema Integrador Educação Financeira e para o Consumo visa a construção e o desenvolvimento de comportamentos financeiros consistentes, autônomos e saudáveis, para que os estudantes possam, como protagonistas de suas histórias, planejar e executar os seus projetos de vida”. (Bahia 2020, página 98).

Nesse contexto de planejar ações colocando os alunos enquanto protagonistas do processo de construção de conhecimentos e saberes, a proposta curricular do município orienta para que as ações metodológicas estejam voltadas para o aprender na prática com vistas a compreender como acontece o processo. Faz-se importante viabilizar discussões e orientações que estimulem a empreender a partir de planos exequíveis que mediem os saberes ao longo do processo.

Orienta-se então para o tecer do referido tema, a partir das vivências propostas nos diversificados componentes curriculares e em propostas transversais de construção de saberes.

Assim, a Educação financeira transcende o poder de compra do dinheiro destinado ao TER. Ela deve ter o caráter formativo de orientação para reflexão de estar consciente para o consumo e direcionar para práticas empreendedoras tanto pessoais quanto comerciais realizando as intervenções condizentes com a faixa etária e ano escolar de cada aluno envolvido no processo.

BONDER, Nilton. **Ter ou não ter, eis a questão! A sabedoria do consumo**. Editora Rocco Digital, 2012

Nova Escola. **Educação Financeira**. Edição 277, 01 de Novembro | 2014. Disponível em: file:///C:/Users/aleni/OneDrive/Área%20de%20Trabalho/educacao-financeira.pdf

<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35987-educacao-financeira> acessado em 14-10-2020

7. TEMAS INTERCURRICULARES

7.1. PESCA

Ao inserir o eixo estruturante Pesca na política de Currículo do Município consiste dada a sua importância social e cultural, por “abrigar um rico e diverso ecossistema composto por fauna e flora associado a Mata Atlântica, por rios, mangues, praias, estuários, recifes de coral e ilhas oceânicas o que garante a manutenção da biodiversidade e demonstra a importância ambiental e socioeconômica da região”. MMA/se a principal fonte de renda e de sobrevivência da população, ao tempo que também impulsiona a economia de outros Estados.

A cidade de Alcobaça e os municípios adjacentes tem como principal fonte de renda, os recursos naturais retirados do mar, isto se aplica também aos pescadores da Colônia Z-24 de Pescadores de Alcobaça. Uma instituição fundada aos 09 de junho de 1979, situada á Rua Pedro Muniz, no centro de Alcobaça.

Neste contexto é importante relatar o trabalho das marisqueiras (são as mulheres, filhas, esposas de pescadores) que realizam atividades como: descascar camarão, limpar e secar peixes miúdos, chamados de “mivale”, catado de siri e lagosta. Suas casas tornam-se também seu local de trabalho em função das dificuldades em deixar seus filhos pequenos e sozinhos. No entanto, algumas realizam o trabalho nos frigoríficos e/ou peixarias, e em outros casos, o trabalho se estende para os domicílios isso se aplica no caso específico do catado de siri, de lagosta são trabalhos realizados independente dos frigoríficos, produtos trazidos pelos seus maridos, colaborando com a renda (economia) da casa.

O trabalho da marisqueira foi reconhecido oficialmente como atividade profissional a partir de 1998, com esse reconhecimento as mesmas podem se inscrever nas colônias de pescadores com a carteirinha que as identificam e passam a receber alguns benefícios, como: seguro desemprego auxílio maternidade e aposentadoria.

Em entrevista realizada com o funcionário da Colônia de Pescadores Z-24¹ ficou claro que a mesma é uma instituição que congrega os trabalhadores do ramo não apenas para finalidades de sindicato, como também visando o futuro dos pescadores, no que se refere conquista do seguro desemprego, aposentadoria e auxílio doença, com o intuito de buscar uma estabilidade

¹ Entidades que representam a categoria de pescadores artesanais no Brasil, que por sua vez, são identificadas por números, sendo a de Alcobaça Z-24.

de vida para o pescador e a sua família. A colônia também colabora na organização e realização da festa de São Pedro.

De acordo com o funcionário, há cerca de 258 barcos e 1.850 pescadores cadastrados na Colônia Z-24. No entanto, muitos exercem a profissão mas não estão inscritos, o que na soma geral são contabilizados mais de 4.000 pescadores incluindo os que são ajudantes nas embarcações em relação ao número de barcos existentes. Vale ressaltar que muitas embarcações são oriundas de outros estados para a pesca da lagosta que é direcionada para a exportação.

É de suma importância citar os vários estilos de pesca dentre elas: **A Pesca esportiva** por ser uma modalidade cada vez mais popular como hobby. Sua principal característica é a liberação dos peixes para preservação do ecossistema. Este tipo de pescaria é importante para o turismo.

A Pesca com isca artificial é praticada principalmente por pescadores esportivos, ela lança mão de pequenas iscas que imitam peixes nadando na água. Além de ser uma pescaria mais cara, exige muita técnica e precisão de arremesso. Os principais peixes da modalidade são anchova, tucunaré, robalo, atum e garoupa.

A Pesca artesanal tem como características a exploração do pescado sem o uso de recursos mais sofisticados da pesca e é uma das atividades extrativistas mais importantes e tradicionais das comunidades de pescadores da Costa das Baleias, no Extremo Sul da Bahia. A mão de obra familiar e as pequenas embarcações identificam essa categoria. As redes usadas e a pesca é feita nas proximidades das margens de rios, lagos e do mar. **A Pesca submarina** é praticada por mergulhadores utilizando o cilindro e/ou snorkel para alcançar maior profundidade para localizar espécies como a garoupa, cherne, arraias dentre outras espécies.

A herança cultural dessa época se evidencia em nosso município através das atitudes da sociedade em relação aos pescadores, onde os mesmos são discriminados e desvalorizados sem compreender que a pesca é uma das atividades econômicas mais importantes de Alcobaça.

De acordo a entrevista com o Sr. Benedito Borges (Godão), pescador aposentado, nos mostram a alegria que os pescadores tinham ao voltarem da jornada e serem recebidos com alegria por suas esposas e filhos encontrando-se ainda a beira mar e que o pouco que pescavam dava apenas para o sustento da sua família, mas era feliz, uma tranquilidade que agora não se

pode vivenciar. Hoje é claro que a pesca tornou-se para alguns um meio de camuflar a utilização das drogas e ainda é uma forma necessária de garantir a renda familiar.

O mesmo ressalta a falta de amor e de companheirismo que hoje se percebe em alguns profissionais da pesca. Percebe ainda, competição de status entre esses profissionais muitos acabam não respeitando a época de defeso necessitando da intervenção dos órgãos ambientais responsáveis por essa área, e antes disso não era preciso, nós mesmos nos policiávamos em relação em relação a época da procriação.

No município de Alcobaça é frequente utilizar o balão e a rede para a pesca de camarão, lagosta e diversas espécies de peixes, garantindo assim a geração de renda e sustentabilidade socioeconômica.

Diante da diversidade de informações atrelados a pesca é necessário estar atento a mediação do conhecimento que agrega valores na formação dos estudantes possibilitando que os mesmos atuem criticamente e exerça a sua cidadania. Assim, ao tratar da temática Pesca na política curricular do Município é interessante que seja compreendida sobre tudo em duas importantes dimensões o da responsabilidade social e ambiental, além da valorização dos saberes a partir das experiências vividas pelos mestres da pesca, sujeitos determinantes para a formação histórica de Alcobaça.

PESCA: RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A pesca está estritamente ligada ao desenvolvimento econômico garantindo a sobrevivência de uma parcela significativa da população, ao tempo que promove o desenvolvimento econômico da sociedade, porém como é comum de toda atividade econômica ter como objetivo central o capital, tendo o lucro como prioridade, a partir de uma visão exploratória da natureza.

Neste propósito o desenvolvimento econômico necessita estar integrado a visão de sustentabilidade, e espera-se que os estudantes da rede compreenda a importância dos princípios da ecologia, e sejam multiplicadores desta ideia, de modo que a comunidade escolar se sensibilize da necessidade de promover um desenvolvimento econômico sustentável, a começar pela atividade pesqueira que respeite a legislação, e conseqüentemente que adote atitudes responsáveis de preservação do ecossistema.

Fazer o uso sustentável dos recursos naturais significa usar com equilíbrio e responsabilidade social, respeitando a lei da natureza, como estratégia de garantir a preservação

da biodiversidade, pensando não somente no hoje, no agora, mas também nas gerações futuras, além da necessária preocupação ambiental, intrínseca ao bem estar social, a qualidade de vida e de sobrevivência da espécie humana.

Nesta perspectiva, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacional (PCNs) de Meio Ambiente:

Sustentabilidade, assim, implica o uso dos recursos renováveis de forma qualitativamente adequada e em quantidades compatíveis com sua capacidade de renovação, em soluções economicamente viáveis de suprimento das necessidades, além de relações sociais que permitam qualidade adequada de vida para todos. (pcns, p.178. 1997)

Ainda sob o ponto de vista da legislação, a Lei nº 11.959 de 29 de Junho de 2009, no Art. 1 do Código de Pesca, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, formulada, coordenada e executada com o objetivo de promover:

I - O desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos pesqueiros, bem como a otimização dos benefícios econômicos decorrentes, em harmonia com a preservação e a conservação do meio ambiente e da biodiversidade;

II - O ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira;

III – A preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos;

IV - O desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades.

A pesca no Município é uma condição elementar, que determina a existência das famílias, traz marcas profundas na história de vida das pessoas, nos costumes, nas crenças, no modo de vida peculiar de cada um. E por ser assim, tem o poder de transformar. São atitudes que possuem dois viés: o de humanizar ou de explorar, seja por meio da força de trabalho, nas precariedades na assistência as famílias e em grande parte nas condições de trabalho desfavoráveis. Além dos agravantes sociais adquiridos no decorrer do tempo, marcados por drogas, prostituição, preconceito e inversão de valores.

Esta proposição curricular é uma provocação ao debate e a reflexão, sobre tantos dilemas enfrentados no dia a dia, sobretudo no que se refere a pesca predatória uma realidade ainda presente em Alcobaça. Situação que necessita de um olhar atento dos órgãos governamentais ambientalistas, e mais ainda da sociedade. Assim a escola cumpre sua função social, ao desenvolver experiências curriculantes fundadas na criticidade, na perspectiva da formação e da transformação da sociedade.

Nesse sentido, almeja-se que os profissionais da educação, “edúque o olhar”, e enxergue os estudantes, com senso de humanidade, acolhendo suas histórias, que por vezes é carregada de uma riqueza cultural que agrega, mas que por vezes exige cautela, atitude de rever a rota, de apontar novas estratégias e criar possibilidades de ensinar nas condições mais adversas que a educação nos coloca.

PESCA: OS MESTRES DA PESCA E SUAS RELEVÂNCIAS NA PROPAGAÇÃO DOS SABERES.

Com base nos estudos acadêmicos, a pesca no Município era artesanal, os pescadores adentravam este universo movidos por um saber tradicionalmente transmitidos de geração para geração, e aprimorados com as experiências acumuladas com o passar dos anos, pescava-se com amor a profissão, em grupos de doze pescadores, conhecidos como marujos. Esses ensinamentos transmitidos pelos mestres de pescaria embora com os avanços tecnológicos e a modernização da profissão, ainda são transmitido de pai para filho, desde a infância por meio da observação dos familiares e de outros pescadores. Nas vivências do dia a dia, vão disseminando valores e aprendendo o ofício da profissão.

O desafio de ser pescador requer reflexões de valorização da sua lida bem como pensar em programas e projetos de ensino que crie as condições de acesso e permanência deste público na escola, visto que na sua grande maioria possui baixo grau de escolaridade e por vezes são semianalfabetos e analfabetos. Salientando que, os saberes do senso comum do universo da pesca, precisa ser fonte de pesquisa dos agentes da escola, e serem reconhecidos e valorizados pelo currículo.

A história destes sujeitos precisam se tornar biografias de referência do trabalho pedagógico, as “histórias de pescador” são gêneros textuais indispensáveis nas práticas de linguagens, assim como o conhecimento da matemática viva, da história contada a partir de quem a produz, a localização no espaço, o olhar para a ciência da natureza referenciado de quem convive diariamente com este ecossistema, tão diverso e surpreendente, seja ele na sua

dimensão maior o oceano, o mangue, e o rio, como também não menos importante, ressaltamos a figura dos piscicultores que se reinventam na arte da pesca alternativa, e se apresentam como inspiradores de conhecimento e de fonte de pesquisa.

A escola precisa abrir as portas ao convite, a ouvir quem estar do outro lado, perceber nas singelas palavras, nos depoimentos e experiências, a riqueza de saberes que agrega na formação dos estudantes. Ousar transformar de forma criativa e instigadora o saber popular em conhecimento científico.

7.2. TURISMO

A palavra turismo remete a ideia de espaço composto de diferentes paisagens, com atrativos para públicos distintos e com belezas exuberantes, afim de atender a diversos interesses, lazer, diversão ou conhecimento. Atrelado a estas questões tem a figura dos turistas, que são as pessoas viajantes frequentadoras destes lugares. Logo se aplica ao conceito de turismos as palavrinhas economia, cultura e sociedade.

Neste sentido é importante dialogar com autores que melhor define o que é turismo. Em 1945 Guklismann já afirmava que turismo “é a soma das relações existentes entre os viajantes que se detém em um lugar de férias e os naturais destes lugares”.

Pensando a este respeito o brasileiro Mario Beni ao elaborar o conceito de turismo tece um olhar mais abrangente e diz que:

“Turismo é um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo influi inúmeros fatores de realização pessoal e social de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica; que ditam a escolha dos destinos, as permanências, os meios de transporte, e o alojamento, bem como, o objetivo da viagem em si para a fruição, tanto material, como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos de imaginação projetiva, de enriquecimento histórico-humanístico, profissional e de expansão de negócios.”(BENI, 2001, P.37)

Assim ao pensar no turismo é pensar nas relações que as pessoas estabelecem com os lugares, visando acolher as expectativas os sonhos, os desejos e também atender as limitações e o potencial de poder de cada sujeito, assim as regiões que desfrutam desta potencialidade, precisam se atentar a estes fatores. Ao integrar esta temática no currículo de Alcobaca, tem se com intencionalidade provocar discussões inerentes que leve a comunidade a pensar no grande desafio de oferecer um turismo social, que agrega pessoas de maneira, justa, responsável e com qualidade, buscando atender os interesses dos diferentes públicos, prezando pelo respeito com os visitantes, com os nativos e sobre tudo com o ambiente.

Neste contexto é relevante considerar o que diz a organização nacional do turismo ao definir o conceito: “Turismo são as atividades de pessoas viajando para ou permanecendo em lugares fora do seu ambiente usual, por não mais do que um ano consecutivo, a lazer, negócios ou outros objetivos. ”

Sendo assim, pode se dizer que turismo, se trata do encontro ou a passagem de pessoas por lugares atrativos, com diferentes objetivos.

É neste contexto que o eixo estruturante turismo se insere no currículo de Alcobaça, e entende a necessidade de trazer como tema integrador intercurricular da proposta curricular de ensino, por ser uma cidade litorânea que abrange no seu território inúmeras possibilidades turísticas, podendo ser desfrutada tanto pelas belezas naturais, como também pelo seu potencial histórico, cultural e artístico, com belos casarões do século XIX e os festejos folclóricos tradicionais. O que inspira a visitação de turistas e atrai a presença de trabalhadores temporários.

Assim o presente documento destaca e recomenda a importância das escolas da REDE abordar o turismo nas dimensões do Turismo urbano e religioso, Turismo Rural e do Turismo Ecológico.

TURISMO URBANO E RELIGIOSO

O turismo de veraneio em Alcobaça tem como base as belas praias: praia da barra, praia de lansã, praia do coqueiro, praia do farol, praia do Zelores, se destaca pela extensa orla marítima e por estar a margem do rio Itanhém, além de outras características próprias da cidade, expressa pelo seu patrimônio cultural representado pelos casarões históricos, igrejas, cacimba do conselho, delegacia, sobrado da família Medeiros e de Izidro Pedro do Nascimento, colônia de pescadores e as praias: além das tradições religiosas e culturais que dinamizam a faz a alegria da cidade. Marcado pelas festas tradicionais, São Bernardo padroeiro da cidade, São Sebastião a expressão tradicional da luta entre mouros e cristão, São Pedro o padroeiro dos pescadores, uma manifestação de fé e da cultura local caracterizada pela procissão de barcos no rio Itanhém.

Ainda na perspectiva da religião uma tradição da cidade que movimenta as atividades turísticas são os festejos da semana santa. A realização da Paixão de Cristo, um grande evento que envolve crença e devoção, com a participação direta da comunidade local, valorizando a cultura, mobilizando a juventude e revelando o potencial artístico dos atores locais.

TURISMO RURAL

O turismo rural caracterizado pela simplicidade da vida do campo. Traz como possibilidades a apreciação da natureza, o desfrutar dos rios, represas, córregos, fazendas e chácaras, além das manifestações religiosas e culturais, marcadas pelo padroeiro de cada comunidade, as comemorações festivas de aniversário, tradições juninas, cavalgas e montarias. Entendendo o campo na sua diversidade, considerando uma outra lógica que está para além do econômico, propagado pela cultura do agronegócio; mas um campo, lugar de belezas, de reencontro, construção de história, de existência de vidas humanas.

É importante ressaltar que o Município estar em meio a outros municípios com características similares, neste caso em específico Prado e Caravelas, referências no território do Extremo Sul da Bahia, o que reforça a importância deste tema para a proposta curricular do Município, transcendendo a visão local e enxergando as potencialidades do território do Extremo Sul.

Neste contexto lazer e diversão é um direito de todos, assegurado pela constituição no Artigo VI e que deixa evidente que o lazer é um direito social, não sendo necessariamente associado a uma questão de poder, pautado na exploração das forças de trabalho de um sujeito sob o outro, mas de entender a importância disso para o bem-estar, e a promoção da qualidade da vida humana, além das contribuições do ponto de vista da saúde e da educação.

TURISMO ECOLÓGICO

Interiorizar o turismo ecológico na proposta pedagógica do ensino se dá, dada a necessidade de adotar os princípios da educação ambiental para as atividades de lazer e de diversão, e assim promover um turismo baseado no desenvolvimento sustentável, pautado na relação de respeito com a natureza e com os valores tradicionais da cultura local.

O ecoturismo ou **turismo ecológico** de acordo com o definido pelo Ministério do Meio Ambiente se refere “ao segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”. (Blog. Ética ambiental. 11/10) o que significa apreciar de maneira respeitosa os ambientes, contemplar as energias da natureza e deleitar dos benefícios de cada lugar de maneira respeitosa, ética e justa consigo e com o outro.

Aqui cabe retomar a relevância do tema turismo para a educação da cidade em questão, uma vez que isso enriquece a prática, ressignifica os valores, a identidade do território e favorece

uma educação humanizada, pois falar de turismo é tratar do que impactada a vida dos sujeitos, é falar da diversidade sociocultural. Por isso é necessário a sensibilidade do educador principalmente os de Alcobaça/SEDE por viver de perto e com maior intensidade as mudanças na rotina, no comportamento, na vida das pessoas a cada verão, a cada período festivo, e isso perpassa as várias dimensões: econômicas, afetiva e também ambiental, o quanto o aglomerado de gente que passa pela cidade interfere nos hábitos, no modo de vida e na cultural local.

Por tanto, reforçamos o qual importante é conceber no currículo da educação de Alcobaça o tema integrador Turismo, por ser ele um dos pilares de sustentação econômica do Município que interfere no modo de vida, na cultura e na relação com o ambiente.

7.3. AGRICULTURA

A agricultura é a arte de cultivar o solo, são atividades desenvolvidas para a produção de alimentos afins, de garantir a sobrevivência humana e de promover o desenvolvimento econômico.

O surgimento da agricultura foi um importante marco na historia da humanidade, momento em que rompe a condição de nômades e passam a produzir alimentos, a partir de então começa a existir uma mudança estrutural nas relações entre as pessoas, decorrentes do inicio das primeiras civilizações e do processo de troca de mercadorias devido a produção excedente de alimentos. (Sit. Brasil escola)

Atualmente a agricultura pode ser classificada em extensiva e intensiva. A primeira é caracterizada pela baixa produção, com a utilização de pouca mão de obra, e composta por uma diversidade de cultura em quantidade limitada de terra, ou seja, baixo investimento de capital, apropriada para atender o mercado interno, neste caso pode se citar como exemplo a agricultura familiar. Já a agricultura intensiva é a produção em larga escala, caracterizada pela monocultura com alto investimento de capital, dispondo de insumos e tecnologias avançadas, visando atender o mercado externo, uma pratica típica do sistema de produção do agronegócio.

Integrar esta temática no Currículo consiste também na oportunidade de trazer em evidência algumas abordagens importantes para a educação, na perspectiva de que esta seja um instrumento de transformação da realidade, dentre elas: Território de Identidade e os sujeitos do campo. Os agrotóxicos e as problemáticas ambientais. Os fundamentos e os princípios da agroecologia.

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE E OS SUJEITOS DO CAMPO.

Um dos pilares de sustentação da economia do município de Alcobaça é a agricultura, uma vez que parte significativa do seu território é composta por área rural. As atividades agrícolas desenvolvidas fazem parte da classificação tanto da agricultura extensiva como intensiva, pois, existe uma forte produção de fruticultura ligada diretamente a monocultura, além de uma extensa parte do território ser ocupada pelas florestas plantada/eucalipto. Quanto a agricultura extensiva é marcada pela agricultura familiar, produção diversificada de alimentos com foco na subsistência e na comercialização nas feiras livres, atendendo as demandas do mercado interno.

Neste contexto, muito mais do que trazer para a proposta curricular do Município dados gerais da economia, é trazer a importância de compreender a essência desta temática, onde 70% da população residem no campo, e que além de garantir a sobrevivência das famílias, contribuem de maneira significativa para o fornecimento de alimentos para a região e para outros Estados, isso envolve organização do trabalho, geração de renda, planejamento, dedicação, mobilização, e uma luta permanente de resistência das organizações sociais do campo, sobretudo pelo fortalecimento da identidade e pela valorização da cultura local.

A veemência deste debate consiste também em conhecer e refletir sobre o processo histórico de democratização da terra, evidenciando as diferentes categorias dos povos: indígenas, quilombolas, agricultores familiares, ribeirinhos, Sem Terra, e tantos outros que compõe o campo brasileiro, trazendo em foco as formas de organização do trabalho, princípios filosóficos e a identidade de classe.

OS AGROTÓXICOS E AS PROBLEMÁTICAS AMBIENTAIS.

O Brasil é o líder do ranking mundial de consumo de Agrotóxicos influenciado diretamente pela política agrícola desde a década de 60 quando deu início a Revolução Verde no país, inicialmente pensou se em produzir em larga escala, sem medir as consequências, desconsiderando os impactos que isso causa ao meio ambiente e aos seres vivos de modo geral.

Atualmente tem crescido o uso de agrotóxicos, segundo dados do IBGE, o consumo nacional de ingredientes ativos de agrotóxicos, em 2001 foi de 3.1 Kg/ha, passou para 6.8 Kg/ha em 2013, o que representa um incremento de 119%. O que tem agravado esta situação são projetos de lei que tem transitado no congresso nacional, apresentado pela bancada ruralista a fim de alterar completamente o sistema normativo de agrotóxicos no país, e assim facilitar os processos de autorização e de viabilidade legal do consumo de inúmeros agrotóxicos, a começar pela mudança de nomenclatura deixando de ser chamado de agrotóxico para se tornar

defensivos fitossanitários, ou produtos de controle ambiental, como uma estratégia adotar para diminuir o impacto que o termo Agrotóxico causa a população. (Pesquisa retirada do sit. aos dias 26/12/2019. <https://www.chegadeagrototoxicos.org.br/>)

Embora os processos de transição agroecológica já seja uma realidade no Município, mas o uso dos agrotóxicos ainda é uma pratica recorrente, o que leva as escolas o dever de cumprir com sua responsabilidade social, provocando esta discussão, a fim de sensibilizar a comunidade acerca dos riscos a saúde pública e dos danos ambientais causados, e para contrapor tais ações incentivar a produção agrícola sustentável, fundamentada nos princípios do respeito e do cuidado com o ambiente, além de trazer como referencia para o estudo e a pesquisa, a Agroecologia.

OS FUNDAMENTOS E OS PRINCÍPIOS DA AGROECOLOGIA

Tratar dos princípios da agroecologia no contexto da agricultura se dá, dada a importância desta ciência para a promoção do desenvolvimento econômico sustentável, uma necessidade gritante ao pensar na qualidade de vida das pessoas e conseqüentemente na preservação da natureza.

“ Assim a agroecologia leva a pensar o manejo da biodiversidade, como manejo da vida, em seu mais amplo entendimento, pois trabalha as dimensões social, humana, política, ideológica, econômica, ecológica, energética, técnica, ambiental, cultural e ética”. (Agroecologia na educação básica: questões prepositivas de conteúdo e metodologia. p.31.2017. ED Expressão popular)

Neste contexto a escola constitui se no lugar privilegiado para abordar esta temática tão cara para a sociedade atual, que tem se comportado de maneira exploradora tanto no que se refere ao uso dos recursos naturais como também nas relações humanas, pautada no consumo exacerbado e inconseqüente, além disso há uma deturpação dos valores e dos saberes que por vezes preconiza a agroecologia como sendo uma estratégia de produção agrícola do atraso, da baixa produtividade, como algo posto para contrariar os interesses do modelo de desenvolvimento econômico do país e não como uma alternativa necessária para a preservação da biodiversidade do planeta e sobre tudo por pensar na qualidade de vida da população, algo que estar para além da dimensão ecológica, mas uma filosofia que se preocupa com a defesa da vida no seu sentido mais amplo

Ao propagar a agroecologia na dimensão do currículo é preciso entende-la numa visão superadora dos conteúdos programáticos dentro do campo científico, mas como possibilidades

de transformação da realidade, na perspectiva de propor práticas agrícolas alternativas e sustentáveis, que valorize os diferentes saberes dos sujeitos, tanto do campo como da cidade, desenvolvendo a capacidade de análise reflexiva sobre os diferentes contextos em que a comunidade se insere, e assim contribuir para a construção da identidade individual e coletiva, a partir de uma visão que contempla o olhar local com vista no global.

Ao fazer o paralelo da agroecologia como a agricultura, é importante ter a clareza de que não se trata apenas de um receituário para inverter a lógica da agricultura convencional, mas sobre tudo pensar nos princípios que norteiam as relações estabelecidas entre os seres humanos e o ecossistema e assim constituir se em sujeitos dispostos a mudar de atitude, e adotar práticas que preze pelo respeito e a valorização de toda espécie de vida, com um olhar que perpassa pelo o não uso dos agrotóxicos, a preservação das sementes, a conservação do solo, a diversificação dos agro ecossistemas, a preservação das águas e o incentivo ao desenvolvimento de ações coletivas de valorização da identidade dos diferentes sujeitos, dos aspectos da cultura e do cuidado com a vida.

Portanto agroecologia na visão de um dos seus grandes pensadores se refere:

“A ciência ou a disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com melhores níveis de sustentabilidade. A agroecologia proporciona, então, as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma agricultura sustentável nas suas diversas manifestações e/ou denominações. (Miguel A. Altieri. Agroecologia na educação básica. p. 52. ano. 2017.)

Implementar um currículo que tenha como elementos fundantes a construção dos saberes eleitos como essenciais para a comunidade local requer pensar sobre as várias questões que envolve a realidade, neste sentido a cadeia produtiva da mandiocultura carece de uma profunda atenção, uma vez que segundo dados do IBGE de 2017 aponta o município de Alcobaça como sendo o maior produtor de mandioca do Estado da Bahia. Dar ênfase a esta temática é uma oportunidade ímpar, da voz ao estudante, o que já é sinalizado pela Base, Nacional, Comum, Curricular (BNCC) ao trazer à tona o protagonismo dos estudantes, então fala da cultura local, da vida dos sujeitos em uma perspectiva problematizadora que estimule a criação, experimentação e intervenção na realidade, partindo de uma visão local para o global, estaremos valorizando os conhecimentos historicamente construídos e contribuindo para o protagonismo juvenil.

Ainda sobre a perspectiva da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta em uma de suas dez competências a seguinte questão: Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural para entender e explicar a realidade (fatos, informações, fenômenos e processos linguísticos, culturais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e naturais), colaborando para a construção de uma sociedade solidária.

Para além das questões ora mencionadas outra abordagem importante a ser trabalhada no contexto da educação escolar é sobre o Programa Nacional da Merenda Escolar (PNAE) uma política pública que tem como objetivo:

“Contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.” (Art. 4º, RESOLUÇÃO/CD/FNDE N º 38, DE 16 DE JULHO DE 2009)

Outro aspecto importante a ser destacado é o fato do programa destinar 30% do recurso para a compra dos produtos da agricultura familiar, uma oportunidade de potencializar a produção orgânica e favorecer a comercialização dos produtos advindos desta categoria. É relevante que a escola evidencie no seu plano de ensino esta temática, afim de sensibilizar a comunidade escolar da importância do programa tanto do ponto de vista nutricional como também social, uma vez que a comunidade local será diretamente beneficiada.

Por tanto, trazer esta abordagem para além do viés econômico, entendendo a agricultura com um fator determinante para a existência do campo e das categorias por elas representadas, é de suma importância para a educação de Alcobaça, e assim reconhecer a importância das organizações sócias de agricultores familiares tradicionais, remanescentes de quilombolas, indígenas e assentados de reforma agrária, por serem estes responsáveis pela existência e pela transformação histórica e social de parte significativa do território de identidade do Município.

Por fim, é interessante que o processo de sensibilização ocorra de maneira dinâmica e criativa, promovendo intercâmbios de saberes e de vivências, projetos de horta, campanha educativa contra os agrotóxicos, reflorestamento de áreas degradadas, canteiros sustentáveis, jardim ornamental, dentre outros que transforme a realidade e que provoque nos estudantes o

desejo de mudar de postura, de comportamento e de atitude, e que os motive a valorizar as riquezas naturais de sua localidade, potencializar os saberes a serem cultivados, valorizados pelos sujeitos comprometidos com a vida em comunidade.

8. AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Avaliar é acompanhar, observar e monitorar processos, analisar, refletir, diagnosticar, investigar, verificar, revisar e reorientar percursos, enfim pode se dizer que o ato de avaliar está intimamente ligado a ação de decidir. Com a finalidade de alcançar um determinado objetivo, o que difere um ato de avaliar de outro é a concepção norteadora de cada sistema de ensino. Neste caso ao tratar da avaliação na perspectiva do currículo nos ateremos a avaliação formativa.

A avaliação é de suma importância para o desenvolvimento das ações educacionais, por ser um instrumento de verificação da aprendizagem, o que se faz necessário pensar de que forma são direcionados os processos avaliativos nas escolas, de modo que venha garantir a qualidade na oferta do ensino, prezando sempre pela inclusão dos sujeitos, através de atividades carregadas de sentido, caso contrário a avaliação tende a ser usada como ferramenta de exclusão, de segregação, de classificação, de seleção, criando situações que dificulta o aprendizado, que rotula e segrega as pessoas.

É preciso propor um currículo que enxerga o ser humano na sua totalidade, valorizando as diferentes formas de aprender, logo avaliar significa identificar de que forma os sujeitos aprendem, por isso ao propor as atividades pedagógicas é preciso considera que o qualitativo tem um peso maior sob o quantitativo, daí a importância do projeto político pedagógico das escolas deixar claro as estratégias de avaliação adotada no propósito de garantir que se cumpra o estabelecido na legislação onde diz que: Avaliação de desempenho do aluno deve ser contínua e cumulativa com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.(Artigo 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB).

É relevante perceber a necessidade do currículo pensar estratégias e instrumentos de avaliação fundada na ação reflexão e na intervenção, considerando a realidade do Município, atentos aos aspectos sociais, garantindo processos de avaliação que valorize as relações humanas, reconhecendo o potencial dos educandos e com um olhar criterioso para a história de vida dos sujeitos.

É importante destacar a importância de que a avaliação da aprendizagem dos estudantes ocorra preferencialmente em três âmbitos: avaliação da aprendizagem no contexto escolar, onde o professor tem um protagonismo central, com o foco na sala de aula, pautada nos princípios da equidade, da valorização dos saberes e do respeito mútuo entre professores e alunos, a avaliação institucional em que o protagonismo cede lugar a coletividade, um olhar reflexivo sobre as ações desenvolvidas na escola, tanto do ponto de vista pedagógico como administrativo, direcionado pelo projeto político e pedagógico, uma estratégia indicada nos processos de gestão democrática, onde entende que a escola é um espaço de troca de experiências e de construção coletiva dos diferentes conhecimentos, aberto ao diálogo e aos processos permanentes de transformação da realidade.

Em 2017 o Município experimentou esta prática tendo como referência os indicadores de qualidade da educação e recomenda-se que isso se torne uma política do Município, criando oportunidade de refletir sobre as diferentes ações da educação, no intuito de provocar mudanças significativas envolvendo toda comunidade escolar.

E por fim, a avaliação do sistema escolar de responsabilidade do poder público, uma visão externa que tem por finalidade melhorar a qualidade da educação. Os segmentos ora apresentados estão interligados e precisam caminhar na mesma direção de maneira sistêmica e planejada (Cláudia Fernandes, Luiz Carlos de Freitas, Indagações sobre currículo e avaliação, MEC, 2007.)

A cultura da avaliação externa iniciou no Brasil na década de 90 através do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) representadas pelas provas aplicadas em larga escala pelo ministério da educação, por meio das secretarias estaduais e municipais, a exemplo da Prova Brasil, avaliação nacional da alfabetização (ANA), Provinha Brasil, entre outras, que tem por objetivo obter dados para subsidiar as políticas públicas. (Dagmar Serpa e Fernanda Kalena, revista nova escola)

As avaliações externas têm a sua relevância para o sistema educacional, por ser um instrumento de verificação do desempenho dos estudantes da rede, ao tempo que afere o nível de qualidade da educação. No entanto é relevante frisar que as escolas se atenha a pensar a avaliação da aprendizagem com algo que estar para além de preparar os estudantes para execução dos exames, mas como algo intenso, transformador, formacional, em uma perspectiva acolhedora resignificativa e inovadora.

Em 2019 a Secretaria Municipal de Educação realizou o processo de avaliação nas escolas, aplicou nos anos iniciais e finais do ensino fundamental (5º e 9º ano) as avaliações diagnóstica com o objetivo de verificar os níveis de desenvolvimento da aprendizagem nos componentes curriculares de língua portuguesa e matemática, impulsionados pelo desejo de que esta ação possibilite dialogar com as escolas, buscando a partir dos resultados propor ações que contribua para o avanço no desempenho da aprendizagem, concebendo a ideia de que quem avalia também é avaliado, e que avaliar exige reflexão sobre a prática, replanejar as ações, reconhecer as fragilidades, perceber as potencialidades, superar limites em prol da qualidade da educação.

Os resultados apontaram para as dificuldades dos estudantes no que se refere a compreensão da leitura e na resolução de situações problemas que envolve as competências básicas de matemática. Este resultado veio a se confirma com os dados apresentados pela prova Brasil de 2019. Onde o nível de proficiência em língua portuguesa se encontra aquém do esperado.

Neste contexto os exames só fazem sentido se possibilitar reflexão, mudança de comportamento, tomada de decisão e intervenção na realidade, para não correr o risco de que se torne apenas provas ou testes que contribui para a consolidação dos índices, números vazios de sentido, que não reflete a realidade, as provas ou exames como queira precisa adquirir o valor de avaliação, em uma perspectiva humana e transformadora.

Nesta perspectiva comungamos das ideias de Luckesi quando diz que:

A avaliação da aprendizagem não é e não pode continuar sendo a tirana da prática educativa, que ameaça e submete a todos. Chega de confundir avaliação da aprendizagem com exames. A avaliação da aprendizagem, por ser avaliação, é amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva, diversa dos exames, que não são amorosos, são excludentes, não são construtivos, mas classificatórios. A avaliação inclui, traz para dentro; os exames selecionam, excluem, marginalizam. (2000.p.17)

Assim, é imprescindível que os procedimentos avaliativos, dialoguem com os objetivos, dando ênfase a aprendizagem e não meramente ao conteúdo aplicado, com isso a avaliação processual e continua se faz obrigatória no cotidiano e nos espaços da escola.

Neste contexto a Base Nacional Comum Curricular lança o grande desafio para a educação, ao propor que o ensino seja pautado nas competências e habilidades, e o Programa de Reelaboração Curricular da Bahia amplia está ideia, ao trazer para o debate a reflexão acerca dos saberes, inspirada na teoria de Edgar Morim, e na concepção étnico construtivista de currículo, por entender que falar de educação estar para além de tratar de competências e habilidades em uma visão estritamente tecnicista, mais romper com a lógica conteudista a que

fomos historicamente doutrinados, e assim investir em uma concepção humanizadora, que valorize os diferentes saberes pertinente para o ensino das escolas do Município.

Com esta finalidade o primeiro passo é eleger os saberes necessários para a educação, e a partir destes garantir que os estudantes sejam protagonistas da aprendizagem, ressignificando o currículo e criando as possibilidades de que os sujeitos sejam capazes de solucionar problemas nos diferentes contextos em que estão inseridos, fazendo uso do conhecimento adquirido e exercitando os saberes em uso.

Para isso retornamos ao conceito da avaliação formativa:

“A avaliação formativa é aquela em que o professor está atento aos processos e às aprendizagens de seus estudantes. O professor não avalia com o propósito de dar uma nota, pois dentro de uma lógica formativa, a nota é uma decorrência do processo e não o seu fim último. O professor entende que a avaliação é essencial para dar prosseguimento aos percursos de aprendizagem. Continuamente, ela faz parte do cotidiano das tarefas propostas, das observações atentas do professor, das práticas de sala de aula. Por fim, podemos dizer que avaliação formativa é aquela que orienta os estudantes para a realização de seus trabalhos e de suas aprendizagens, ajudando-os a localizar suas dificuldades e suas potencialidades, redirecionando-os em seus percursos” (Freitas e Fernandes, Currículo e avaliação”. p.22.2007)

Neste propósito avaliar em uma perspectiva formacional é portanto, o grande desafio do momento, para isso, além de todos os aspectos ora mencionados, é necessário que esteja a serviço da busca por melhores resultados, em prol da qualidade e antes tudo com disposição para acolher, independente do resultado de cada processo, adotar um olhar crítico e reflexivo, onde os profissionais da escola e os discentes sejam proativos, protagonistas do conhecimento que ocorre nas diferentes esferas: pedagógica, política, administrativa e social. Assegurando uma avaliação dinâmica e sistêmica, possibilitando a garantia do direito de aprender, o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e o amadurecimento na condução de processos de gestão das aprendizagens.

Por fim, “a avaliação da aprendizagem escolar não implica aprovação ou reprovação do educando, mas sim orientação permanente, para seu desenvolvimento, tendo em vista torna se o que seu ser pede.” (Luckesi, o que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem, revista pátio, ano 3, 12 fev/abr.2000)

Nesta perspectiva, cada etapa de ensino tem suas características e demandas próprias, que necessita ser pautada ao desenvolver os procedimentos e instrumentos avaliativos, levando em conta uma série de fatores que pode vim a comprometer o resultado das avaliações.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao avaliar na educação infantil deve se considerar que está é a primeira etapa da educação básica, e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, considerando os aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social. (Lei nº 9.394/96, art. 29). Logo a avaliação tem o caráter de acompanhar o desenvolvimento, sem dar ênfase aos processos de verificação da aprendizagem. A atenção precisa estar voltada para a observação, com vista as relações e interações sociais estabelecida pelas crianças nos diferentes ambientes da escola.

Com esta finalidade recomenda-se que o projeto político pedagógico da escola estabeleça os procedimentos de avaliação que serão adotados pela instituição, dialogando com os princípios orientadores da educação infantil sendo eles: éticos, políticos e estéticos. Sem perder de vista sua principal função: “ser um instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica, na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças”. (Diretrizes curriculares da educação básica, p. 87, 95, 2013)

Para isso é relevante, que o foco seja sempre os registros descritivos com base na observação contínua do professor, fazer uso das anotações diárias e trabalhar na perspectiva do portfólio e do álbum de memória, instrumentos que possibilitam adquirir bons resultados, uma vez que considera o erro como parte do processo de aprender, sem punição, classificação ou hierarquizações. Assim é importante que o professor:

Mantenha uma atitude curiosa e investigativa sobre as reações e manifestações das crianças no dia a dia da instituição;
Valorize a diversidade de interesses e possibilidades de exploração do mundo pelas crianças, respeitando sua identidade sociocultural;
Proporcionar um ambiente interativo, acolhedor e alegre, rico em materiais e situações a serem vivenciadas;
Agir como mediador de suas conquistas, no sentido de apoiá-las, acompanhá-las e favorecer lhes desafios adequados aos seus interesses e possibilidades;
Fazer anotações diárias sobre aspectos individuais observados, de forma a reunir dados significativos que embasem o seu planejamento e a reorganização do ambiente educativo.
(Revista nova escola, Mara Mansani, 28 de Junho de 2018)

Reforçando esta ideia, a orientação do currículo do Estado já aponta para a importância de diversificar as práticas pedagógicas buscado qualificar o aprendizado e garantir uma educação digna: “Quanto mais pluralizarmos as formas de avaliação, mais nos aproximamos das singularidades das crianças. ”

Para além dos aspectos já tratados a BNCC afirma a importância de se respeitar as etapas de desenvolvimento da criança, evitando processos didáticos que antecipam a leitura e a escrita de maneira efetiva, a preocupação nesta etapa do ensino deve ser de apresentar a criança o

universo da leitura e da escrita, de modo que levem a perceber a sua função e não necessariamente de apropriação deste sistema.

Assim a transição da educação infantil para o ensino fundamental carece de uma profunda atenção, buscando um equilíbrio para que não haja uma ruptura brusca ou fragmentação dos processos de construção das aprendizagens, garantido a criança uma sequência na aprendizagem, considerando sobretudo a valorização dos diferentes saberes e o respeito as especificidades de cada sujeito.

Com esta finalidade garantir a fidelidade, a coerência e coesão na elaboração dos registros são imperecíveis, os relatórios, portfólios e tantas outras estratégias de registros possibilita compartilhar as experiências vivenciadas pelas crianças e desta forma dar oportunidade aos profissionais da educação de continuar aos processos pedagógicos, levando ao conhecimento de todos o histórico escolar de cada criança.

ANOS INICIAIS ENSINO FUNDAMENTAL

Ao pensar acerca da alfabetização há que se ter um profundo cuidado com o processo de transição de uma etapa para outra, para início de conversa há de ser um olhar criterioso na transição da educação infantil para a introdução nos anos iniciais do ensino fundamental, atentos aos fatores que conduzam a continuidade do aprendizado, e ao mesmo tempo buscar garantir os direitos da criança, respeitando o tempo e as formas de aprender.

Outro aspecto é conceber que ao tratar do 1º e 2º ano estamos falando de um ciclo que necessita de um olhar para as particularidades de cada criança. Avaliar então é dar oportunidade de experimentar, de expressar, explorar, praticar, produzir, conhecer e descobrir seus potenciais, orientando o trabalho na perspectiva da alfabetização e do letramento, valorizando os saberes que estão para além do ambiente escolar e que se somam ao processo criativo de apropriação do sistema de leitura e escrita.

Neste contexto é relevante orientar-se pelas dimensões formativas considerando os aspectos sociais, culturais, cognitivos, científicos, políticos, éticos, estéticos e os conhecimentos das áreas de linguagem e matemática, de modo articulados entre si, aproximando da vida das crianças explorando a ludicidade e manuseio do material concreto. Assim a avaliação processual e diagnóstica ganha lugar de destaque pois abre espaço para qualificar as estratégias de ensino e valorizar os avanços adquiridos pelas crianças no percurso de cada processo.

Por fim, propomos para este ciclo (1º e 2º ano) da alfabetização que a avaliação tenha como parâmetro as competências e habilidades direcionada para cada etapa do ensino de acordo com o estabelecido pela BNCC, endossados pela valorização dos saberes em uso, com um olhar acolhedor humanizado, utilizando de diferentes instrumentos que favoreça o aprendizado, orientados de maneira clara e objetiva.

A avaliação no ensino fundamental possui as dimensões formativa, processual, participativa, cumulativa e diagnóstica, no sentido de valorizar os potenciais dos educandos, identificar as dificuldades de aprendizagens e redirecionar o trabalho pedagógico, e ao mesmo tempo criar a oportunidade de que a família e a escola acompanhem o desenvolvimento dos estudantes, partilhando dos avanços e dos desafios emergentes nos processos de ensino e aprendizagem.

Nesta direção ao dialogar com Luckesi ele nos alerta sobre a necessidade de estar atento aos instrumentos utilizados para o levantamento de dados da avaliação. Refletindo qual a finalidade? Em qual teoria do conhecimento está fundamentada tais práticas? O que fazer com os resultados alcançados? Qual o nível de coerência? E por fim, pensar na qualidade destes instrumentos, seja eles, prova exames, trabalhos artísticos, pesquisas dentre outros, deve ser sempre direcionado de maneira clara e objetiva, com uma linguagem acessível, adequada a faixa etária, a cultura local e as diferentes realidades, buscando qualificar os processos de verificação da aprendizagem.

De acordo com a legislação educacional os processos de verificação do desenvolvimento da aprendizagem devem obedecer aos seguintes critérios:

- Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Além destes critérios outra possibilidade é o processo de classificação com o objetivo de valorizar o conhecimento e o potencial dos estudantes bem como corrigir situações de distorção de idade e série, além de oportunizar o ingresso de jovens ou adultos na escola. Segundo a LDB, isso poderá ser feita:

Por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

Por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

Independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino. (Artigo 24 da LDB)

Ainda é importante ressaltar a importância das escolas ter um olhar cuidadoso para a recuperação dos alunos no decorrer do ano letivo, buscando fazer as devidas intervenções durante o processo de aprendizagem, e ao conselho de classe exercer de maneira qualificada o seu papel de ser este espaço democrático de discussão coletiva, de reflexão da prática pedagógica e sobretudo de planejamento, apontando caminhos para superação das dificuldades de aprendizagem e para o aprimoramento das estratégias de ensino.

Por tanto reforçamos a necessidade de que tanto de 3º ao 5º ano como de 6º ao 9º ano, que os instrumentos de avaliação sejam os mais variados possíveis, reconhecendo que existe inúmeras formas de aprender e por isso a necessidade de possibilitar aos estudantes demonstrar seus conhecimentos de forma acessível e adequada as suas habilidades, e ao educador verificar o processo de aquisição da aprendizagem.

A promoção para o ano seguinte terá como referência as competências e habilidades estabelecidas pela Base Nacional Curricular Comum – BNCC em consonância com os saberes eleitos pelo referencial curricular do Município e em permanente diálogo com os valores elencados como essenciais para a Política Curricular em exercício. A consolidação deste processo será através de notas e registros das aprendizagens por meio de relatórios e portfólios.

EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTOS E IDOSAS

Ao conduzir os processos de avaliação na modalidade da Educação de Pessoas Jovens, Adultos e Idosas é necessário pensar na diversidade deste público, considerando a heterogeneidade das turmas, na história de vida dos sujeitos, nas condições sociais e econômicas vividas pelas famílias, buscando adequar os procedimentos avaliativos às necessidades educacionais, no propósito de garantir a equidade, erradicar os índices de evasão

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). Por uma educação do campo. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BENI, M. (2001). A Política do Turismo. In Trigo, L. (Org.). Turismo. Como aprender, como ensinar. (Vol. 1). São Paulo: Senac.

BRANDÃO, Ana Paula. Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres/organização. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010

BRASIL. Código Nacional de Trânsito. Código de Trânsito Brasileiro: instituído pela Lei nº 9.503, de 23-9-97. Com as alterações na Lei nº 9.792, de 22-01-1998 e 9.792, de 14-04- 1999 – Brasília: DENATRAN, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica: Orientação para o atendimento da Educação do Campo. Brasília, DF: MEC, 2013.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para educação no trânsito. Portaria 147/2009, publicada em Junho 2009 pelo DENATRAN, referente à Educação para o Trânsito na Pré-Escola e no Ensino Fundamental

BRASIL. Governo do Estado da Bahia. Secretaria do Meio Ambiente. Política Estadual de Educação Ambiental: Lei 12.056/11. Salvador, Ba, 2012.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394/96). Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): promulgada em 6 de julho de 2015 / obra coletiva de autoria do Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região, PCD Legal.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica –

Brasília: 2009a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/subsidios_dcn.pdf
[acessado em 12/09/2019](#).

BRASIL. Ministério da Educação do Paraná.. Diretrizes Curriculares da educação de Jovens e Adultos. Curitiba, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução Nº 7, de 14 de dezembro de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394 de 1996. Diário Oficial da União, DF, Ano CXXXIV, nº 248. Brasília, 1996.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004.**

BRASIL. Presidência da república. [Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997](#)

BRASIL. Resolução CNE/CEB/2/2008 - Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. MEC: Brasília - DF, 2008.

BRASIL. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Resolução CEE Nº 239, de 12 de dezembro de 2011

CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). Por uma educação do Campo. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CAMILO, Camila. Por um ensino de várias cores. Isto É Brasil! Revista Nova Escola. Ano 29 Nº 277. Novembro, 2014.

DIRETRIZES NACIONAIS DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO. Texto de Juciara Rodrigues; Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito. Brasília, 2009

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 32ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 30.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Pátio. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? Porto alegre: ARTMED. Ano 3, n. 12 fev./abr. 2000.

MANSANI, Mara. Nova Escola. Como avaliar na educação infantil? Publicado em 28 de junho de 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/11906/blog-de-alfabetizacao-como-avaliar-na-educacao-infantil>

SANTAELLA, Lucia. Desafios da Ubiquidade para a Educação. Ensino Superior Unicamp, v. 9, p. 19-28, 2013. Disponível em <https://www.revistaensinosuperior.gr.inicamp.br/artigos/desafios-da-ubiquidade-para-a-educacao>

BAHIA. Secretaria da Educação. Superintendência de Políticas para a Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação Bahia Currículo Bahia. Currículo Referencial da Educação Infantil e do Ensino Fundamental para o Estado da Bahia - Superintendência de Políticas para a Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação Bahia Salvador: Secretaria da Educação, 2018.

DANYLUK, Ocsana. Alfabetização matemática: as primeiras manifestações da escrita infantil. Porto Alegre: Sulina, 1998.

D'AMBROSIO, U. Educação para uma Sociedade em Transição. 2ª edição. Natal - RN: Editora da UFRN, 2011.

KAMII, C. HOUSMAN, L.B. Crianças pequenas reinventam a aritmética: implicações da teoria de Piaget. – 2.ed. – Porto Alegre: Artmed Editora, 2002

GADOTTI, Moacir. Saber aprender: um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação. In: LINHARES, Célia; TRINDADE, Maria. Compartilhando o mundo com Paulo Freire. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

